



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

AMANDA FRANCO DE SOUZA

PROCESSOS MEDIATIVISTAS DE JORNALISMO
AMBIENTAL: análise de cobertura jornalística da
Amazônia Real

Campo Grande - MS
NOVEMBRO/2022



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



PROCESSOS MEDIATIVISTAS DE JORNALISMO AMBIENTAL: análise de cobertura jornalística da Amazônia Real

AMANDA FRANCO DE SOUZA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMS, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Comunicação. Área de concentração: Mídia e Representação Social.

Orientadora: Prof. Dra. Katarini Giroldo Miguel

AMANDA FRANCO DE SOUZA

**PROCESSOS MEDIATIVISTAS DE JORNALISMO AMBIENTAL: análise de
cobertura jornalística da Amazônia Real**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Mestrado em Comunicação, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Comunicação. Área de Concentração: Mídia e Representação Social. Linha de Pesquisa: Linguagens, Processos e Produtos Midiáticos.

Campo Grande - MS, 16 de novembro de 2022.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Katarini Giroldo Miguel
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof^ª. Dr^ª. Luciana Miranda Costa
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof^ª. Dr^ª. Eloisa Beling Loose
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe Zilda, meu porto seguro, minha fortaleza e melhor amiga. Mesmo de longe, se fez presente com todo amor, carinho e suporte, ouvindo minhas dores, medos e dúvidas em dias que pensei em desistir. Me acalmou inúmeras vezes e me deu forças para continuar. Ao meu pai Manoel e ao meu irmão Matheus, por todo incentivo, apoio e conforto. Amo vocês incondicionalmente.

Ao meu namorado Marcio, por seu meu parceiro, estar sempre presente, por me estimular e por entender, de forma amorosa, os dias em que me fiz ausente.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) pela oportunidade, pelos conhecimentos adquiridos ao longo do caminho, em especial, à minha orientadora, professora Dra. Katarini Miguel, sem a qual este trabalho não seria possível, por todos os conselhos, orientações e contribuições dadas.

Às professoras Luciana Miranda Costa e Eloisa Beling Loose que gentilmente aceitaram compor a banca.

E por último, agradeço também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), pela bolsa de estudos concedida.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar a cobertura jornalística da Amazônia Real, iniciativa jornalística independente nascida na rede, que centraliza suas pautas em conteúdo ambiental, de modo que possamos entender e configurar um pretense jornalismo ambiental midiativista. Partimos da hipótese de que as narrativas dessas mídias se apoderam das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) para a produção de táticas ativistas a partir de distintas linguagens. Por meio da abordagem qualitativa, o trabalho é metodologicamente fundamentado pela adaptação do protocolo de Análise de Cobertura Jornalística (SILVA, MAIA, 2011) a partir de três níveis analíticos: marcas de apuração, marcas da composição do produto e caracterização contextual socioambiental, aplicados a oito reportagens da editoria de Meio Ambiente da Amazônia Real, espaço que identificamos como o que mais se assemelha às características do jornalismo ambiental e do midiativismo por meio de um levantamento realizado no Mapa de Jornalismo Independente da Agência Pública. Evidenciamos, sobretudo, que apesar da Amazônia Real revelar algumas proximidades com o modelo de mídia convencional no que diz respeito ao formato e à exploração das fontes, as reportagens analisadas apontam uma ruptura no conteúdo jornalístico, visto que se aprofundam nas problemáticas e trazem em sua cobertura jornalística grande parte dos pressupostos inerentes ao jornalismo ambiental e ao midiativismo, o que nos leva a concluir que esse jornalismo ambiental midiativista pode estar em construção.

Palavras-chave: Jornalismo ambiental; Midiativismo; Amazônia Real; Análise de Cobertura Jornalística.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the news coverage of Amazônia Real, an independent journalistic initiative born on the web, which focuses its agendas on environmental content, so that we can understand and configure a so-called mediativist environmental journalism. We start from the hypothesis that the narratives of these media take hold of Information and Communication Technologies (ICTs) for the production of activist tactics from different languages. Through a qualitative approach, the work is methodologically based on the adaptation of the protocol of Analysis of Journalistic Coverage (SILVA, MAIA, 2011) from three analytical levels: marks of investigation, marks of the composition of the product and socio-environmental contextual characterization, applied to eight reports of the Environment section of Amazônia Real, a space that we identified as the most similar to the characteristics of environmental journalism and mediativism through a survey conducted in the Map of Independent Journalism of Agência Pública. Above all, we evidence that although Amazônia Real reveals some proximities with the conventional media model in what concerns the format and the exploitation of sources, the analyzed reports point to a rupture in the journalistic content, since they go deeper into the issues and bring in their journalistic coverage most of the assumptions inherent to environmental journalism and mediativism, which leads us to conclude that this mediativist environmental journalism may be under construction.

Keywords: Environmental Journalism; Mediativism; Amazônia Real; Analysis of Journalistic Coverage.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Reportagens selecionadas para análise	91
---	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Capa da reportagem “Bolsonaro mente e faz falsas promessas na Cúpula do Clima, dizem ambientalistas” da Amazônia Real	94
Figura 2: Capa da reportagem “Milhares já sofrem com a cheia no Amazonas” da Amazônia Real	101
Figura 3: Capa da reportagem “Kátia Abreu será relatora do PL de flexibilização do licenciamento ambiental” da Amazônia Real	107
Figura 4: Capa da reportagem “Grileiros e madeireiros de Rondônia invadem Acre” da Amazônia Real	114
Figura 5: Capa da reportagem “Porto Velho concentra 40% dos focos de queimadas em Rondônia” da Amazônia Real	120
Figura 6: Capa da reportagem “No Pará, pescadores reivindicam seguro-defeso para preservar o caranguejo-uçá” da Amazônia Real	126
Figura 7: Capa da reportagem “Comunidades da rodovia Transacreama enfrentam crise hídrica” da Amazônia Real	133
Figura 8: Capa da reportagem “Acordo final da COP26 adia decisões para o futuro” da Amazônia Real	140

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1 – O MEIO AMBIENTE E A PERSPECTIVA DO JORNALISMO AMBIENTAL.....	17
1.1 O conceito de meio ambiente pela ótica da racionalidade ambiental.....	17
1.2 Jornalismo ambiental: desenvolvimento, definição e aspectos.....	22
1.3 Desafios do jornalismo ambiental em tempos conturbados.....	33
CAPÍTULO 2 – MOVIMENTO AMBIENTAL E OS FENÔMENOS MUDIATIVISTAS.....	44
2.1 O movimento social ambientalista.....	44
2.2 O advento da cibercultura e da sociedade em rede.....	48
2.3 Práticas, estratégias e mobilizações midiativistas no contexto do jornalismo ambiental.....	57
CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DAS REPORTAGENS DA AMAZÔNIA REAL.....	72
3.1 Procedimento metodológico.....	72
3.2 Iniciativas identificadas no Mapa do Jornalismo Independente.....	76
3.3 Análise da cobertura jornalística socioambiental da Amazônia Real.....	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	148
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	154

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objeto os processos midiativistas de jornalismo ambiental, situados no âmbito de iniciativas independentes e nativas digitais. Partimos da hipótese de que as narrativas dessas mídias têm maior probabilidade de se expandirem e se apoderarem das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) para produzir estratégias ativistas por meio de linguagens e plataformas diversas. Neste sentido, o objetivo deste trabalho se volta para analisar a cobertura jornalística da Amazônia Real, de modo que possamos entender, caracterizar e configurar um pretense midiativismo socioambiental, como também verificar de que forma essas práticas se materializam.

A cobertura da mídia no que diz respeito à temática ambiental ainda é fragmentada e desconexa dos impactos sociais, culturais e econômicos (RIBEIRO, 2019; MIGUEL, 2020). Vivemos a era das consequências colaterais extremas, em que a alteração climática e a destruição intensiva de biodiversidade estão inerentemente associadas aos direitos humanos, à desigualdade social e aos sistemas políticos e econômicos. “Diante da crise que vivemos no Brasil, o jornalismo aumentou significativamente sua contribuição no debate público dos temas ligados ao meio ambiente, justamente porque as conexões estão mais evidentes, e são urgentes” (YAMAGUCHI, 2019). Ribeiro (2019) destaca que a pauta ambiental perdeu lugar para notícias cotidianas, contudo “isso foi sendo recuperado com mídias alternativas, os veículos mais abertos, os blogs e outros espaços que vêm oferecendo um bom canal de informação sobre os temas ambientais”. Desse modo, surgem novos caminhos que consistem em determinar conexões que fortaleçam a cidadania ativa.

As mudanças ocorridas no jornalismo por meio da cibercultura possibilitam a produção de narrativas e discursos elaborados por jornalistas e/ou ativistas que se ocupam do ambiente de conexão e interatividade proporcionado pela Internet, operando, desse modo, conforme a lógica da convergência entre plataformas (RODRIGUES, 2018). A partir desse contexto, movimentos – destaca-se aqui o midiativista – surgem e/ou se revigoram, no esforço de alvitrar novas produções jornalísticas, principalmente por meio da utilização de estratégias fundamentadas nas TICs, as quais se consolidam como ferramentas poderosas a serviço do ativismo digital, possibilitando a articulação e mobilização de grupos centrados em pautas específicas, a exemplo do movimento ambiental. “As práticas midiativistas se impregnam de características comuns ao ciberativismo, ao ativismo na internet e ao jornalismo cidadão. Quaisquer ações no ciberespaço partem da ideia original de ativismo” (RODRIGUES, 2018, p.

71). Aguiar e Schaun (2015, p.198) situam o ativismo na lógica dos movimentos sociais como “formas de ações coletivas reativas aos contextos histórico-sociais nos quais estão inseridos”.

No cenário contemporâneo de crise e dismantelamento das políticas públicas socioambientais nacionais reiteradas, se faz necessário analisar de que modo tais acontecimentos estão sendo noticiados, dadas as urgências do presente.

Entre os acontecimentos¹ que evidenciam o desmonte da política ambiental constam: desestruturação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio), com perda da autonomia de técnicos e de segurança em campo a fiscais ambientais; transferência do Serviço Florestal Brasileiro do Ministério do Meio Ambiente para o Ministério da Agricultura; a suspensão do Fundo Amazônia, que financiava mais de 100 projetos de proteção da Amazônia e seus povos; a atenuação dos órgãos de gestão ambiental, a exemplo da Fundação Nacional do Índio (Funai), resultando na interrupção das demarcações de territórios indígenas; redução da participação da sociedade civil organizada do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama); exclusão absoluta da participação das Organizações não Governamentais (ONGs) e representações de classes do conselho deliberativo do Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA), mais antigo fundo ambiental da América Latina; declaração do ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, durante reunião ministerial², sobre “ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas”, além de ser acusado de dificultar a fiscalização ambiental e atrapalhar a investigação de esquema criminoso que levou à maior apreensão de madeira da história, o que acarretou em sua renúncia; e demais violações ao meio ambiente.

Essa pesquisa se justifica pela pertinência em produzir conhecimento para área da comunicação, com ênfase na conjuntura do jornalismo ambiental praticado em rede e das mudanças provocadas no âmbito das estratégias de produção e disseminação de informações. Ademais, soma-se a relevância de buscar entender as distintas formas e narrativas comunicativas de coletivos e movimentos ativistas engajados, com valores e interesses compartilhados, que atuam em causas urgentes e evidentes relacionadas à esfera socioambiental. Em tempos conturbados, como relatado acima, indagamos se estas mídias aqui evidenciadas refletem o engajamento com as problemáticas ambientais e o olhar sistêmico e

¹Disponível em: <https://www.sinaldefumaca.com/wp-content/uploads/2021/10/sdf-relatorio-pt-final-30em3.pdf>. Acesso em: 01 out. 2022.

²Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-defende-passar-a-boiada-e-mudar-regramento-e-simplificar-normas.ghtml>. Acesso em: 24 ago. 2022.

comprometido com a defesa da vida em todos os aspectos proposto e demarcado pelo jornalismo ambiental.

Para investigar estas mídias independentes de jornalismo ambiental pela ótica midiativista, realizamos um estudo³ prévio, por meio de pesquisa exploratória⁴, a partir de um levantamento do Mapa de Jornalismo Independente⁵ elaborado pela Agência Pública⁶. Identificamos, assim, oito iniciativas e apresentamos uma síntese problematizadora de cada espaço, partindo, sobretudo, das informações disponíveis em seus respectivos portais, articulando com os conceitos teóricos que respaldam nossos interesses de pesquisa, levando em consideração duas perspectivas centrais: 1) a autodefinição, o esquema de organização da mídia e o modelo de negócios instituído; 2) o enquadramento narrativo, no que tange às temáticas principais trabalhadas, bem como a forma, o conteúdo e posicionamento. Foram mapeados então os espaços: Envolverde⁷, Conexão Planeta⁸, Amazônia Real⁹, Repórter Brasil¹⁰, Ecodesenvolvimento¹¹, InfoAmazônia¹², #Colabora¹³ e O Eco¹⁴. Os resultados obtidos (MIGUEL, FRANCO, 2020) são sintetizados no último capítulo da dissertação.

A partir da investigação realizada, notamos que a Amazônia Real é o portal que melhor apresenta consonâncias com o jornalismo ambiental e o midiativismo, objeto de pesquisa deste trabalho. A iniciativa foi criada em 2013 por um coletivo de mulheres e se define como uma “agência de jornalismo independente e investigativo sem fins lucrativos que dá voz às populações da Amazônia [...] em especial daquelas que têm pouco espaço e visibilidade na chamada grande imprensa” (AMAZÔNIA REAL).

³O estudo consiste em dois trabalhos apresentados e publicados no GP de Comunicação, Divulgação Científica, Saúde e Meio Ambiente do 43º e 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, com os títulos “Jornalismo e ativismo: mapeamento de Iniciativas Midialivristas Socioambientais” e “A boiada de Ricardo Salles na Amazônia Real: processos midiativistas de jornalismo ambiental”, respectivamente.

⁴Segundo Gil (1989, p. 44), a pesquisa exploratória tem como principal objetivo “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, com vistas na formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”.

⁵Projeto criado pela Agência Pública, lista iniciativas brasileiras independentes, que produzem conteúdo jornalístico e nasceram na rede, provenientes de projetos coletivos e desconexos aos conglomerados de mídia, empresas e organizações. Disponível em: <https://apublica.org/mapa-do-jornalismo/>. Acesso em: 01 jun. 2020.

⁶Agência de jornalismo investigativo independente, sem fins lucrativos, fundada em 2011. Disponível em: <https://apublica.org/>. Acesso em: 01 jun. 2020.

⁷Disponível em: <https://envolverde.com.br/>. Acesso em: 10 set. 2020.

⁸Disponível em: <https://conexaoplaneta.com.br/>. Acesso em: 10 set. 2020.

⁹Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/>. Acesso em: 10 set. 2020.

¹⁰Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/>. Acesso em: 10 set. 2020.

¹¹Disponível em: <http://www.ecodesenvolvimento.org/>. Acesso em: 10 set. 2020

¹²Disponível em: <https://infoamazonia.org/>. Acesso em: 10 set. 2020.

¹³Disponível em: <https://projeto colabora.com.br/>. Acesso em: 10 set. 2020.

¹⁴Disponível em: <https://oeco.org.br/>. Acesso em: 10 set. 2020.

Identificamos declaradamente a proposta de uma contra narrativa, aqui pautada em vozes da comunidade como quilombolas, indígenas, ribeirinhos, com foco no jornalismo de opinião. Outra proximidade com o midiativismo está na declarada defesa da democratização da informação, liberdade de imprensa e expressão. As abordagens estão focadas nas problemáticas da Amazônia e perpassam o viés dos Direitos Humanos, por exemplo, com abordagens sobre conflitos agrários, migrações e tráfico de pessoas. Além disso, traz a perspectiva de gênero e pluraliza a pauta do movimento socioambiental e do ativismo de múltiplas bandeiras (CASTELLS, 2013). Sobre o modelo de negócios, informa que se mantém com “doações dos leitores, parcerias com empresas privadas que tenham responsabilidade socioambiental com a Floresta Amazônica, e parceria com instituições filantrópicas, por meio de projetos” (AMAZÔNIA REAL). Chama atenção aqui a questão de gênero que atravessa com muita frequência as pautas. Percebemos também um alargamento nos temas abordados, que fogem das abordagens mais convencionais e esperadas – relativas à floresta amazônica – para centralizar as necessidades dos povos tradicionais. Ademais, notamos que a agência tem sido reconhecida, a partir da declaração de profissionais renomados, prêmios, produções de documentários e homenagens de órgãos como a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), pela forma que encara o jornalismo ambiental, na defesa das pautas da região amazônica e de seus respectivos povos.

Para atingir os objetivos desta pesquisa de analisar o conteúdo jornalístico desenvolvido pela Amazônia Real, utilizamos um procedimento metodológico próprio, embasado na Análise de Cobertura Jornalística (ACJ), proposta por Silva e Maia (2011), que busca identificar as marcas do processo de construção da notícia. Aventamos, então, um protocolo de análise para o jornalismo socioambiental¹⁵ midiativista, indicando novos marcadores ao objeto de estudo, em consonância com as características do jornalismo ambiental e do midiativismo.

Neste sentido, propusemos a análise de cobertura jornalística em três níveis. O primeiro nível analítico refere-se às marcas de apuração, divididas em três dimensões propostas pelas autoras e adaptadas aos nossos interesses de pesquisa: 1) **Assinatura da matéria** – identificar os autores do processo da construção da reportagem, como repórter, correspondente, colaborador ou sem assinatura. 2) **Local de apuração/ acesso do jornalista ao local do acontecimento** – indicar o espaço de atuação, interno (redação) ou indefinido, quando não há indícios no texto de que o jornalista se deslocou para o local do acontecimento, ou externo,

¹⁵Nos apropriamos da nomenclatura socioambiental (elucidada no capítulo 2) no sentido de dar mais abrangência para o termo ambiental, com evidência para a semântica que frisa a relação ambiental com a sociedade, entendendo ainda que o jornalismo ambiental abarca essa compreensão.

quando o jornalista realiza a apuração *in loco*, é importante para entender o processo. **3) Origem da informação** – classificar as fontes de informações consultadas em três critérios principais: a) o modo como a informação foi obtida (direta ou indiretamente), b) a natureza das fontes (personagem, especialista, institucional, poder público, documental ou eletrônica) e c) posição das fontes no contexto dos acontecimentos (no caso de fontes humanas) (SILVA, MAIA, 2011).

O segundo nível analítico compreende as marcas da composição do produto, no caso, optamos pelos textos informativos, selecionados na editoria de Meio Ambiente e buscamos entender outros elementos externos ao texto. **4) Recursos multimídias e midiativistas** – para verificar gráficos, tabelas, ilustrações, fotografias, vídeos e táticas do midiativismo, como utilização de *hashtags*, campanhas, manifestos agregados, propostas de viralização, entre outros.

O terceiro e último nível envolve os aspectos do contexto de produção, ou seja, a caracterização contextual interna e externa, nos concentrando nesta última. **5) Caracterização contextual socioambiental** – nos interessa aqui as particularidades do tema/acontecimento/assunto específico da cobertura e a abordagem da conjuntura sócio-histórica-cultural envolvida (SILVA, MAIA, 2011). Neste item é que conseguimos visualizar mais diretamente as características do jornalismo ambiental. Os três níveis analíticos e suas respectivas dimensões, bem como o protocolo em si, são detalhados no capítulo 3.

Do ponto de vista da estrutura teórica-conceitual, no primeiro capítulo da dissertação apresentamos uma discussão teórica acerca do conceito de meio ambiente, bem como a definição, características e possibilidades do jornalismo ambiental, a partir das considerações de Leff (2009), Bueno (2007), Girardi et al (2012), Moraes e Fante (2018), Holanda, Costa e Kääpä (2020; 2021), entre outros. No segundo capítulo, a discussão se volta para o cenário da cibercultura, do advento das TICs e dos movimentos ambientais (CASTELLS, 1999; 2016) que se utilizam da mídia para chegar na mídia como movimento. Este item tem como destaque o conceito de midiativismo (BRAIGHI e CÂMARA, 2018; PERUZZO, 2018) e ainda traz pesquisas que se centram nas estratégias do midiativismo ambiental (MORAES e FANTE, 2018; MIGUEL, 2020) aqui debatido.

No terceiro e último capítulo, apresentamos dois momentos de investigação e análise empírica. No primeiro momento, objetivamos identificar as características próximas ao midiativismo presentes nos oito espaços mapeados em pesquisas anteriores e a compreender como essas mídias se materializam, considerando o debate teórico e as particularidades que os autores apontam – entre eles Peruzzo (2018) e Braighi e Câmara (2018), com as características

e formas dos midiativismos, e Moraes e Fante (2018), a partir das lógicas midiativistas ambientais.

Em um segundo e elementar momento, nos centramos na análise do portal identificado como mais coeso em relação ao eixo midiativista socioambiental, a mídia Amazônia Real, a qual foi observada, como citado anteriormente em pesquisas prévias, como a principal iniciativa concatenada ao midiativismo, o que irá se comprovar a partir do protocolo metodológico baseado na Análise de Cobertura Jornalística. Para isso, foram selecionadas oito reportagens jornalísticas da editoria de Meio Ambiente do portal, a partir do *corpus* que abrange os meses de abril a novembro do ano de 2021. A escolha do ano deve-se aos acontecimentos emblemáticos ocorridos, relacionados às questões socioambientais. Frisamos que o espaço temporal selecionado abrange um cenário pandêmico, devido à Covid-19, citado inclusive em algumas reportagens analisadas. Inferimos que esse contexto pode ter modificado a rotina de produção jornalística da agência de alguma forma.

Destacamos dentro do período citado a crise no Ministério do Meio Ambiente, que resultou na renúncia do até então Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, após ser acusado de dificultar a fiscalização ambiental e atrapalhar a investigação de esquema criminoso, já mencionado anteriormente; ocorrência de enchentes, estiagens duradouras com seca histórica e tempestades de areia, intensificação de queimadas e incêndios florestais na Amazônia e Pantanal, evidenciando a crise climática brasileira; o alerta vermelho sobre o aquecimento global em relatório publicado pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) das Nações Unidas; o recorde de desmatamento na Amazônia, com avanço para áreas antes intocadas; aumento de conflitos, bem como de invasões e violência de garimpeiros em áreas indígenas; a tramitação e aprovação de projetos de lei voltados à flexibilização do licenciamento ambiental e à liberação do garimpo e da grilagem de terras, os quais ameaçam a floresta e os territórios dos povos originários; além da ocorrência da 26^a Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-26), evento mundialmente relevante no âmbito das questões ambientais.

A seleção dos meses decorreu da denúncia relatada ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra Ricardo Salles, em abril, até a realização da COP-26, em novembro. Desenvolvemos um levantamento quantitativo a partir das reportagens publicadas durante os meses citados na editoria de Meio Ambiente, totalizando 34 reportagens, e selecionamos uma de cada mês para realizar as análises. Para a escolha dessas reportagens, alguns critérios foram levados em consideração: buscamos abordar diferentes temáticas, evitando a repetição, tendo em vista que

alguns assuntos foram tratados mais de uma vez ao longo do *corpus* delimitado; optamos por selecionar reportagens com problemáticas que ocorreram em diversos locais (ainda que a cobertura jornalística nos apontou para um recorte geograficamente mais centralizado, que condiz com o nome do veículo e seus intuitos), bem como as que trazem maior impacto para as questões que envolvem o meio ambiente.

Realizadas as análises das oito reportagens a partir do protocolo alvitado, trazemos, por fim, nossos resultados e conclusões sobre a relação entre o jornalismo ambiental e o midiativismo, e a respeito da cobertura jornalística da Amazônia Real, que, apesar de revelar algumas proximidades com o modelo de mídia convencional, aponta, de forma geral, uma ruptura no conteúdo produzido, com ênfase nos contextos interdependentes e no comprometimento com a pauta e a cobertura socioambiental.

CAPÍTULO 1 – O MEIO AMBIENTE E A PERSPECTIVA DO JORNALISMO AMBIENTAL

Neste capítulo, apresentamos a concepção de meio ambiente e como a compreensão desse aspecto se encontra com os postulados e especificidades do Jornalismo Ambiental a partir de autores como Leff (2001; 2009), Bueno (2007), Girardi et al (2012), Moraes e Fante (2018), Holanda, Costa e Käätä (2020; 2021).

1.1 O conceito de meio ambiente pela ótica da racionalidade ambiental

Leff (2009, p. 21) colabora em prol de uma racionalidade ambiental que compreende o ambiente não apenas como um “objeto complexo, mas que está integrado pelas identidades múltiplas que configuram uma nova racionalidade, que acolhe diversas racionalidades culturais e abre diferentes mundos de vida”. Reflete ainda acerca da epistemologia própria de um campo centrado nas questões ambientais, que busca dar sustentabilidade à vida e estabelece um saber ambiental que “constrói estratégias de reapropriação do mundo e da natureza”.

O autor salienta a necessidade de se buscar essa racionalidade desenvolvida “no contexto e contrafluxo da racionalidade capitalista dominante em todas as ordens da vida social” (2001, p. 136). Nessa ótica, o meio ambiente deixa de ser visto como um mero recurso e passa a ser entendido como potencial criativo, em que se estruturam e se aperfeiçoam experiências e conhecimentos. Esta racionalidade “conjugua uma nova ética e novos princípios produtivos com um pensamento da complexidade que questiona as ciências para incorporar o saber ambiental emergente” (LEFF, 2001, p. 250). Mais do que um projeto com a intenção de compreender um objeto, a epistemologia ambiental é

um trajeto para chegar a saber o que é o ambiente, esse estranho objeto do desejo de saber que emerge do campo de externalidade e de extermínio para o qual foi enviado, expulso do logocentrismo e do círculo de racionalidade das ciências. O ambiente não é ecologia, mas a complexidade do mundo; é um saber sobre as formas de apropriação do mundo e da natureza através das relações de poder que se inscreveram nas formas dominantes de conhecimento. A partir daí abre-se o caminho que seguimos para delinear, compreender, internalizar e finalmente dar seu lugar - seu nome próprio à complexidade ambiental (LEFF, 2001, p. 17).

A complexidade ambiental constitui uma globalidade alternativa, uma convergência de mundos de vida que se encontram em constante processo de diferenciação, e se apreende por meio de uma sucessão dialógica de saberes, na interseção da ciência, da tecnologia e dos saberes populares. Capra (2001, p. 14) ressalta que “vivemos num mundo globalmente interligado, no

qual os fenômenos biológicos, psicológicos, sociais e ambientais são todos interdependentes” e aponta a visão ecológica como base para mudança social, proposta em que a consciência social e coletiva movimentou-se para a superação da forma fragmentária de pensar.

Bueno (2007, p. 35) conceitua o meio ambiente como o

[...] complexo de relações, condições e influências que permitem a criação e a sustentação da vida em todas as suas formas. Ele não se limita apenas ao chamado meio físico ou biológico (solo, clima, ar, flora, fauna, recursos hídricos, energia, nutrientes, etc.), mas inclui as interações sociais, a cultura e expressões/ manifestações que garantem a sobrevivência da natureza humana (política, economia, etc.).

A concepção do termo não deve ser confundida com a de natureza e tampouco com a de ecologia, visto que vai além e abrange as construções materiais e simbólicas, constituindo “uma problemática de caráter eminentemente social: esta foi gerada e está atravessada por um conjunto de processos sociais” (LEFF, 2001, p. 111). Neste sentido, para refletir acerca do meio ambiente, é preciso dilatar o olhar para enxergar o todo e identificar o entrelaçamento com os aspectos políticos, econômicos, sociais, culturais, históricos, entre outros. Este campo centrado nas questões ambientais é construído de modo partilhado, por meio de vínculos entre distintas áreas do saber e do conhecimento, portanto, sustenta-se a partir de uma forma de pensamento diferente da racionalidade hegemônica.

O conceito é heurístico, dinâmico e flexível para analisar e orientar processos e ações ambientalistas e, além disso, analisar sua coerência. Postula a composição da racionalidade ambiental nos processos sociais fundamentados no desenvolvimento ecologicamente sustentável, na cultura ecológica e democrática, na alteração de paradigmas de produção científica, na gestão que incorpora os “custos” ambientais e no respeito aos valores culturais e saberes tradicionais para a mediação social (SCHWAAB, 2018, p. 76).

A racionalidade ambiental não compreende a simples expressão de uma lógica, “mas o efeito de um conjunto de práticas diversas e heterogêneas que dão sentido e organizam os processos sociais por intermédio de certas regras meios e fins socialmente construídos, que ultrapassam as leis derivadas da estrutura de um modo de produção” (LEFF, 2001, p. 125).

Este paradigma se baseia em uma nova ética, em que a harmonia entre a sociedade e a natureza seria capaz de levar a modificações práticas na organização de poder relativa à ordem instituída, responsável pelo suscitamento dos desequilíbrios ecológicos em nível mundial (LEFF, 2001). O meio ambiente é compreendido de maneira plena, tendo sua complexidade vislumbrada e um conjunto de valores relacionados a novas possibilidades de desenvolvimento

e a multiplicidade de estilos de vida e saberes. O realce dessa racionalidade encontra-se na complexidade, pluralidade e na interdependência, particularidades que conduzem a construção de um mundo sustentável, equitativo e democrático. “O saber ambiental é uma epistemologia política que busca dar sustentabilidade à vida; constitui um saber que vincula os potenciais ecológicos e a produtividade neguentrópica do planeta com a criatividade cultural dos povos que o habitam” (LEFF, 2009, p. 18).

A complexidade ambiental extrapola o campo das relações de interdisciplinaridade entre paradigmas científicos para um diálogo de saberes, que implica um diálogo entre seres diferentes. A interdisciplinaridade se estabelece no terreno de uma ciência que se tem fragmentado, à época que tem objetivado todas as disposições do ser; sobre a base da construção de uma racionalidade social que, além de compreender sua configuração na modernidade, estabeleceu a norma pela qual deveria se ajustar o mundo (LEFF, 2009, p. 22).

Para Moraes e Fante (2018), a visão cartesiana, paradigma moderno vigente desde então, contribui para que os indivíduos compreendam o mundo de modo mecânico. A partir da metáfora da máquina, o ser humano e a sociedade são observados em partes, cada um com seu papel, por esse motivo afirma-se trazer uma perspectiva mecanicista. O conceito principal deste paradigma está na forma de entender o mundo, os objetos começam a ser seccionados e individualizados na procura da compreensão do todo, o que resulta na fragmentação. Logo, possui cunho determinista, com causalidade mecânica, pensamento linear, abrangendo apenas causa e efeito, o que provoca uma realidade vista de forma simplificada.

A visão mecanicista, de conhecimento fragmentado, opera a valorização do método e do conhecimento científico como neutro, sem ligações com as disputas sociais. Aqui, a ciência e a tecnologia são utilizadas a partir da ideia do domínio da natureza em direção ao progresso incessante. A visão moderna foca no uso da alta tecnologia, logo, é tecnocêntrica. Seres humanos são colocados numa relação de dominação ante os demais seres e a natureza, com o uso de “recursos” para o progresso e riqueza. A tecnociência marca uma nova fase histórica no alcance do “estágio supremo” da evolução do domínio do homem sobre a natureza (MORAES, FANTE, 2018, p. 54).

O paradigma ecológico, neste sentido, busca a ruptura com o paradigma cartesiano. A partir dos fatos relativos à crise ecológica, apresenta a impraticabilidade da destruição da natureza ao dispor de uma modificação da visão de mundo, por intermédio das concepções da ecologia e ecossistemas, sendo todos os conjuntos de elementos e relações interdependentes. “O homem é um todo indivisível, com suas dimensões físicas, psicológicas e sociais, e dotado de subjetividade. Da mesma forma, entende a sociedade a partir do todo” (MORAES, FANTE,

2018, p. 54). As autoras ressaltam ainda que este modelo considera o universo em constante transformação e sofre influência do conceito de ecologia profunda (CAPRA, 1997), o qual aponta o dever de procurar harmonia nas relações existentes entre a sociedade e a natureza, dando importância a cada ser de modo particular, com destaque nas intenções de autorrealização dos seres e apresentando oposição ao olhar progressista sem medidas.

Moraes e Fante (2018, p. 63) compreendem a sustentabilidade como uma concepção em disputa devido à apresentação de sentidos distintos da palavra, empregue em diversos setores sociais, na economia, política, entre outros, e pela utilização manipuladora de empresas, que ao mencionarem a sustentabilidade de seus mercados, persuadem as pessoas a pensar que não ocasionam poluição e destruição, ou que ainda dominam-na por meio das chamadas tecnologias sustentáveis, o que para as autoras, é urgente colaborar para a desmistificação. “A problematização do conceito de desenvolvimento sustentável e a abertura à diversidade cultural, além de conhecimentos interdisciplinares em Ecologia, também nos possibilitam perceber as contradições de políticas públicas”.

A multiplicação dos riscos, especialmente os ambientais e tecnológicos de vultuosas implicações, constitui-se como um princípio chave para se conhecer e assimilar as particularidades, os limites e as transformações da modernidade. Torna-se cada vez mais evidente a complexidade envolvida nesse processo de modificação de uma sociedade progressivamente não apenas ameaçada, mas diretamente prejudicada por perigos e agravos socioambientais. Estes riscos revelam “os limites e as consequências das práticas sociais, trazendo consigo um novo elemento, a ‘reflexividade’. A sociedade, produtora de riscos, torna-se crescentemente reflexiva, o que significa dizer que ela se torna um tema e um problema para si própria” (JACOBI, 2005, p. 233).

A transformação de paradigmas propõe uma dilatação não somente dos nossos modos de pensar e de nossas percepções, mas ainda de nossos valores, e neste sentido, a ecologia profunda está apoiada em valores ecocêntricos, centralizados na Terra. Tal ponto de vista certifica o valor intrínseco da vida não-humana, sendo todos os seres vivos integrantes de comunidades ecológicas que estão associadas umas às outras por meio de uma teia interdependente. “Quando essa percepção ecológica profunda torna-se parte de nossa consciência cotidiana, emerge um sistema de ética radicalmente novo” (CAPRA, 1997, p. 19).

Capra (1997) evidencia que quanto mais estudamos os principais problemas de nossa época, mais somos guiados a verificar que eles não podem ser compreendidos de maneira isolada, à medida que constituem questões sistêmicas, as quais implicam serem interligadas e

interdependentes. Por esta perspectiva, a proposta da ecologia profunda “reconhece a interdependência fundamental de todos os fenômenos, e o fato de que, enquanto indivíduos e sociedades, estamos todos encaixados nos processos cíclicos da natureza (e, em última análise, somos dependentes desses processos)” (CAPRA, 1997, p. 16). Além disso, constata o valor inerente de todos os seres vivos e entende os indivíduos apenas como “um fio particular na teia da vida”.

Portanto, a ecologia profunda faz perguntas profundas a respeito dos próprios fundamentos da nossa visão de mundo e do nosso modo de vida modernos, científicos, industriais, orientados para o crescimento e materialistas. Ela questiona todo esse paradigma com base numa perspectiva ecológica: a partir da perspectiva de nossos relacionamentos uns com os outros, com as gerações futuras e com a teia da vida da qual somos parte (CAPRA, 1997, p. 17).

Há ainda duas escolas filosóficas significativas, a social e a feminista, ou ecofeminismo. Conforme o autor, cada uma das três perspectivas possui elementos relevantes do paradigma ecológico, e neste sentido, seus componentes deveriam integrar-se a partir de uma abordagem ecológica coerente. “A percepção ecológica profunda parece fornecer a base filosófica e espiritual ideal para um estilo de vida ecológico e para o ativismo ambientalista. No entanto, não nos diz muito a respeito das características e dos padrões culturais de organização social que produziram a atual crise ecológica” (CAPRA, 1997, p. 17-18). É aí que se encontra o eixo central da ecologia social. O terreno elementar das diversas escolas desta ecologia é a constatação de que a natureza essencialmente antiecológica de vários alicerces econômicos e sociais está fixada no que se denomina de um sistema de dominação da organização social (CAPRA, 1997). Nesta perspectiva, o imperialismo, o capitalismo, o patriarcado e o racismo constituem exemplos de soberania exploradora e antiecológica. Tendo isso em vista, o ecofeminismo poderia ser considerado

como uma escola especial de ecologia social, uma vez que também ele aborda a dinâmica básica de dominação social dentro do contexto do patriarcado. Entretanto, sua análise cultural das muitas facetas do patriarcado e das ligações entre feminismo e ecologia vai muito além do arcabouço da ecologia social. As ecofeministas veem a dominação patriarcal de mulheres por homens como o protótipo de todas as formas de dominação e exploração: hierárquica, militarista, capitalista e industrialista. Eles mostram que a exploração da natureza, em particular, tem marchado de mãos dadas com a das mulheres, que têm sido identificadas com a natureza através dos séculos. Essa antiga associação entre mulher e natureza liga a história das mulheres com a história

do meio ambiente, e é a fonte de um parentesco natural entre feminismo e ecologia (CAPRA, 1997, p. 18).

Portanto, para o autor, as ecofeministas enxergam o conhecimento vivencial feminino como um dos fundamentos essenciais de uma ótica ecológica da realidade. Entretanto, fazemos um adendo visto que a concepção do ecofeminismo mudou de forma significativa, principalmente na vertente construtivista que rejeita o essencialismo e aborda a construção cultural como não dissociada do natural¹⁶.

A partir da compreensão da epistemologia e racionalidade próprias do campo ambiental, partimos para entender de que forma estas particularidades dialogam com a especialização segmentada na área jornalística.

1.2 Jornalismo ambiental: desenvolvimento, definição e aspectos

O jornalismo ambiental como especialização temática na atuação jornalística surgiu atrelado ao jornalismo científico e teve início na década de 1960 na Europa, com a emergência dos debates sobre os problemas ambientais. No Brasil, se consolidou no último quarto do século XX. Conforme Petrarca (2008, p. 8), “quando o tema ‘meio ambiente’ está em alta nas discussões públicas, nos espaços administrativos e jurídicos, nos movimentos e mobilizações sociais, o seu aparecimento na mídia tende a ser alto, até aparecer outro problema que chame a atenção dos jornalistas”.

O ambientalismo obteve visibilidade pública a partir dos anos 1970, e naquele período, eram pouco mais de trinta organizações da sociedade civil envolvidas com a temática ambiental e proteção da natureza (URBAN, 2001 apud BELMONTE, 2017), sendo algumas delas bastante ativas e influentes. De acordo com relatos de jornalistas que vivenciaram a época, reportagens a respeito das questões ambientais já eram veiculadas na mídia com alguma regularidade, em todo o país, embora ainda não configurassem o jornalismo ambiental como uma área de especialização (BELMONTE, 2017; 2004).

Considerado como subárea do jornalismo científico até o final de 1980, o jornalismo ambiental foi impulsionado de forma significativa por meio da atuação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e da Associação Brasileira de Jornalismo Científico (ABJC), fundadas em 1948 e 1977, respectivamente. Com a realização do Seminário para Jornalistas sobre População e Meio Ambiente promovido pela Federação Nacional dos

¹⁶ Autoras como Vandana Shiva e Maria Mies (1993), Alicia Puleo (2005; 2008) e Graciela Rodriguez (2000) fazem este debate do ecofeminismo de maneira bastante aprofundada sem dicotomizar natureza e cultura, rejeitando binarismos e discutindo as opressões à natureza e à mulheres como parte de um mesmo sistema.

Jornalistas (Fenaj) em 1989, começou a se configurar uma separação entre o científico e o ambiental, sendo este último consolidado e alicerçado mediante a organização dos veículos de mídia para a Conferência Rio 92, evento que suscitou a criação de grupos regionais de jornalistas interessados na temática ambiental (BELMONTE, 2017).

Para John (2001, p. 92) apud Belmonte (2017), a mudança de conduta dos gestores econômicos constituiu-se como elemento relevante para a independência do jornalismo ambiental no Brasil, ainda que, apesar da especialização não ser mais desprezada pelos notáveis jornalistas e ter expandido espaços, raros fossem os meios de comunicação com uma seção ambiental fixa e com equipe dedicada a escrever acerca do assunto.

Com a evolução da mídia ambiental – que se aproximou do jornalismo científico – e com a gradativa adaptação dos agentes econômicos aos novos tempos de tratados e convenções internacionais, tecnologias limpas, certificações, reciclagem, gestão ambiental e posturas “ecologicamente corretas”, muda completamente a relação desta imprensa especializada com o poder e com o público. A mídia ambiental passa a ser um termômetro importante, a ser consultado antes da tomada de decisões e até mesmo capaz de mudar o rumo de algumas delas. Gradativamente, o meio ambiente ganha importância e mesmo os jornalistas de formação política não puderam evitar o tema. Sobretudo aqueles com alguma experiência como correspondentes no Primeiro Mundo, onde é mais evidente o peso atribuído ao meio ambiente na política e na economia.

Na época, primeira metade dos anos 1990, Arnt (1994, p. 73-74) apud Belmonte (2017) destaca que os profissionais que noticiavam a respeito da temática ambiental eram vistos como “defensoras do exotismo, do primitivismo, do brega, de uma visão exótica, uma mistura de naturebismo com populismo camponês”. Para o autor, a principal dificuldade encontrada para abordar o tema foi a presença de uma ideologia pró-modernização de qualquer maneira entre proprietários e editores dos veículos de mídia de maior influência. Desse modo, era preciso passar a tratar o meio ambiente a partir de uma perspectiva modernizante e menos exótica, para que o ambientalismo pudesse conquistar maior protagonismo na política brasileira.

Houve uma emergência das questões ambientais no Brasil no final dos anos 80, estimulada de fora para dentro. Isso gerou da parte dos editores de jornais, dos donos dos jornais, que devem ser entendidos como agentes fundamentais da modernização do Brasil, no sentido de que a imprensa exprime o discurso dos formadores de opinião pública, fora do Estado, que carregam um sentimento de modernização nacional e tentam agendar as aspirações nacionais para tentar mudar as coisas. Houve um sentimento de contrariedade muito grande de quem ignorava esses temas (e continua a ignorar até hoje e continua tratando com má vontade), por ter sido obrigado a mexer com isso por força das pressões internacionais.

Nesse contexto pós Conferência Rio 92, começou a se instalar o entendimento a respeito da importância dos instrumentos econômicos no enfrentamento dos problemas ambientais, e neste sentido, o meio ambiente passou a fazer parte de uma disputa de poder, visto que o âmbito empresarial foi se apropriando dos princípios do ambientalismo (BELMONTE, 2017). Duas pesquisas de mestrado realizadas na época (UNGARETTI, 1998 e RAMOS, 1996) evidenciaram tais aspectos mercadológicos por meio da análise de textos publicados nos jornais *Gazeta Mercantil* e *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S. Paulo*. Os autores observaram que o interesse econômico configurava-se como prioridade nos conteúdos redigidos, os quais consideravelmente tratavam de negócios com produtos de viés ecológico, sendo diminutas as fontes associadas a Organizações não Governamentais (ONGs), universidades e movimentos sociais. Identificou-se ainda o tema retratado com enfoque na questão global, deixando de lado o âmbito regional e local. Nas avaliações dos autores, o noticiário acerca da pauta era fragmentado e dependente dos eventos ambientais realizados.

A compreensão acerca da relevância de expor o problema, com suas respectivas causas e efeitos, além de proposições para possíveis soluções constituiu um dos tópicos que auxiliou o jornalismo ambiental a estabelecer-se como um campo de segmentação do jornalismo no Brasil. O compromisso de ir além da exposição dos efeitos dos problemas ambientais está previsto nos primeiros preceitos éticos para a cobertura de assuntos ambientais, os quais foram estabelecidos durante o Encontro Internacional de Imprensa, Meio Ambiente e Desenvolvimento (*Green Press*), evento que compôs a programação da Conferência Rio 92 e teve como objetivo debater o papel da imprensa frente ao desafio da preservação do meio ambiente. De acordo com o documento publicado, o décimo princípio destaca que “o trabalho jornalístico deve estar comprometido com a promoção da qualidade de vida planetária, em todas as fases de produção e veiculação da notícia” (CARTA DE BELO HORIZONTE, 2004), enquanto o décimo primeiro determina que “a imprensa tem o dever de expressar a pluralidade de pontos de vista sobre os assuntos de meio ambiente e desenvolvimento”.

Apesar de haver casos em que o jornalismo ambiental esteja ancorado como uma especialização jornalística associada à cobertura de pautas ambientais, sua proposta supera a concepção de um noticiário focado apenas em questões relacionadas ao meio ambiente, ao chamado meio físico ou biológico. Com uma proposta de dilatar as funções do jornalista para o sentido do engajamento, o jornalismo ambiental “trabalha comprometido com a promoção da qualidade de vida planetária, a partir de uma diversidade de fontes, olha além das

consequências, em busca das causas e soluções dos problemas ambientais” (BELMONTE, 2017, p. 119), por meio de uma perspectiva diferenciada e envolvida.

Não há uma definição consensual e uma maneira única de compreender o jornalismo ambiental. Girardi *et al* (2012) e Belmonte (2017) entendem que supera a concepção de ser uma cobertura focalizada em assuntos sobre o meio ambiente, visto que a ideia é outra, independente, fundamentada na pluralidade de vozes, em uma visão sistêmica dos fatos, a relação primordial do todo e das partes, que excede a lógica programada.

Para Bacchetta (2000, p. 18) apud Girardi (2018), o jornalismo ambiental ultrapassa o jornalismo científico ao abranger questões éticas e filosóficas das quais a ciência moderna descarta declaradamente a viabilidade de manifestar opiniões. O autor destaca que o jornalismo ambiental se atenta aos “efeitos da atividade humana, desde a ciência e a tecnologia em particular, sobre o planeta e a humanidade”, e neste sentido, deve colaborar para a disseminação de temas complexos e para a análise dos encadeamentos políticos, sociais, culturais e éticos. Este tipo de jornalismo “[...] procura desenvolver a capacidade das pessoas para participar e decidir sobre sua forma de vida na Terra, para assumir em definitivo sua cidadania planetária”. Trata-se de um pensamento complexo, radical, multidimensional, organizador e ecologizado (MORIN, 2005), o que requer o alargamento de fontes, profundidade da temática, tratamento qualificado e plural, os quais são intrínsecos ao compromisso social, princípio basilar do jornalismo (GIRARDI et al, 2012).

Bueno (2007, p. 35) descreve o jornalismo ambiental simplificadamente como o “processo de captação, produção, edição e circulação de informações (conhecimentos, saberes, resultados de pesquisas, etc.) comprometidas com a temática ambiental e que se destinam a um público leigo, não especializado”. Dentre suas finalidades, o pesquisador destaca a função informativa, que corresponde à necessidade que cidadãos têm de se informar com pautas ambientais, considerando as consequências de ações, processos e modelos sobre o meio ambiente, e portanto, sobre a qualidade de vida; a função pedagógica, que diz respeito ao esclarecimento de causas, consequências e soluções que envolvem a temática, visto que apontam direções para a superação das problemáticas em questão; e a função política, entendida como papel de mobilização dos cidadãos com o intuito de confrontar interesses que contribuem e/ou condicionam a deterioração das questões ambientais.

O Jornalismo Ambiental é, antes de tudo, jornalismo (que é o substantivo, o núcleo da expressão) e deve ter compromisso com o interesse público, com a democratização do conhecimento, com a ampliação do debate. Não pode ser utilizado como porta-voz de segmentos da sociedade para legitimar poderes e

privilégios [...] O Jornalismo Ambiental deve incorporar uma visão inter e multidisciplinar, que extrapola os limites dos cadernos e das editorias, porque a fragmentação imposta pelo sistema de produção jornalística fragiliza a cobertura de temas ambientais (BUENO, 2007, p. 36).

O autor (2007, p. 36) ressalta que o jornalismo ambiental deve estar intimamente sintonizado com a diversidade e o pluralismo. As fontes devem abranger toda a sociedade, e o objetivo sempre será tornar perspectivas, experiências e conhecimentos compatíveis, no sentido de colaborar para a relação sadia entre o ser humano (e suas conseqüentes ações) e o meio ambiente. Além disso, “deve propor-se política, social e culturalmente engajado, porque só desta forma conseguirá encontrar forças para resistir às investidas e pressões”, sejam elas de governos, empresas ou universidade e institutos de pesquisa, dos quais muitos constituem-se como reféns de notáveis interesses.

Bueno (2007) aponta ainda a presença de síndromes no jornalismo ambiental brasileiro, caracterizadas por equívocos desmedidos que impossibilitam o exercício de suas funções. A primeira delas - *síndrome do zoom ou do olhar vesgo* – diz respeito aos enquadramentos das coberturas ambientais e a fragmentação da notícia, os quais desconsideram a natureza inter e multidisciplinar. A *síndrome do muro alto* refere-se à desvinculação entre o aspecto técnico e demais fatores, como econômico, político e sócio-cultural, resultando na despolitização acerca do debate ambiental. A *lattelização das fontes* aponta para a disposição de fontes apenas oficiais, que possuem currículo acadêmico ou que consistem em produtores de conhecimento especializado e legitimado no meio científico, as quais muitas vezes são estimuladas por interesses pessoais e corporativos.

Destacamos aqui a obrigatoriedade de incluir “os que estão fora dos muros da academia (muitas vezes excluídos em virtude de uma situação social injusta), como o povo da floresta, o agricultor familiar, o cidadão da rua” (BUENO, 2007, p. 37). Desse modo, o jornalismo ambiental só faz sentido quando engloba e integra ao debate o cotidiano das pessoas, envolvendo, proporcionando e fomentando suas respectivas atuações junto ao processo de tomada de decisões. A *síndrome das indulgências verdes* relaciona-se a postura que determinadas empresas e profissionais exercem ao realizarem o chamado “marketing verde”, com a finalidade de publicitar, por meio da limpeza de imagem, corporações predadoras e sugerir elucidações cosméticas para a complexa questão ambiental.

A quinta e última, *síndrome da baleia encahada*, remete-se a cobertura espetacularizada e sensacionalista acerca dos desastres ambientais, destacando o exótico e o inusitado a partir de episódios isolados. “Esta síndrome significa uma cobertura estática,

paralisante, do meio ambiente, como se fosse possível (e desejável) ver a questão ambiental isolada de sua dinâmica, de suas causas e, portanto, distante dos grandes interesses que a promovem e a sustentam” (BUENO, 2007, p. 38).

O surgimento de evidências científicas a respeito das mudanças ambientais em escala mundial firmou o ecológico como alicerce que aparece de forma frequente no enquadramento da vida contemporânea, visto que no jornalismo diário e especializado é perceptível o desdobramento de pautas em coberturas distintas, a exemplo da política, economia, comportamento e cotidiano. Destacamos ainda as possibilidades presentes no ciberespaço, as quais estimulam um amplo campo de atuação jornalística. Para Girardi *et al.* (2012), estes compreendem alguns dos aspectos que corroboram expectativas já existentes acerca do potencial de informação jornalística como componente significativo no desenvolvimento de respostas e soluções para uma vida fundamentada na sustentabilidade.

O número de trabalhos acadêmicos que pesquisam o jornalismo e o meio ambiente tem crescido, e neles, torna-se evidente a relevância das “agendas midiaticamente ‘partilhadas’ sobre o tema, bem como as disputas de sentido entre diferentes campos sociais para sua conformação, [...] sugerindo superar a fragmentação de abordagem e a descontinuidade da cobertura” (GIRARDI *et al.*, 2012, p. 134). Os autores destacam que na ausência de maiores tensionamentos, escapa ao olhar o discernimento que aparenta haver entre o que parte da área compreende por jornalismo ambiental e o que, na prática, tem consistido em um jornalismo “sobre meio ambiente”, é necessário diferenciar uma notícia que se trata da temática ambiental de outra que é comunicada por uma abordagem ambiental (GAVIRATI, 2013).

Barros e Sousa (2010) averiguam a respeito de uma exigência plausível por processos de maior complexidade no *modus operandi* do jornalismo ambiental. Por preconizar uma práxis engajada, tal entendimento pode ser alcançado, conforme os autores, sob a perspectiva da complexidade (MORIN, 2005), e reforça-se aqui a necessidade de compreender a racionalidade ambiental, expressa por Leff (2001), como condição fundamental no desenvolvimento de elucidações para as questões globais. Girardi *et al.* (2012, p. 135) sugerem

um exercício de fluência e trama dialógica das diferentes vozes do tecido social (MEDINA, 2008), incorporando elementos que ultrapassem os polos emissores tradicionais. Tal visão nos leva a pensar na ótica de superação das ausências de que fala Santos (2007), ao propor uma ‘ecologia dos saberes’ [...].

Collato (2021) reitera a importância do paradigma descrito por Morin (2005) para que se obtenha sustentação a uma forma de pensar a ciência e práxis jornalística a partir de uma

perspectiva complexa, visto que o pesquisador reflete sobre a emergência de uma ciência que seja capaz de reunir os saberes diversos, outrora fragmentados por meio do pensamento cartesiano. O paradigma da complexidade auxilia a refletir a temática ambiental em sua totalidade e a partir de conexões. A complexidade ambiental envolve uma “revolução do pensamento, uma mudança de mentalidade, uma transformação do conhecimento e das práticas educativas, para com isso construir um novo saber que oriente a construção de um mundo sustentável, democrático e menos desigual” (MUNIZ, 2009, p. 26).

É por meio desse vasto, sistêmico e íntegro entendimento que provém a concepção de jornalismo ambiental aqui discutida, respaldada na completude, podendo ser apreendida a partir da formulação dos encadeamentos e desdobramentos temáticos como fatores originadores de debate. Portanto, o jornalismo ambiental “pressupõe uma prática que, partindo do tema ecológico, englobe os vários matizes nos quais este tema se desdobra, suas diversas tematizações possíveis, nas quais o jornalismo fala das e deixa falar as diferentes vozes” (GIRARDI *et al.*, 2012, p. 147).

Collato (2021) assinala ainda, bem como Girardi et al (2012), um nítido ponto de encontro com a ecologia de saberes, postulada por Santos (2007). O autor identifica que todos os conhecimentos são compostos por limites internos e externos, no qual os primeiros são demarcados pelas perspectivas de intervenção no real, enquanto os segundos pelo reconhecimento de interferências viabilizadas por distintos modos de cognição.

Na ecologia de saberes, enquanto epistemologia pós-abissal, a busca de credibilidade para os conhecimentos não-científicos não implica o descrédito do conhecimento científico. Implica, simplesmente, a sua utilização contra-hegemônica. Trata-se, por um lado, de explorar a pluralidade interna da ciência, isto é, as práticas científicas alternativas que se têm tornado visíveis através das epistemologias feministas e pós-coloniais e, por outro lado, de promover a interação e a interdependência entre os saberes científicos e outros saberes, não-científicos (SANTOS, 2007, p. 26).

Moraes (2008, p. 8) apud Girardi et al (2012) afirma que o jornalismo ambiental deve procurar “sua melhor estruturação teórico-prática, a começar pelo aprofundamento do debate sobre seu papel na sociedade atual”, visto que a necessidade de caminhos para o futuro do planeta constitui um dever “educativo” e “transformador” da informação. Para Campos (2006, p. 66), quando se trata do ensino do jornalismo ambiental, a perspectiva sistêmica é inevitável, “porque aprender a ‘pensar o todo’ é mais que uma disciplina, é uma gnosiologia, é um método de procedimento que pode e deve ser aplicado não apenas em relação ao meio ambiente, mas em relação a tudo o mais na vida”.

Girardi (2018) aponta algumas características que revelam uma reportagem calcada no jornalismo ambiental: apresentação de uma visão sistêmica dos fatos; transmissão da complexidade dos eventos ambientais; contemplação da diversidade dos saberes, não se detendo a fontes oficiais; defesa da biodiversidade e da vida em sua plenitude, o que exige deixar a imparcialidade de lado e assumir sua função educativa, cidadã e transformadora. Assim, cabe debater que tipos de espaços e possibilidades surgem para concretizar uma informação ambiental eficaz.

Um dos eixos que permeiam o debate a respeito do que corresponderia ao jornalismo ambiental é a postura do profissional. Para Geraque (2006, p. 10), o jornalista deve assumir seu papel de mediar os conflitos sociais e não permanecer em silêncio, visto que “ter uma visão de mundo sistêmica é a única forma de conseguir produzir reportagens impregnadas de transversalidade, caminho que torna possível o oferecimento ao leitor de toda a complexidade contemporânea”.

Gavirati (2013) postula dois tipos de categorias para compreender o jornalismo ambiental: o empírico, investigado dentro do discurso jornalístico; e o conceitual, explorado a partir do discurso dos movimentos socioambientais, políticos e acadêmicos. Por este ângulo, o jornalismo ambiental é proposto de dois modos, como especialização profissional e como renovação do jornalismo, sendo ambos correlacionados entre si. Entretanto, conforme Flores Mora (2010, p. 39, tradução nossa):

O jornalismo ambiental é multidimensional e transversal, de modo que em vez de uma ‘especialização’ pode ser entendido como uma ‘adaptação’ do jornalismo, em oposição à palavra ‘especialização’ que sugere o desenvolvimento de apenas uma determinada parte dos processos. A sua amplitude é demonstrada pela interdependência da gama de fatores que engloba. Ao contrário do que muitos acreditam, isto não é jornalismo centrado apenas em questões ecológicas. A própria designação ‘ambiental’ coloca-o diante de uma extensa gama de múltiplas referências inter-relacionadas, cuja interpretação não é possível se os dados forem tomados isoladamente. Uma cobertura adequada e responsável requer o conhecimento de uma série de ciências e teorias, desde as sociais e culturais até às naturais e físicas.

O jornalista ambiental informa com a finalidade de transformar, mobilizar e incentivar o debate ao declarar compromisso com a sustentabilidade planetária (GIRARDI et al, 2020). Neste sentido, para alcançar a sua concretização, é primordial buscar respaldo em visões mais amplas, que viabilizem enxergar as vinculações, e livrar-se da fragmentação recorrente. “Fundem-se, desta forma, a natureza do jornalismo especializado com as demandas

socioambientais que acabam por compor o horizonte de reflexão dos paradigmas emergentes” (GIRARDI et al, 2012, p. 148).

Segundo essa perspectiva, precisa ser sistêmico e baseado na pluralidade de vozes. Ser sistêmico, na prática, significa que o repórter precisa perceber o fenômeno principal da pauta associado a outros fenômenos, e que só assim, tentando perceber o todo, será capaz de apresentar de maneira aprofundada os problemas com causas, consequências e possíveis soluções. Daí também a necessidade de uma diversidade de fontes. A cobertura factual, no entanto, não dá conta dessa pluralidade de vozes e de uma visão sistêmica. Por isso o Jornalismo Ambiental prescrito deve ser praticado por meio de reportagens em profundidade (GIRARDI et al, 2020, p. 283).

Na mesma perspectiva, se propõe ancorado em uma ética e cidadania ambiental, na iminência de “contagiar”, por meio da sua transversalidade, as demais editoriais. Na medida em que transpassa pelo sentido da especialização, o jornalismo ambiental deve, obrigatoriamente, abranger a temática de modo aprofundado, relacionando o aspecto principal da notícia com outros fenômenos naturais e sociais, além de compreender-se engajado, e em contrapartida, o que vemos no jornalismo sobre meio ambiente, muitas vezes, é uma cobertura superficial, fragmentada e descontextualizada (GIRARDI et al, 2012; GIRARDI et al, 2020). Portanto, assumimos aqui, um jornalismo ambiental que aborda a temática levando em conta os valores da área ambiental, e não apenas como se fossem pautas políticas e econômicas.

Os principais pressupostos teóricos dessa especificidade jornalística foram sintetizados por Loose e Girardi (2017, p. 158) a partir da busca de uma ótica diferenciada acerca das pautas ambientais. As autoras destacam que essas são premissas em desenvolvimento, e que, “embora possuam potencial para difundir uma outra perspectiva, não conseguem avançar em grandes veículos de comunicação (com interesses, espaços e rotinas restritos), sendo percebida em algumas revistas especializadas e reportagens especiais”: 1) *ênfase na contextualização* - relacionada a expectativa de superar a fragmentação e descontinuidade, enfatizando uma ampla, profunda, crítica e complexa contextualização, de modo que se teça as conexões de causas e consequências; 2) *pluralidade de vozes* – diz respeito a representação da multiplicidade de discursos que estão envolvidos com a temática, em especial os que não dispõem de legitimidade científica, empresarial ou política, e ao rompimento do conhecimento científico único, de natureza cartesiana; 3) *assimilação do saber ambiental* – compreende o entendimento dos valores e da consciência ambiental, sendo necessário internalizá-los com a intenção de possibilitar um desenvolvimento sustentável, duradouro e equitativo; 4) *cobertura sistêmica e próxima à realidade do leitor* – refere-se a indispensabilidade de trazer as questões ambientais

para perto do dia-a-dia do público leitor, desvelando as conexões nem sempre óbvias, e destacando as interdependências existentes; 5) *comprometimento com a qualificação da informação* – abarca o engajamento e a militância como açõebu críticas, em defesa da sustentabilidade da vida e de um vínculo menos nocivo e conflituoso entre a sociedade e a natureza; 6) *responsabilidade com a mudança de pensamento* - envolve assumir sua função de contribuir para ser transformador e mobilizador a partir de informações qualificadas, objetivando empoderar os cidadãos para maior participação social a favor das causas ambientais. Soma-se, por último, 7) *a incorporação do princípio da precaução* – no sentido de dilatar o tempo de ação do jornalismo, orientando-o não somente para o presente, mas também para o futuro, na investida de alertar e impedir consequências negativas.

Ao nomear a sociedade contemporânea de “sociedade de riscos”, Beck (2010) enfatiza que os efeitos não calculados das intervenções humanas impactam significativamente a sociedade, a qual deve defrontar-se acerca dos perigos e riscos gerados por ela mesma. Para o autor, o meio ambiente perpassa todas as ações humanas e compreende o que entendemos por sociedade:

Problemas ambientais *não* são problemas do meio *ambiente*, mas problemas completamente – na origem e nos resultados – *sociais, problemas do ser humano*, de sua história, de suas condições de vida, de sua relação com o mundo e com a realidade, de sua constituição econômica, cultural e política. [...] No final do século XX, vale dizer: natureza *é* sociedade, sociedade (também) *é* “*natureza*” (BECK, 2010, p. 99, grifos do autor).

O alastramento da divulgação sobre as incertezas do campo científico somadas as comprovações que de não possuímos domínio acerca dos danos e efeitos de distintos processos e produtos direcionam a uma visão mais atenta, diligente, e desse modo, orienta o debate do princípio da precaução, o qual vem sendo incorporado ao direito ambiental e outras discussões que abrangem assuntos repletos de imprecisão. A prevenção é convocada quando não se tem cognição a respeito das consequências ou ainda a não certeza de seu acontecimento e a dimensão de impacto, “é um assunto que compete à *sociedade em seu conjunto* e deve ser gerenciado em seu seio para orientar a tomada de decisões políticas sobre assuntos de relevância fundamental” (HAMMERSCHMIDT, 2002, p. 112, grifo da autora).

Constatamos, segundo Girardi et al (2020, p. 289), que este princípio é de extrema relevância para o encaminhamento da postura de profissionais jornalistas frente a assuntos distintos da crise ambiental vivida, “a ponto de ser entendido como dado e referenciado como

um elemento partilhado pelo senso comum”. Portanto, constitui-se como um dos preceitos que conduzem a prática qualificada na esfera de meio ambiente.

Pezzullo e Cox (2018, p. 114, tradução nossa) compreendem o jornalismo ambiental como a “pesquisa, verificação, redação, produção e transmissão de notícias sobre o ambiente para a esfera pública, tradicionalmente por profissionais treinados” e destacam “o papel significativo dos jornalistas ambientais na comunicação sobre o ambiente”. Loose (2010, p. 16) ressalta que “o jornalismo ambiental busca desvendar conexões ocultas que perpassam a sociedade, não se detendo unicamente no que é tido como ambiental”, e neste sentido, “o seu diferencial está na perspectiva holística que emerge do campo ambiental e não na ênfase do assunto que cobre”. Para a autora, este tipo de jornalismo extrapola o conhecimento sobre a temática e carrega em si os aspectos da coletividade, da qualidade e sustentabilidade da vida no mundo, exigindo uma ótica diferenciada. Estabelecer conexões que resultam em reflexão, dispor de diferentes fios que tecem uma realidade e espraia seus aspectos, além de vislumbrar soluções e propostas são ações que não só refletem o bom jornalismo, mas também uma ecologia da experiência no espaço em que habitamos (SCHWAAB, 2015).

Para muitos, ainda persiste a ideia de meio ambiente apenas como sinônimo de fauna e flora. Os profissionais entrevistados se colocam como “aprendizes” no que diz respeito à temática, reconhecem a função de formação e conscientização inerente ao jornalismo, contudo, se vêem aprisionados pelos padrões midiáticos. A qualidade da mediação entre as fontes e a audiência está associada ao nível de indagação, argumentação e investigação acerca dos fatos explícitos e consensos estipulados (GIRARDI *et al.*, 2012). Conforme John (2001, p. 88) apud (GIRARDI *et al.*, 2012),

cabe ao jornalista ambiental explicar novos conceitos, técnicas e tecnologias e descobrir que relação têm elas com a destruição ou preservação dos recursos naturais; com a integridade e funcionamento dos ecossistemas ou do meio ambiente urbano. Também cabe ao jornalista ambiental acolher e investigar denúncias e disseminá-las no meio mais adequado, provocando reações locais ou globais.

De acordo com a autora, a pauta não deve consistir em uma aula sobre ecologia, muito menos deve ser espetacularizada. Neste sentido, deve atrair o público com chamadas relevantes, ter um lead envolvente, fotos pertinentes e explorar os encadeamentos entre realidades diferentes. Desse modo, frequentemente encontramos apelos para que os profissionais encarregados pela cobertura a respeito do meio ambiente busquem conhecimento e informações

previamente, para que se restrinja o risco de tornarem-se simples porta-vozes de suas fontes e reprodutores de supostos consensos oficiais.

1.3 Desafios do jornalismo ambiental em tempos conturbados

As constantes abordagens acerca da problemática ambiental não extinguem as preocupações que rodeiam o campo jornalístico sobre o assunto. Refletir sobre o meio ambiente configura um exercício desafiador, que excede apenas uma editoria especializada. As críticas presentes nas pesquisas reiteram a ausência de uma cobertura sistêmica, e não simplesmente estimulada por eventos e catástrofes. Além disso, soma-se a não diversificação das vozes, o que denota um jornalismo sobretudo refém de fontes oficiais, principalmente das áreas políticas e econômicas. Por esta perspectiva, grande parte dos enfoques acabam negligenciando e fragmentando a complexidade intrínseca ao tema.

O campo econômico é mencionado por distintos trabalhos como um dos componentes que exercem maior influência na abordagem ambiental. Dessa forma, há o predomínio de uma “racionalidade economicista, fundamentada no elogio da produtividade e da eficiência como parâmetros globais. Apesar da atenção crescente aos fatos ambientais, raros são os veículos dispostos a construir uma equipe e explorar essa potencialidade” (GIRARDI *et al.*, 2012, p. 143-144).

O jornalismo ambiental constitui-se como uma área-chave na conjuntura da mídia contemporânea, visto que lida com distintas e relevantes problemáticas de longo prazo que o planeta enfrenta e que impactam e colocam em risco a própria existência humana. Neste sentido, evoluiu de modos diferentes em todo o mundo, e dessa forma, assumindo aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais particulares. Os países mais desenvolvidos, com maior liberdade de imprensa e expressão, dispuseram de debates ambientais significativos desde o século XIX, especialmente em seus respectivos territórios. Em grande parcela dos casos, a cobertura da mídia possibilitou o alargamento da compreensão do público no que diz respeito às causas ambientais, embora não tenha sido capaz de impedir as intervenções e desastres ambientais. Neste ínterim, os países ainda em desenvolvimento, sendo que a maioria destas nações foram colônias de exploração, possuem seus patrimônios naturais sendo explorados há séculos. Logo, não se torna difícil assimilar que nestes territórios “os meios de comunicação costumam vincular notícias ambientais à cobertura de questões de desenvolvimento econômico, como desmatamento e expansão agrícola, geralmente enfatizando a interrelação entre crescimento econômico e impactos ambientais” (HOLANDA, COSTA, KÄÄPÄ, 2021, p. 2).

Porto-Gonçalves (2006) compreende que a problemática ambiental tornou-se um assunto indispensável na agenda política a partir dos anos 1990, enquanto a sua institucionalização procedeu dos eventos nos anos 1970. Moraes (1999) relata que, no Brasil, o planejamento e a gestão ambiental se construiu a partir de uma visão tecnicista nas atuações de combate à poluição, com a fundação da Secretaria Especial de Meio Ambiente da Presidência da República e demais órgãos do Estado, nos anos 1970. Na segunda fase, a ótica que predominava na política ambiental brasileira era a biológica, e neste sentido, priorizou-se as condutas de conservação e preservação. Já a terceira fase teve como eixo central a concepção de desenvolvimento sustentável.

Um efeito apontado no início do século XXI foi o aumento da desregulamentação das políticas públicas ambientais. Fante e Moraes (2018, p. 92-93) respaldam-se em Mário Mantovani e Malu Ribeiro, líderes da Fundação SOS Mata Atlântica, para afirmar que, no contexto nacional, o princípio do desmantelamento da legislação brasileira foi determinado com a modificação do até então chamado Código Florestal, em 2012. “Avaliam que a degradação e os impactos do desastre refletem o próprio desmonte gradativo da legislação ambiental, iniciado com a alteração do Código Florestal, e complementado por iniciativas que fragilizam a proteção ambiental”.

Entre os problemas mais contemporâneos podemos citar as queimadas que assolam a região da Amazônia e do Pantanal, a liberação do garimpo, acirramento das mudanças climáticas, destruição das políticas públicas ambientais e afronta aos órgãos de proteção, a partir das medidas realizadas pelo governo Bolsonaro, e demais questões que serão retomadas nos capítulos seguintes. No cenário atual, os custos implicados na produção da cobertura ambiental, abarcando viagens e uma elevada quantidade de entrevistas em espaços de difícil acesso, retratam obstáculos para diversas empresas midiáticas. Os jornalistas ambientais, frequentemente demandam maior tempo para elaborar pautas especializadas, além de uma infraestrutura onerosa. Neste sentido, estas condições para veicular temáticas complexas podem tornar reportagens ambientais em uma produtividade cara (HOLANDA, COSTA, KÄÄPÄ, 2020).

Girardi et al (2006) ressalta que embora os jornalistas possuam qualificações, crenças e boas intenções, nem sempre é exequível atingir notícias e reportagens relevantes, visto que a cobertura ainda é persuadida por assuntos econômicos que direcionam e suprimem o modo como as informações são elaboradas e disseminadas à audiência.

A ideologia e a orientação política também exercem uma atribuição relevante na cobertura da mídia ambiental em âmbito internacional e são frequentemente confrontados, visto que influenciam o conteúdo e o enfoque das notícias, podendo trazer discrepâncias. Além destas adversidades, também tem sido um desafio aprimorar a linguagem empregada no jornalismo ambiental, posto que o vocabulário padronizado é criticado por embasar-se no desapego e na indiferença (DRUSCHKE e MCGREAVY, 2016), particularidades de uma pretendida imparcialidade, apontada ainda como pré-requisito no jornalismo (HOLANDA, COSTA, KÄÄPÄ, 2020).

O jornalista, ao procurar se cercar dessa neutralidade, pode culminar na produção de conteúdo com ausência de destaque e impacto. Os repórteres ambientais enfrentam ainda, no que diz respeito a qualidade da redação, um obstáculo adicional ao precisarem lidar com fontes acadêmicas as quais comumente utilizam expressões científicas com maior teor formal e técnico.

Essas prioridades adversas não apenas aumentam as chances de erros de tradução e imprecisão, mas também atuam como uma possível barreira para promover o conhecimento e o envolvimento do público. No entanto, a colaboração e a interação entre os grupos tendem a melhorar quando os jornalistas se tornam mais familiarizados com a ciência. Por um lado, os cientistas tendem a confiar mais em repórteres especializados; por outro, jornalistas informados são menos suscetíveis à manipulação ou ao engano. Quanto melhor o diálogo entre jornalistas e fontes, maiores as chances de se ter melhores coberturas jornalísticas (HOLANDA, COSTA, KÄÄPÄ, 2020, p. 5).

Hansen et al (1993) apud Holanda, Costa, Kääpä, (2020) argumenta que a mídia é capaz de colaborar para a “conscientização” do público sobre as questões ambientais, entretanto, essa “conscientização real” deve possuir um eixo físico, visto que a mídia oferece uma versão da realidade e não ela própria. Por este ângulo, corre o perigo de cair em artimanhas da indústria midiática, as quais não provocam o modelo dominante.

A maior parte das investigações em jornalismo ambiental apresentam uma crítica em comum, que é representação focada em tragédias e desastres, fornecendo ao público um ponto de vista da área conduzido por eventos. Comumente, as mensagens midiáticas propagadas abordam episódios isolados, e não examinam os fenômenos interdependentes que concorrem para gerar problemáticas ambientais (HOLANDA, COSTA, KÄÄPÄ, 2020; 2021). O enfoque frequente em riscos, tragédias e discordâncias governamentais provoca um pessimismo geral que direciona ao desapego e ao ceticismo e desse modo, a mídia inclina-se a incorporar a crise

socioambiental a uma heurística do medo, no sentido em que a representação da negatividade finda esgotar a possibilidade de ação política (AGUIAR e SCHAUN, 2011).

Camana (2018) destaca que pesquisas têm apontado de forma sistemática a abordagem da mídia comercial sobre o meio ambiente, considerada precária e limitada à reprodução de releases e ao enfoque na exotização da fauna e da flora. Para a autora, quando se trata de um conflito ambiental que possui amplitude inferior, ou então mais difusa, o jornalismo silencia. É o que ocorre, a título de exemplo, com os conflitos violentos e incessantes na e pela Amazônia, bem como as disputas fundiárias detectadas em toda a extensão do país.

Em comum a todos estes casos, estão as vozes dissonantes em relação ao próprio projeto de desenvolvimento que se impõe no país hoje, baseado na exploração da natureza e descomprometido, portanto, com a justiça social e ambiental. A análise de situações específicas de disputa demonstra que as dificuldades são distribuídas de maneira desigual entre os atores: é o caso das populações tradicionais, das mulheres e dos mais pobres, que – em função das relações assimétricas que os envolvem – acabam sendo mais afetados por problemas ambientais (CAMANA, 2018, p. 131).

Portanto, cabe ao jornalismo apurar, investigar e propagar os confrontos ambientais, ainda que o combate direto tenha sido abrandado, especialmente dando atenção aos indivíduos de maior vulnerabilidade. O conteúdo ambiental, como qualquer outro tipo jornalístico, dispõe de um processo que inclui seleção, produção, divulgação e recepção. Os problemas aqui pontuados também sofrem intervenções externas que podem estabelecer a probabilidade ou não de um assunto transformar-se em notícia. Todos esses aspectos conduzem ao método de enquadramento da mídia, que concerne à seleção e ênfase dos tópicos escolhidos. Para Holanda, Costa e Kääpä (2020, p. 9):

Ao pensar sobre o enquadramento da mídia, fica evidente a importância de estratégias e agendas de comunicação dos formuladores de reivindicações sociais, como grupos de pressão ambiental, governos e indústrias. Eles têm demonstrado seu poder promovendo questões ou silenciando o interesse da mídia em assuntos específicos.

Por meio destes processos de enquadramento, a mídia garante a visibilidade de determinados discursos em detrimento de outros, e ao proporcionar notícias ambientais pela perspectiva de episódios específicos, na grande maioria, perde-se a complexidade. Os autores afirmam que ao oferecer uma mediação com pontos de vista fragmentados, os repórteres “não contribuem para melhorar a compreensão do público sobre o significado da interconexão ecossistêmica, especialmente demonstrando como diversos cenários se comportam e são

associados por meio de relações codependentes e simbióticas” (HOLANDA, COSTA e KÄÄPÄ, 2020, p. 9). Portanto, a mídia, ao carecer de uma cobertura integrada endossa uma concepção colapsada do meio ambiente, conduzindo ao enfraquecimento de uma mobilização social orientada a políticas sustentáveis (CAMPOS, 2006). As preocupações aqui expostas mostram-se legítimas, visto que a cobertura jornalística ambiental necessita de um panorama mais abrangente acerca das temáticas específicas, de modo a facilitar o entendimento dos fatos implicados.

Hansen (2018) aponta que o interesse constante a respeito de uma problemática ambiental nem sempre basta para assegurar um lugar nos meios de comunicação, devido a ocorrência de episódios repentinos e inesperados ou de maior magnitude; que o número de publicações veiculadas não está associado à pertinência do assunto e o seu desaparecimento dos noticiários não significa a resolução do mesmo. Neste sentido, questões com efeitos consideráveis podem não receber a atenção devida, ou até mesmo não serem cobertos pela mídia, visto que podem não aparentar atração para os veículos midiáticos e nem serem geridos de modo simples.

Inicialmente, a cobertura ambiental configurava-se como pontual e contentava-se em responder as perguntas do *lead* e expor os relatos das fontes especialistas. É possível perceber alterações neste quadro, o que, segundo Barros e Sousa (2010), pode ser compreendido pela relação entre a conformação atual das agendas ambientais nacionais com os efeitos da destruição do meio ambiente constatada em todos os lugares.

A via é de mão dupla e, dizem os autores, a agenda global também determina um novo olhar para as ações locais e as põe no cenário de forma inédita. Trata-se do começo da institucionalização de uma preocupação central para o jornalismo: como verdadeiramente incorporar o adjetivo “ambiental” em seu fazer e dar conta da emergência do tema e seus múltiplos desdobramentos (GIRARDI et al, 2012, p. 145).

Incorporando a epistemologia e racionalidade ambiental compreendida por Leff (2001, 2006), surgiriam alterações no fazer jornalístico, tornando o meio ambiente um assunto transversal, e não exceção. Girardi *et al.* (2012, p. 145) destacam que “ainda estamos consideravelmente separados de uma abordagem que incorpore a variável ambiental em todos os aspectos. Em sua complexidade é que residem os desafios a serem enfrentados”.

Para a concretização da prática da qual estamos falando, o jornalismo, como atividade social, deve libertar-se do paradigma cartesiano, baseado na segmentação, na compartimentalização e no isolamento das partes (cf.

MEDINA, 2008), para que seja possível dar suporte às novas ideias que englobam o contraditório e suas ambiguidades (GIRARDI et al, 2012, p. 146-147).

Um dos fatores que exercem influência na prática profissional constitui a concepção do que é o jornalismo e natureza ou meio ambiente (GIRARDI et al, 2020). Moraes e Fante (2018) ressaltam que conhecer e compreender a discussão acerca da sustentabilidade e da concepção do desenvolvimento sustentável, nos moldes dos paradigmas e racionalidades que estruturam a sociedade, é um ponto relevante para a produção de pautas que estejam alinhadas com o jornalismo ambiental.

Geralmente, os jornalistas procuram converter informações científicas ambientais e de primeira mão em conteúdo contextual de notícias (HOLANDA, COSTA, KÄÄPÄ, 2021). Os autores (2021) abordam ainda a respeito do vínculo existente entre fontes e jornalistas, particularmente evidenciando a preocupação de que estes últimos, quando não experientes, se encontram mais propensos a serem influenciados e a considerar apenas o conhecimento científico como isento e verídico. Ademais, conforme mais recentes e características forem as informações, torna-se mais difícil deparar-se com fontes que viabilizem a multiplicidade do debate, possibilitando pontos de vistas distintos à audiência.

Para a construção de uma cobertura eficiente, se faz necessário que os profissionais tenham um nível de conhecimento significativo sobre o conteúdo, visto que caso não o detenham, o resultado é a incapacidade de redigir textos que sejam comprometidos, esclarecedores e interessantes. Por esta perspectiva, Holanda, Costa e Käpä (2021, p. 4), destacam que

a complexidade das questões ambientais desafia as estratégias de comunicação tradicionais (ARNOLD, 2018). É o caso do equilíbrio e da objetividade, valores que permaneceram como a base das normas jornalísticas (PEZZULLO & COX, 2018), mas que não são necessariamente úteis na cobertura ambiental. A intenção do equilíbrio é alcançar imparcialidade e objetividade, mas pode levar à distorção e se transformar em um desserviço ao público (KOVACH & ROSENSTIEL, 2003, p. 77), minando o processo de conscientização e, eventualmente, impedindo ações que possam ser prejudicadas, tomadas para minimizar os impactos (PEZZULLO & COX, 2018).

A cobertura de assuntos ambientais é uma atividade complexa devido às suas ramificações políticas, econômicas e sociais. Garcia (2006) apud Girardi *et al* (2020) elenca quatro características que o noticiário ambiental costuma ter: a noção de risco, temas associados a processos longos, a incerteza científica e a complexidade técnica. Tais elementos mostram-se

destoantes e incompatíveis com uma perspectiva abordada de forma apressada e à distância, requerendo uma interpretação profunda e intensa acerca dos fatos.

Rögener e Wormer (2017) apud Holanda, Costa e Kääpä (2021) determinaram uma concepção acerca do que compõe parâmetros de qualidade na cobertura de pautas ambientais, apresentando dez fatores ambientais e três analíticos gerais. Estes últimos estão relacionados à cobertura em uma perspectiva mais ampla e incluem: a seleção do tópico, abordando pertinência e originalidade; a apresentação, assegurando explicações sobre as conexões ambientais estruturadas; e precisão, para garantir que os fatos e dados expostos estejam certos.

Já as normas ambientais objetivam melhorar relatórios concentrando-se nas especificidades e necessidades atuais do âmbito, contemplam: evitar informações que causam alarmes e sejam minimizadoras; exposição de pesquisas e dados claros; transparência no que diz respeito às fontes e especialistas escolhidos, assim como a diversidade de discursos; apresentação deve conter as principais opiniões a favor e contra; aprimoramento das fontes de *press releases* mais significativas; clareza para esboçar novidades; detalhamento de soluções viáveis; escala geográfica e temporal apropriadas, com vínculos locais e globais; e contextualização.

Observado a incontestável relevância para a sobrevivência do mundo, as problemáticas que abrangem o meio ambiente, entretanto, apresentam-se ainda, de forma recorrente, fragmentadas pela cobertura da mídia. É necessário que a cobertura de informação alcance maior qualidade, posto que é capaz de colaborar para um debate sólido a respeito do assunto, e ainda, promover visibilidade a práticas de educação ambiental (HOLANDA, COSTA e KÄÄPÄ, 2021). Para os autores, “a relação entre cobertura da imprensa e engajamento público não é direta, embora possa ser uma aspiração para jornalistas que se sintam conectados à causa ambiental”, portanto, o ideal de cobertura ambiental possui potencialidade de propagar “informações de alto padrão que sejam precisas, contextualizadas, claras, transparentes, conectadas a outras questões e áreas e, finalmente, que apresentem possíveis resoluções” (HOLANDA, COSTA e KÄÄPÄ, 2021, p. 11).

Quase cinquenta anos depois da Conferência de Estocolmo, estamos novamente exigindo dos governos medidas efetivas para mitigar as mudanças climáticas em curso. Porém, o que mais chama a atenção diante da emergência climática global não é apenas uma aparente epifania coletiva de que seguimos fundando nossa vida em sociedade sobre um paradigma científico antropocêntrico insuficiente, mas quando observamos seus desdobramentos localmente (COLLATO, 2021, p. 8).

O país que detém a maior biodiversidade do planeta em sua extensão (ICMBio, 2017), possui ainda uma imprensa comercial que olha as pautas de cunho ambiental como secundárias, tangenciais ou somente dignas de ênfase quando reverberadas de forma internacional, comumente em virtude de algum desastre ou incompetência da gestão pública ou privada (COLLATO, 2021). Os sinais para essa conduta que resiste nos meios de comunicação nacionais advêm a partir do entendimento da concepção do que seria a modernidade entre os proprietários da mídia, a qual contrasta humano e natureza.

Collato (2021, p. 9) afirma que ao identificarmos de modo crítico os movimentos de transformação das esferas de prática e legitimação até o momento relativos tradicionalmente ao jornalismo, seremos aptos a reconhecer de que forma os ambientes e modelos alternativos em emergência são potencialmente capazes de condicionar o desenrolar da profissão, especialmente, do jornalismo ambiental nos próximos anos. Sejam estas mudanças ocorridas nas estruturas ou nas formas, “[...] fato é que essas experiências também nos obrigarão, enquanto profissionais, a refletir sobre como isso impactará, ou melhor, tem impactado, para melhor ou pior, o conhecimento e a realidade que estamos ajudando a construir coletivamente”.

Se a ciência moderna de inspiração cartesiana e positivista, que se reivindicava detentora dos métodos e técnicas verdadeiros para atingir a(s) verdade(s) sobre as coisas e os fenômenos, segue em crise, até que ponto nós jornalistas ainda buscamos legitimar o conhecimento produzido e nossa função social baseados num paradigma e em espaços decadentes? Por que seguiríamos míopes por singularidades de conteúdo? (COLLATO, 2021, p. 9).

A autora incorpora a necessidade de instaurar lugar para a complexidade da experiência humana na sua totalidade. Neste sentido, o jornalismo ambiental se configura como um campo ideal para exercitar novas possibilidades, à medida que traz para o século presente a viabilidade de readaptarmos o conhecimento elaborado pela profissão, tomando como alicerce novos espaços de ação, e ainda, estimulando a produção de cognição acerca de distintos espaços e a partir de diversos saberes que até então eram negligenciados por modelos e técnicas predominantemente empregues no jornalismo informativo tradicional.

Collato (2021, p. 9) reitera que devemos debater e aprofundar a concepção dos riscos e precaução no jornalismo, visto que ao examinarmos as ações em sistemas naturais, existem danos e efeitos sociais e políticos, não constituindo simples abstrações a serem determinadas em uma matemática de pesos e contrapesos. “Com isso, o engajamento social e político, tão repreensível na prática jornalística informativa ‘objetiva’, se torna um componente ético para o

jornalista ambiental. Sujeito e objeto não se separam, pois tal separação é ilusória na teia de relações biológicas e sociais”.

Em tempos conturbados, faz-se necessário um compromisso com a pauta ambiental, o que exige um olhar cuidadoso, sistêmico e comprometido com a defesa da vida em todas as suas proporções. Requer-se ainda engajamento, apuração e investigação, com a finalidade de desvelar métodos que ocultam interesses que causam prejuízos ao meio ambiente e à saúde da população em geral (GIRARDI, 2018).

Ao questionar se o jornalismo ambiental é militante, Schwaab (2018, p. 70) abre o debate discorrendo acerca da já vencida imparcialidade e introduz um leque precioso de constituintes que resvalam no bem-comum, nos direitos e deveres dos cidadãos e na racionalidade socioambiental como modo de entender os efeitos da intervenção humana “em qualquer conexão local-global que pensemos em fazer; estamos falando de cidadania e de justiça. Isso perpassa saúde, educação, história, relações de poder, legislação, sobrevivência, diversidade, respeito e outras tantas temáticas daí derivadas”.

Para o autor, não há concepção humana ou ecológica que permita ignorar ou desconsiderar os prejuízos que alteram a vida planetária em proporção jamais vista, além de inconcebível ser refletida de maneira fragmentada ao nos defrontarmos com o contexto em que

[...] a humanidade costura em sua agricultura e seus modos de produção de alimentos, na sua fome, pobreza e riqueza, nas maneiras de exploração da vida em todas as suas manifestações, no acúmulo de resíduos, nas alterações do clima, em suas pressões e alterações na legislação de proteção, nas migrações, nos deslocamentos forçados de povos originários, nas catástrofes, nas doenças. Nenhuma dessas temáticas existe sem profunda interligação com a(s) outra(s) (SCHWAAB, 2018, p. 70).

É aí que se encontra e constitui o alicerce da lógica socioambiental, o mesmo sobre o qual pode ser compreendido o jornalismo ambiental, um espaço privilegiado de ocupação profissional e de experiência da reportagem em seu íntegro cerne. Neste sentido, Schwaab (2018, p. 71) destaca que o âmbito da reportagem ampliada ou em profundidade possui, em circunstâncias de base de pensamento, semelhanças com o raciocínio socioambiental:

A produção de reportagens ampliadas nos espaços de formação em Jornalismo abre uma saudável janela para compreender ainda mais o método e a ética da reportagem. E nos lembra que esse exercício crítico, se originado a partir de uma leitura socioambiental da realidade, tem o potencial de ampliar os horizontes de entendimento de quem faz e de quem lê esse tipo de produção jornalística.

O diálogo acerca da transformação de conhecimento e das bases dos processos produtivos são fundamentados a partir da construção de uma consciência sobre o meio ambiente, da democratização do estado e também do envolvimento social (SCHWAAB, 2018). Entender as concepções herdadas de paradigmas longevos mas que perduram até hoje, colabora não apenas para a análise da abordagem midiática da cobertura ambiental mas também é capaz de qualificar a discussão sobre a temática na sociedade, na tentativa de se buscar um jornalismo que possibilite maior comprometimento, “que explique os assuntos para seu leitor, compreenda o meio ambiente de forma integrada e revolucionária e estimule uma verdadeira militância na cobertura das políticas ambientais” (MIGUEL, 2009, p. 147).

Belmonte (2017) destaca que “um jornalismo ambiental só se configura quando em relação com outras forças sociais”, e é por isso que a cobertura ambiental veiculada pela mídia com problematizações socioambientais comumente é influenciada parcialmente pela presença e atuação do ativismo ecológico e ambiental. Trigueiro (2005) aponta para a presença de um estímulo que conduz e vigoriza a prática jornalística, direcionado à construção e disseminação de informações qualificadas da temática ambiental, no sentido de contribuir, potencialmente, com o processo de tomada de decisão dos indivíduos. Sendo assim, o jornalismo ambiental deve integrar a participação dos cidadãos para que sejam envolvidos de maneira mais intensa e profunda no debate sobre a vida social e as preocupações ambientais.

A abordagem atual da mídia apresenta a questão ambiental ainda de maneira restrita, fragmentada, pouco contextualizada, e além disso, reduz o conceito de meio ambiente muitas vezes à fauna e a flora, sem estabelecer as implicações sociais, econômicas e políticas interdependentes (MIGUEL, 2020; RIBEIRO, 2019; LIMA, 2015). Porém os fluxos comunicacionais não se limitam à atuação dos conglomerados midiáticos hegemônicos, visto que muitos grupos e coletivos desempenham estratégias de comunicação que alçam discursos mais preocupados perante o escopo socioambiental. Lima (2015, p. 81) acredita que

o desafio primordial ao se adotar uma perspectiva interdisciplinar entre meio ambiente e comunicação é procurar restituir, ainda que de maneira parcial, o caráter de totalidade e de complexidade do mundo real dentro do qual e sobre o qual indivíduos e sociedade pretendem atuar. Essa tentativa pode ser bastante eficaz nesse momento, ou seja, diante do crescimento da diversidade midiática promovida pela evolução digital, estando aí também o aumento das potencialidades da comunicação para auxiliar no enfrentamento dos problemas socioambientais que se acumulam.

Neste sentido, a partir da perspectiva dessas coletividades, as problemáticas ambientais podem ser constituídas em sua completude, com maior profundidade, valendo-se do potencial

comunicativo e da preocupação social progressiva, com a finalidade de propor soluções para os dilemas da crise ambiental no planeta e calcado em uma ética e cidadania ambiental, “a ponto de sugerir que o ambiental, em sua transversalidade, ‘contamine’, ainda, as demais editoriais” e busque “as inter-relações esquecidas nos diversos discursos” (GIRARDI et al, 2012, p. 149).

Dessa maneira, a mídia está habitualmente relacionada a ampliação da conscientização ambiental na esfera pública. A princípio, coletivos e organizações ambientais exerceram uma função significativa na transformação de problemas ambientais em questões sociais e políticas, e essas informações foram modificadas em conteúdo de notícias. Destaca-se, portanto, a relevância dos grupos de pressões, na medida em que, sem a resistência deste público em elevar a politização ambiental o meio ambiente não deteria a proeminência no discurso público e político (MIGUEL, FRANCO, 2020; 2021).

No sentido de contribuir para que modificações significativas de consciência sejam realizadas, traduzindo-as em novos paradigmas de políticas públicas, de gestão empresarial, possibilitando a imersão da concepção de uma cidadania mais dilatada e abrangente, denominada por Trigueiro (2006) como cidadania ecológica planetária, abordaremos no capítulo seguinte o ativismo midiático ambiental e suas potencialidades por meio das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs).

CAPÍTULO 2 – MOVIMENTO AMBIENTAL E OS FENÔMENOS MEDIATIVISTAS

Neste capítulo discutimos de que forma o ambientalismo se configura como um movimento social com potência comunicativa de relevância, e de que modo as alterações trazidas pela sociedade em rede (CASTELLS, 1999; 2016) e pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) propiciaram um terreno fértil para a viabilidade de práticas ativistas e mediativistas nesse contexto de pluralidade de atores, em especial na questão socioambiental, a partir da visão de autores como Castells (2016), Lemos (2010), Malini e Antoun (2013), Braighi e Câmara (2018), Peruzzo (2018), Moraes e Fante (2018), Miguel (2020), entre outros.

2.1 O movimento social ambientalista

Para abordar as questões que conduzem o movimento ambiental, primeiramente convém situar o conceito de “movimentos sociais”. O termo é extensamente empregado para fazer menção a uma sucessão de fenômenos que se organizam e se manifestam na esfera pública por meio de parcelas da população. Segundo Gohn (2011, p. 335), os movimentos sociais constituem

[...] ações sociais coletivas de caráter socio político e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas (cf. Gohn, 2008). Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até as pressões indiretas.

Na contemporaneidade, os principais movimentos sociais agem “por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais ou transnacionais, e utilizam-se muito dos novos meios de comunicação e informação, como a Internet” (GOHN, 2011, p. 335-336). A autora destaca que historicamente estes movimentos sempre existiram, visto que simbolizam forças sociais estruturadas, conectam sujeitos como campo de práticas e experimentações sociais, as quais são fontes que resultam na criatividade e nas mudanças socioculturais. Os movimentos sociais são induzidos por uma profunda desconfiança nas instituições políticas que administram a sociedade, e a mudança social envolve uma ação individual e/ou coletiva emocionalmente motivada (CASTELLS, 2013).

A partir da atuação desses movimentos, ações coletivas são desenvolvidas operando como resistência à exclusão e tentando a inclusão social. Ainda conforme Gohn (2011, p. 336),

Constituem e desenvolvem o chamado *empowerment* de atores da sociedade civil organizada à medida que criam sujeitos sociais para essa atuação em rede. Tanto os movimentos sociais dos anos 1980 como os atuais têm construído representações simbólicas afirmativas por meio de discursos e práticas. [...] Ao realizar essas ações, projetam em seus participantes sentimentos de pertencimento social.

Geralmente, possuem os seguintes aspectos: necessidades que exprimem a sua identidade; opositores e aliados; alicerces e lideranças as quais estruturam os conjuntos de demandas por meio de práticas de pressão e mobilizações em rede; articulam ou fundamentam-se em um projeto de vida e sociedade; ações comunicativas distintas; perspectivas de mundo que amparam suas necessidades; culturas específicas nos modos de suporte e direcionamento de suas respectivas reivindicações; laços consistentes e longínquos entre seus participantes, à medida que compartilham identidades, intuição e pontos de vista a respeito de determinadas questões (PERUZZO, 2013; 2018).

De acordo com Jacobi (2007), a questão ambiental no Brasil adquiriu visibilidade relevante no discurso dos atores que constituem a sociedade, a partir da década de 1980, e adentrou em diversos campos e atividades organizacionais, promovendo o envolvimento e engajamento de associações socioambientais, científicas e de grupos sociais e empresariais. Desse modo, desenvolveu-se uma área política composta por indivíduos que possuem cerne em movimentos sociais e ambientais, os quais passam a empregar o “socioambientalismo”, como forma de manifestação de uma identidade transversal.

O termo transfigura-se como parte de um campo gradativamente vasto constituído por diferentes formações desde coletivos aleatórios à Organizações Não-Governamentais (ONGs) devidamente institucionalizadas. “O grande ponto de inflexão do movimento ambientalista ocorre com a constituição de fóruns, coalizões e redes que têm importância estratégica para ativar, expandir e consolidar o caráter multisetorial do ambientalismo” (JACOBI, 2007, p. 465).

As preocupações ambientais expressas pelo ativismo das redes têm provocado algumas mudanças, na medida em que tanto os governos quanto as agências de financiamento multilateral introduzem crescentemente a problemática dos impactos socioambientais em suas agendas. A publicização dos riscos aumenta o grau de legitimidade e credibilidade das ONGs que buscam de forma crescente suporte técnico-científico para sustentar seus argumentos. [...] As redes se fortalecem pela sua capacidade de instrumentalizar os alcances das novas tecnologias de informação e a sua influência nos processos decisórios (JACOBI, 2007, p. 467-468).

As questões que o ambientalismo conduz estão ligadas à indispensabilidade de construir uma cidadania para os desiguais, com destaque a temática dos direitos sociais, às consequências provocadas pela degradação das condições de vida advindas pela destruição socioambiental e à precisão de expandir condutas focalizadas na sustentabilidade e na politização de riscos (JACOBI, 2007). Neste sentido, as ações das redes de comunicação e a prática do jornalismo especializado proporcionam o discernimento público dos efeitos ambientais, ajudam a pressionar governos e implantar políticas públicas. Lima et al (2015, p. 77) destacam que,

o meio ambiente, por sua vez, como campo de estudos que se volta para o entendimento da crise ambiental que emerge nos anos 1950-1960, passa a inserir, ao lado da ecologia e do estudo dos ecossistemas e sua degradação, as visões das ciências sociais e econômicas, para dar conta de uma questão que se torna cada vez mais onipresente no planeta: o conflito natureza-sociedade.

Castells (1999) afirma que, ao analisar os movimentos sociais a partir de sua produtividade histórica, compreendendo os impactos e repercussões nos valores culturais e nos distintos setores da sociedade, o movimento ambientalista que emergiu ao final dos anos 1960 obteve local de destaque. Por ambientalismo, o autor refere-se ao conjunto de todos os modos de comportamento coletivo que, tanto na teoria como na prática, possuem a finalidade de corrigir as formas destruidoras de relacionamento entre o indivíduo e seu ambiente natural, de maneira a contestar e combater a lógica institucional e estrutural hegemônica vigente, não podendo ser visto meramente como um movimento de conscientização.

Desde o seu surgimento, uma série de causas foram integradas ao ambientalismo – a exemplo de campanhas contra o despejo de lixo e resíduos tóxicos, protestos antinucleares, pacifismo e feminismo –, colocando o movimento em um contexto demasiadamente amplo de direitos e reivindicações, visando exercer influência. Neste sentido, configura-se como multifacetado, devido à pluralidade de sua composição, vozes, e modos de manifestação em cada país e cultura, e situa-se, sobretudo, “no cerne de uma reversão drástica das formas pelas quais pensamos na relação entre economia, sociedade e natureza, propiciando assim o desenvolvimento de uma nova cultura” (CASTELLS, 1999, p. 142).

As atuações coletivas, políticas e narrativas incorporadas e respaldadas pelo ambientalismo tornam, na visão do autor, praticamente inconcebível considerá-lo como um único movimento. Para Castells (1999, p. 143), “é justamente essa dissonância entre teoria e prática que caracteriza o ambientalismo como uma nova forma de movimento social descentralizado, multiforme, orientado à formação de redes e de alto grau de penetração”.

Proponho a hipótese de que existe uma relação direta entre os temas abordados pelo movimento ambientalista e as principais dimensões da nova estrutura social, a sociedade em rede, que passou a se formar dos anos 1970 em diante: ciência e tecnologia como os principais meios e fins da economia e da sociedade; a transformação do espaço; a transformação do tempo; e a dominação da identidade cultural por fluxos globais abstratos de riqueza, poder e informações construindo virtualidades reais pelas redes da mídia (CASTELLS, 1999, p. 154).

O autor sustenta que existe um discurso ecológico subentendido e coeso que atravessa um conjunto de orientações políticas e origens sociais adentrados no movimento, e que proporciona a configuração sobre a qual distintos assuntos são tratados e debatidos em circunstâncias e finalidades diversas. Grande parte do êxito do movimento ambientalista ocorre devido a sua notória habilidade de adaptação às circunstâncias de comunicação e mobilização expostas pelo paradigma tecnológico (CASTELLS, 1999). Ainda que o movimento dependa substancialmente de suas organizações de base, suas práticas acontecem em virtude de eventos que se encontram oportunos para a veiculação e divulgação na mídia. Neste sentido, os ambientalistas conseguem difundir seus discursos a um público superior do que o representado por suas bases diretas, à medida que elaboram eventos que despertam relevância e atenção dos meios de comunicação.

Ademais, o autor ressalta que a presença contínua da temática em pauta na mídia concedeu-lhes maior legitimidade em relação a diferentes causas e movimentos sociais. As ações direcionadas à mídia tornam-se explícitas na conjuntura de movimentos ambientalistas globais, a exemplo do Greenpeace, Organização Não Governamental (ONG)¹⁷ cuja fundamentação está voltada ao desenvolvimento de eventos que impulsionem e mobilizem a opinião pública acerca de seus motes característicos, objetivando realizar pressão sobre governos e entidades internacionais para conquistar a aprovação de leis, decisões favoráveis e implementação de deliberações feitas em torno de questões essenciais. Não obstante, as intervenções do movimento também concernem aos cotidianos de lutas ambientalistas em esferas locais, visto que ambientalistas organizam, do mesmo modo, campanhas em defesas do controle em relação ao desenvolvimento vertiginoso e descontrolado, providências de saúde pública e novos modos de planejamentos urbanos e regionais.

Castells (1999, p. 162) avalia que os ambientalistas se configuram como pioneiros no emprego das novas tecnologias de comunicação, à medida que se apropriam delas como

¹⁷Entendemos as ONGs como parte do movimento ambiental, ainda que institucionalizado, visto que “ONGs e movimentos, na dinâmica social contemporânea, acabam por se fortalecer, se qualificar, com recursos e parcerias e, muitas vezes, até se integrar, se fundir” (MIGUEL, 2014, p. 51).

instrumentos de sistematização e mobilização, principalmente por meio da Internet. “Mediante o acesso a essas redes, grupos locais em todo o mundo passaram a ter condições de agir de forma global, exatamente no mesmo nível em que surgem os principais problemas relativos ao meio ambiente”.

2.2 O advento da cibercultura e da sociedade em rede

Para entender como esses movimentos sociais surgem e atuam por meio das TIC's para chegar na mídia como o próprio movimento, com narrativas, estratégias e mobilizações jornalísticas realizadas por espaços e iniciativas independentes, faz-se necessário discorrer como se configurou a sociedade em rede e compreender de que forma esse fenômeno trouxe modificações. Segundo Castells (2016), o que caracteriza a revolução da tecnologia é a aplicação do conhecimento e da informação para a geração de dispositivos de processamento de informação e comunicação em um ciclo de realimentação cumulativo entre a inovação e seu uso. O autor afirma que a convergência das tecnologias eletrônicas na área da comunicação interativa resultou na criação da Internet, considerada o meio tecnológico mais revolucionário da “Era da Informação”.

As mídias digitais permitem comunicação individualizada, personalizada e bidirecional em tempo real. Para Lemos (2010, p. 79), essa nova tecnologia propicia uma ruptura na forma de conceber informação, produzida pelo meio eletrônico, e no modo de distribuí-las, “alguns autores chegam mesmo a falar de um domínio dos meios de produção pelo público”. O paradigma da tecnologia da informação avança em direção à abertura, como uma rede de alcances diversos. “É forte e impositivo em sua materialidade, mas adaptável e aberto em seu desenvolvimento histórico. Abrangência, complexidade e disposição em forma de rede são seus principais atributos” (CASTELLS, 2016, p. 128).

A concepção de sociedade em rede apresentada por Castells (2005, p. 20) diz respeito a uma estrutura social fundamentada em redes e manuseadas por meio das tecnologias de comunicação e informação, sendo baseadas a partir das redes digitais de computadores que produzem, processam e difundem informações por meio “de conhecimento acumulado nos nós dessas redes”. Para o autor, as redes digitais constituem a “coluna vertebral” dessa sociedade.

Com base nos agrupamentos de interesses que a Web proporcionou, indivíduos e organizações se tornaram aptos a interagir de modo expressivo, formando uma rede de alcance mundial para comunicação interativa e individualizada. O processo de desenvolvimento e difusão das redes de Comunicação Mediada por Computadores (CMC) e da Internet moldou a

estrutura do novo meio de comunicação, com padrões reais, na disposição da rede e na cultura dos usuários (CASTELLS, 2016).

Lemos (2010) afirma que a cibercultura é fruto de novas formas de relação social, e que a democratização dos computadores provoca debate a respeito dos desafios da informatização das sociedades contemporâneas por se tornarem ferramentas de convívio social. Configurada como base da cibercultura, a microinformática é resultado de uma apropriação social. “A sociedade não é passiva à inovação tecnológica, sendo o nascimento da microinformática um caso exemplar, mostrando a apropriação social das tecnologias para além da sua funcionalidade econômica ou eficiência técnica” (LEMOS, 2010, p. 106). Esta apropriação da tecnologia contemporânea é perceptível por meio da atuação dos *hackers*, do desenvolvimento da realidade virtual e das formações de comunidades virtuais, as quais excedem limites geográficos e temporais, e levam em consideração as funções exercidas pelas redes sociais *online* dentro do processo de circulação de conteúdo. É por meio do contexto de convergência, mudança e mobilidade que movimentos surgem ou se ampliam na tentativa de propor novas produções, narrativas e discursos jornalísticos.

A dimensão social agregadora é um dos elementos mais importantes do desenvolvimento da cibercultura (LEMOS, 2010). Dentro do segmento de usuários da CMC, o meio digital proporciona uma comunicação mais descontraída e desinibida, além de estimular a participação de indivíduos e agregações invisibilizados ou situados à margem do debate na sociedade. Nesse sentido, grupos sociais oprimidos tendem a se expressar de maneira mais aberta por causa da sensação de proteção propiciada pelo meio eletrônico. Contudo, grupos extremistas também se sentem mais à vontade no cenário descrito, o que defronta o otimismo excessivo das redes.

Na década de 1990, ativistas comunitários construíram redes de interação digital com o objetivo de conceder informações, incentivar o debate público entre os cidadãos, além de reafirmar o poder democrático a respeito de questões ambientais e de políticas locais. No âmbito internacional, novos movimentos transnacionais são criados para defender os direitos humanos, causas femininas, preservação ambiental e democracia política por meio da Internet como ferramenta para difundir informações e mobilizar a sociedade. A partir da fusão da mídia de massa personalizada globalizada com a CMC, um novo sistema de comunicação foi criado, o multimídia, que estendia o campo da comunicação eletrônica para todo o âmbito da vida. Entre as características do novo sistema está a disseminação da diferenciação social e cultural, crescente estratificação social entre os usuários, integração de todas as mensagens em um

padrão de conhecimento comum e a captação de expressões culturais em toda sua diversidade (CASTELLS, 2016).

A inclusão dessas expressões “no sistema de comunicação integrado baseado na produção, distribuição e intercâmbio de sinais eletrônicos digitalizados tem consequências importantes para as formas e processo sociais” (CASTELLS, 2016, p. 457). De um lado, enfraquece consideravelmente o poder simbólico dos meios de comunicação tradicionais fora do sistema e de outro transforma radicalmente o espaço e o tempo, dimensões essenciais da vida humana. O modelo informatizado do ciberespaço, termo inventado por William Gibson em 1984, é aquele em que o formato das redes digitais consiste em uma estrutura comunicativa de livre circulação de mensagens. A informação não mais é editada por um centro “editor-coletor-distribuidor”, mas difundida de forma multidirecional, caótica, coletiva e personalizada (LEMOS, 2010).

As diferentes manifestações contemporâneas da cibercultura podem se expressar cotidianamente e se revoltar contra os modos instituídos e consolidados. A cibercultura mostra como as tecnologias são utilizadas como ferramenta efetiva para o compartilhamento de emoções e formação comunitária. Desse modo, constitui-se como um espaço de movimentação de discussões plurais, que fortalece habilidades diferenciadas e aproveita o conhecimento gerado pelos vínculos comunitários para potencializar a troca das aptidões, gerando, portanto, a coletivização dos saberes. Ponderamos que ainda se configura como um local que exala preconceitos, desinformações e discursos de ódio.

Como demarca Castells (2016), de uma sociedade massificada, caracterizada por pouca informação com redundância, passa-se para uma sociedade informacional, em que predomina o fluxo de uma grande quantidade de informações para os interagentes, que possuem o poder de escolha, triagem e busca daquilo que lhes interessa. Este cenário foi se constituindo ao longo das últimas décadas e as TIC's agilizaram as transformações em itens fundamentais de instituições informativas a exemplo de suas diretrizes de pensamento, editoriais que se reconfiguram para atingir um modelo de negócio eficaz com manutenção de qualidade de conteúdo (JENKINS, 2009). Com o advento da Internet, a maioria dos meios tradicionais de comunicação viram a necessidade de produzir mídia *online* e foram aos poucos criando páginas que sofreram repaginação conforme a evolução de máquinas e do processo criativo (CASTELLS, 2016). Camargo e Corrêa (2013) ressaltam que a partir das plataformas sociais 2.0, a Internet começou a se referenciar como espaço de mídia alternativa, em que grupos e

movimentos sociais com pequena inclusão nos veículos de comunicação de massa poderiam difundir ações e trabalhos por meio da obtenção do ambiente gratuito da rede.

Neste sentido, os princípios de interatividade e do que Jenkins (2009) denominou, na época, de cultura de participação, em que usuários podem conectar-se, trocar e acumular conteúdos, além de conceber uma rede de contatos mediante a disponibilização de notícias jornalísticas em formatos móveis são repensados com as novidades das últimas décadas. O autor amplia a lógica da cultura participativa e vê o público não apenas como consumidor inerte de mensagens, mas como indivíduos que determinam, reestruturam e compartilham produtos midiáticos em moldes que não foram originalmente programados.

Convém frisar que, ainda que defendamos uma visão otimista, integrada e os aspectos positivos da rede, não podemos esquecer que constitui um ambiente de polarização, vigilância e controle. Ao mesmo tempo em que se configura como um espaço plural, possibilita a margem para a disseminação de desinformação, manipulação e alienação.

Rego (2020) afirma que a sociedade atual tem como característica principal a vigilância digital, que se moldou em uma estratégia determinante que atinge as sociabilidades e afetividades, na medida em que a manipulação psicológica reúne os indivíduos em bolhas de pensamentos semelhantes, resultando na rejeição de perspectivas contrárias, provocando o ódio e instaurando o medo.

Na sociedade do controle, as redes se fortalecem, “interconectando mundo real e virtual numa simbiose indistinta e com capacidade para envolver os usuários de forma ubíqua tornando cada um de nós refém de seus mecanismos” (REGO, 2020, p. 87). Essa nova configuração engendrada em um poder ubíquo e silencioso, que se coloca como gratuito e possibilita que numerosas ações boas sejam feitas, é definida, principalmente, pela desconstrução do sujeito, além da sua transformação para o modelo de dados, o qual é facilmente modificado em produto.

Nesse ínterim, vigilância e controle se aliam ao julgamento, fazendo dos usuários das redes sociais, já vigiados e vigilantes, também julgados e juízes, como parte essencial da manutenção do sistema mercadológico em que nos inserimos como produtores voluntários e produtos pluridimensionais (REGO, 2020, p. 87).

A autora (2020, p. 89) destaca que neste vasto escopo composto por estratégias de manipulação e mutação comportamental, bem como pela manutenção da atenção da audiência, pelo controle, vigilância e julgamento, os discursos carregados de desinformação acabaram sendo favorecidos por meio dos algoritmos “que se guiam para os modelos de negócios das

gigantes virtuais que trabalham em seu próprio benefício”. Sendo assim, “atenção e desinformação se aliam na conformação da vigilância, do controle e do julgamento”.

As transformações revolucionárias trazidas pelas tecnologias também ocasionaram riscos de todos os tipos. A partir da ascensão da inclusão digital, a Internet tornou-se palco para a realização de cibercrimes, práticas de censura de conteúdo, vigilância e espionagem ilegais, e as suas ferramentas subsidiaram ações de grupos que fomentam a violação dos direitos humanos (SORJ et al, 2018). Consideramos então que as consequências nocivas da Internet no espaço público virtual impactam na qualidade da comunicação e do debate político.

A mesma Internet que dilata as possibilidades de os sujeitos participarem do espaço público também é responsável por favorecer a difusão de mensagens anônimas, em grande parte propagadas com finalidades que são ocultas aos olhos dos destinatários. Os pseudônimos e identidades falsas podem ser usados para manipular o debate público, e com o anonimato, é ainda mais difícil responsabilizar os indivíduos e/ou grupos que desinformam (SORJ et al, 2018).

Os novos mecanismos que utilizamos para nos informarmos ou comunicarmos têm características específicas e muitas vezes pouco transparentes. Eles podem criar uma lógica extremamente danosa para a convivência democrática, favorecendo o fechamento dos canais de debate. Os indivíduos, dispostos a acreditar em notícias que confirmam suas crenças e visões preestabelecidas, entrincheiram-se em bolhas nas quais a diversidade de opiniões é excluída (SORJ et al, 2018, p. 13)

Quandt (2018, p. 40, tradução nossa) propõe e sistematiza o conceito de *dark participation* (participação sombria) ao tratar do lado maligno do engajamento dos cidadãos. Ao invés de contribuírem de forma positiva, ou ao menos neutra, para os processos de criação de notícias, esse tipo de engajamento se caracteriza por contribuições “negativas, egoístas ou mesmo profundamente sinistras”. Os exemplos que se enquadram nessa concepção incluem desde a desinformação e campanhas de ódio até a prática de *trolling*¹⁸ individual e *cyberbullying*¹⁹.

Os atores envolvidos variam de sujeitos e coletivos organizados a movimentos sincronizados. A ação conjunta das formas de participação se expande para grupos maiores, os

¹⁸Termo que se aplica a participantes “zangados e malévolos que projetam as suas questões pessoais e um ódio geral pelos seus semelhantes ou “o sistema” sobre os outros com uma vontade sombria de suscitar debates no fórum” (QUANDT, 2018, p. 41, tradução nossa), motivados, por vezes, “pelo simples prazer de causar tumulto e ver outros reagirem a mensagens agressivas ou sem sentido”.

¹⁹Ao contrário do *trolling*, o *cyberbullying* é uma prática que se destina a assediar, de forma virtual, uma vítima específica, considerada inferior, por meio de ações intencionais e deliberadas que podem se suceder de forma repetitiva (QUANDT, 2018).

quais podem pertencer a um movimento político, religioso ou ideológico, que se utilizam de estratégias manipuladoras. O autor ressalta que os efeitos desse tipo de engajamento podem ser lentos e indiretos, contudo, podem impactar sociedades inteiras como a audiência pretendida.

Comentários odiosos, manipulação de fóruns e informações fabricadas parecem ser características comuns da participação do usuário no processo de criação de notícias nos dias de hoje. Essas e outras variantes de participação sombria estão aparentemente em ascensão. Enquanto pesquisadores de jornalismo nos anos 1990 e 2000 esperavam entusiasticamente um rejuvenescimento do jornalismo e um fortalecimento da democracia por meio da participação cidadã em um debate positivo e civil, evidências anedóticas e pesquisas empíricas apontaram exatamente na direção oposta recentemente (QUANDT, 2018, p. 43, tradução nossa).

Os exemplos dessa participação sombria “apontam para questões urgentes dos atuais processos de comunicação online e de notícias, e há provas suficientes de que essas questões são mais do que sérias” (QUANDT, 2018, p. 44, tradução nossa).

Apesar de considerarmos relevante ponderar os limites da rede e seus aspectos antidemocráticos, cada vez mais evidentes, partimos da visão da ampliação da participação política e da visibilidade dos movimentos socioambientais. Pressupomos que o contexto midiativista foi facilitado pelas TICs, e por esta perspectiva, os novos movimentos sociais em rede atuam por meio da ampliação da política para além do discernimento entre estado e sociedade civil; da utilização dos meios de comunicação para a mobilização de protestos, atividades, proporcionando a otimização do tempo, recursos, ampliando o alcance de iniciativas e oferecendo meios de participação, colaboração e engajamento (MIGUEL, 2014); dando preferência por ações não institucionais, dirigidas à opinião pública; da produtividade dos movimentos através da finalidade de mudança dos padrões culturais, reforma das instituições e realização de debates sociais, renovando as lutas sociais coletivas.

Novos movimentos/grupos/ativismos surgem conectados em rede de múltiplas formas. Castells (2013) apresenta algumas características destas agregações: são simultaneamente globais e locais, amplamente espontâneas em sua origem, geralmente desencadeadas por uma centelha de indignação, em princípio não violentas, virais, auto-reflexivas, geram suas próprias formas de tempo. Constata-se uma conexão fundamental entre a Internet e esses movimentos sociais em rede, “eles comungam de uma cultura específica, a cultura da autonomia, a matriz cultural básica das sociedades contemporâneas” (CASTELLS, 2013, p. 167). Conforme o autor, embora esses coletivos se iniciam por meio da Internet, eles apenas se tornam um movimento a partir do momento em que ocupam o espaço urbano. A ausência de uma liderança formal nos

movimentos, vai de encontro ao que o sociólogo salienta sobre a maximização das chances de participação da população, proporcionada por essa estrutura descentralizada. A junção da cibernética com o espaço público constitui ao que ele denomina de espaço da autonomia, uma nova forma espacial dos movimentos sociais em rede.

Para Vizer (2007), o paradigma emergente no século XXI determina novas formas de relação entre a militância, novos modos de ativismo social e os meios de comunicação. O autor demarca que o militante pode ser visto como um integrante de uma organização social ou ainda um sujeito solitário com acesso à Internet e à comunicação por meio do celular. Neste ponto de vista, o ativismo social já não é mais somente organizado de forma obrigatória e sim de modo espontâneo, tomando forma de “multidões”, estabelecidas por situações críticas. A espontaneidade constrói o acontecimento, se revela e se expressa em ações que constituem todos os tipos de mobilizações e manifestações. As características fundamentais dos movimentos sociais apontadas pelo autor englobam:

1) Desenvolver (práticas e dispositivos instrumentais de ação); 2) com o fim de transformar (as relações e as práticas de poder instituídas: p. ex., no governo, o sistema legal, as formas de propriedade etc.); 3) por meio da mobilização (ações de resistência instituintes); 4) apropriando-se conflitivamente (de tempos e espaços) públicos (cortes de rotas, tomada de edifícios e empresas fechadas etc.); 5) motivados para cultivar (vínculos, instituições de agrupamento e contenção); 6) motivados e inspirados criativamente (o enorme universo da cultura, a comunicação e as formas simbólicas) (VIZER, 2007, p. 46).

Já Almeida (2013, p. 88) salienta que o ativismo é formado em prol da “comunicação contra-hegemônica, que é realizada em contrassenso com a comunicação de massa e que também busca abranger outros movimentos sociais que não são contemplados – pelo menos não devidamente – pelos *mass media*”. Individuais ou coletivas, estas manifestações revelam a pretensão de uma sociedade que anseia não mais depender de mediadores hegemônicos, deixando de estarem nas “periferias” do fluxo informacional.

A condição de ativismo e de inconformismo com o *status quo* pertencente aos movimentos sociais configura formas de ação multifacetadas, em busca de transformação. Jordan (2002) denomina o ativismo como a agregação de investidas com a finalidade de modificar a realidade social instituída. Estas condutas são realizadas por indivíduos que, coletivamente, compartilham ideias e sentimentos a respeito de determinadas conjunturas e circunstâncias públicas e/ou sociais, invocando esforços em um sentido comum. Desse modo, os sujeitos são designados como ativistas tendo em vista estarem empenhados a exercer

mudanças a partir de uma causa e tendo a lógica solidária como diretriz, o que concede sentido à abordagem. Portanto, objetivo a ação direta, consistindo na investida que suscita repercussão frente ao outro.

O ativista integra um grupo, segue seus princípios, bem como vai às ruas e desenvolve episódios de confronto, na medida em que suas atitudes não procuram reestruturar o sistema de poder de modo autoritário e impositivo, e caracteriza-se por ser “um agente engajado, movido por sua ideologia a práticas concretas – de força física ou criativa – que visa desafiar mentalidades e práticas do sistema sócio-político-econômico, construindo uma revolução a passos pequenos” (ASSIS, 2006, p. 14).

Castells (2013) afirma que historicamente, os movimentos sociais se utilizam das mídias com a finalidade de mobilização para suas causas e para institucionalmente se legitimarem. Estes grupos tradicionais, até então atores políticos que dependiam das mediações de organizações jornalísticas para a difusão de seus discursos, conseguem criar seus próprios espaços e pluralizar o ecossistema informativo. As TICs fomentaram as manifestações comunicativas e propiciaram a difusão rápida e viral das ideias desses movimentos, agregações e diferentes levantes que surgem conectados em rede de formas múltiplas. “A tecnologia e a morfologia dessas redes de comunicação dão forma ao processo de mobilização e, assim, de mudança social, ao mesmo tempo como processo e como resultado” (CASTELLS, 2013, p.158). Ambientes virtuais coletivos, grupos de discussão e comunidades de interesse, tornam real a comunicação compartilhada que sustenta uma sucessão de “ativismos que vai da distribuição de *hacks* à articulação de ações coletivas contra sistemas totalitários” (MALLINI e ANTOUN, 2013, p. 19-20).

Os militantes antiglobalização identificaram na rede “um espaço particularmente adaptado à construção de novas formas de mobilização e de engajamento”, convencendo-se de que os recursos da internet “poderiam ser mobilizados ao mesmo tempo como suportes de coordenação, meios de informação e modalidades de ação através do novo repertório de ação do ciberativismo. Os “grupos ativistas da técnica” [...] politizam o uso das tecnologias na medida em que recorrem a conexões infoeletrônicas para difundir informações, posicionamentos e valores fora da bitola das elites hegemônicas. Superam, assim, a estreita interpretação de que as técnicas pertencem à razão instrumental capitalista, provando que podem servir a propósitos contra-hegemônicos” (MORAES, 2013, p. 114-115).

O modelo de convergência midiática transpassa o mundo contemporâneo e alcança uma diversidade imensa de movimentos sociais que operam intentando a realização de uma representação política não eleitoral, que caracteriza-se por sujeitos ou grupos que participam da

política de modo autônomo dos poderes estabelecidos, através do envolvimento e atuação em fóruns e conselhos de modo presencial, bem como por meio da comunicação social *online* (MORAES e FANTE, 2018).

Moraes e Fante (2018, p. 340) destacam que, de fato, o agendamento das pautas e reivindicações dos movimentos sociais nos meios de comunicação de massa no Brasil é limitado, o que provoca perceptíveis críticas a esse segmento. Neste sentido, demonstrou-se a partir desse processo sócio-histórico que há uma “necessidade da busca da comunicação pelas camadas populares ou à margem do acesso” aos meios massivos. Devemos levar em consideração

[...] as tecnologias e reconfigurações que estas provocam no jornalismo, nas relações de poder, nos fluxos informacionais e nos movimentos sociais – Que se reinventam, são potencializados pela Cibercultura, recondicionam pautas tradicionais e mobilizam novas ações em rede. (ALMEIDA, 2015, p. 12).

De acordo com Padilha (2008) o *modus operandi* do jornalista foi sendo reconfigurado com as novas práticas advindas da cibercultura. Os processos de construção de conteúdo e publicação se alteraram significativamente à medida que as tecnologias computacionais e *softwares* progrediram. A partir dos avanços tecnológicos, cidadãos e ativistas se apropriam da Internet e torna-se “factível traçar uma linha do tempo que se constitui a partir dos fóruns de discussão - e comunidades virtuais -, os e-mails, a blogosfera e o jornalismo digital cidadão e/ou alternativo impulsionado pelo movimento do *software* livre” (RODRIGUES, 2018, p. 38).

Conforme salientam Malini e Antoun (2013, p. 124), a blogosfera contrasta com a comunicação de massa justamente em razão de se construir “a partir de discursos que estão colados à maneira de expressar de cada singularidade”. Todavia, convém ressaltar que existe um sistema de desigualdades digitais complexo. A viabilidade da produção de informação a partir das redes traz diferentes perspectivas de grupos sociais, também diversos, que se envolvem diretamente no debate público. Dessa forma, denota uma descentralização da liberdade de expressão, tratando-se da busca pela cidadania comunicativa ou do direito à comunicação (MORAES e FANTE, 2018).

De um modo geral, a capacidade de propagação reduziu os custos do discurso político. Como resultado, os grupos ativistas acham mais fácil conceber e fazer circular conteúdos midiáticos convincentes, construindo filiações mais fortes com um público que desempenha um papel muito mais ativo na disseminação da sua mensagem. Essas táticas funcionam porque criam mídia [...] que é de fácil circulação, prestam atenção aos motivos sociais que

encorajam apoiantes e espectadores mais casuais a compartilharem esse conteúdo (JENKINS et al., 2013, p. 220, tradução nossa).

Portanto, no que tange às tecnologias na sociedade em rede, novos atores surgem e conseguem disputar a atenção de audiências distintas com os grandes conglomerados de comunicação, a exemplo do midiativismo ambiental praticado por indivíduos, coletivos ativistas ambientalistas e/ou jornalistas que atuam nas redes sociais, sites e blogs, “compondo um cenário de atuação dos movimentos na interface comunicação/sociedade” (MORAES e FANTE, 2018).

Neste sentido, dadas as possibilidades de atuação de movimentos sociais/ativistas na rede, partimos para compreender de que modo as mídias passam a se configurar como movimento, a partir das práticas midiativistas desenvolvidas por espaços jornalísticos independentes, sobretudo o que nos interessa aqui, especializados no escopo socioambiental.

2.3 Práticas, estratégias e mobilizações midiativistas no contexto do jornalismo ambiental

A partir, sobretudo, da conformação da sociedade em rede, as mudanças tecnológicas possibilitaram a expansão da prática de iniciativas ciberativistas, midialivristas e midiativistas, sendo esta última a terminologia principal que adotaremos. Neste contexto de pluralização dos atores comunicativos, a produção de informação se dá em bases mais libertárias, e a comunicação alternativa e radical (DOWNING, 2009), é ressignificada neste não-espço e não-tempo enquanto midialivrista e midiativista (MALLINI e ANTOUN, 2013).

No que concerne ao ciberativismo, Ugarte (2008) o define como toda estratégia que busca a modificação da agenda pública, inserção de novos assuntos para serem discutidos socialmente, por meio da difusão e propagação de mensagens através “do boca a boca”, ampliado pelos meios de comunicação. De acordo com autor, o ciberativismo, como resultado da cultura *hacker*, se baseia no desenvolvimento do discurso, das ferramentas e da visibilidade. Os novos discursos partem do *empowering people*, de relatos de indivíduos ou grupos com o objetivo de transformar a realidade. A lírica discursiva carrega um elemento identitário que facilita a comunicação entre indivíduos desconhecidos sem que se faça necessária a mediação de um “centro”, o que certifica o caráter distribuído da rede.

Um ciberativista é alguém que utiliza a internet, e, sobretudo, a blogosfera, para difundir um discurso e colocar à disposição pública ferramentas que devolvam às pessoas o poder e a visibilidade que hoje são monopolizadas pelas instituições. Um ciberativista é uma enzima de processo pelo qual a

sociedade deixa de se organizar em redes hierárquicas descentralizadas e passa a constituir-se em redes distribuídas basicamente igualitárias (UGARTE, 2008, p. 58).

A partir da inserção na rede, os ativistas ou ciberativistas amplificam suas atividades tradicionais ou acabam desenvolvendo outras, visando difundir informações e reivindicações livres de mediação, buscando a mobilização para uma causa e organizando ações e protestos *online* e *off-line*. Para Aguiar e Schaun (2015, p. 206), essa forma de ativismo apresenta

[...] como principal diferencial para seus usuários, uma alternativa em relação ao monopólio da opinião pública pelos meios de comunicação convencionais, ocasionando mais liberdade, causando maior impacto e possibilitando gerar, assim, mobilização social a favor de um mesmo ideal.

Dentro desta perspectiva, Moraes (2013, p. 105) aponta os jornalistas e a imprensa como “agentes históricos essenciais no direcionamento da opinião pública, interferindo nos processos de conservação ou modificação das formas de hegemonia político-culturais”. Assim, podemos compreender, com base no princípio da contra-hegemonia, a mídia alternativa e outras designações como meios que estimulam a resistência.

As formulações de Gramsci sobre contra-hegemonia vinculam projetos jornalísticos alternativos à expressão da diversidade informativa com práticas de resistência cultural, permitindo-nos refletir sobre a reversão possível dos consensos estabelecidos. Ele define ações contra-hegemônicas como “instrumentos para criar uma nova forma ético-política”, cujo alicerce programático é o de denunciar e tentar superar as condições de marginalização e exclusão impostas a amplos estratos sociais pelo modo de produção capitalista (MORAES, 2013, p. 104)

Como destacam Moraes e Fante (2018, p. 339), “a disputa pela mobilização da opinião pública evidencia-se mediante uma disputa das narrativas”. Para as autoras, neste aspecto é necessário

[...] entender o conceito de hegemonia de Gramsci, para o qual a regulação da opinião está ligada essencialmente à hegemonia política, sendo um ponto de encontro entre a sociedade e os políticos, entre a força e o consenso. Os tradicionais meios de comunicação de massa estão ligados à estrutura hegemônica da sociedade e tendem a atuar como agentes conservadores dos padrões de opinião ligados à elite e ao status quo. Os princípios e bases das lutas pela cidadania não recebem espaço razoável, ou, quando isso ocorre, são colocados a partir de estereótipos (MORAES e FANTE, 2018, p. 340).

A pluralidade de vozes propagadas favorece a descentralização do monopólio dos grandes conglomerados de mídia e amplia o acesso à informação. Destaca-se neste sentido, o

“revigoração da esfera da discussão pública como efeito direto da entrada em cena de um novo meio-ambiente de comunicação política”, bem como “a capacidade da Internet, em particular, e dos novos meios, em geral, de superar o déficit democrático dos tradicionais meios de comunicação de massa” (GOMES, 2005, p. 64). Não obstante, convém destacar que “a luta virtual que os atores coletivos empreendem imbrica-se, muitas vezes, com a mobilização social” (MAIA, 2007, p. 52).

A mídia alternativa obteve novos modos de prática, a partir de espaços e formatos particulares, sobretudo, adentrando cada vez mais na Internet e ocupando dessa forma o ciberespaço (PERUZZO, 2009). A autora (2009, p. 132) constata que o diferencial na cobertura realizada pela imprensa alternativa compreende o modo de produzir a informação dos assuntos abordados, “em uma práxis comunicacional [...] diversa e que se modifica em conformidade com o contexto histórico em que se realiza”.

Suas diferenças são percebidas na direção político-ideológica - tanto no enfoque dados aos conteúdos quanto pelos assuntos tratados e pela abordagem crítica -, nos modos de organização (de base popular, coletiva, no quintal de militantes) e nas estratégias de produção/ação (vínculo local, participação ativa, liberdade de expressão, uso mobilizador). [...] No conjunto, a comunicação alternativa representa uma contracomunicação, elaborada no âmbito dos movimentos populares e das “comunidades” que visa oferecer conteúdos diferenciados, servir de instrumento de conscientização e democratizar a informação [...] de modo a contribuir para a transformação social.

Em prol da elaboração de uma proposta conceitual de midiativismo, Braighi e Câmara (2018) ressaltam que para ser midiativista é necessário não somente atentar-se e capacitar-se às técnicas, mas também aos seus usos, propósitos e linguagens. O midiativismo carrega de um lado, a função de informação, mediação, que se associa ao outro lado, de transgressão solidária (JORDAN, 2002), com a finalidade de alterar situações de contexto. Os midiativistas são indivíduos que possuem uma vontade solidária, colocam em prática ações diretas transgressivas, intencionais e vislumbram as próprias competências de intervenção social sendo potencializadas, através de “um registro midiático que visa necessariamente amplificar conhecimento, espriar informação, marcar presença, empreender resistência e estabelecer estruturas de defesa” (BRAIGHI e CÂMARA, 2018, p. 36). Para os autores, o fenômeno se reformula devido às transformações ocorridas nos tempos, bem como pelas necessidades sociais e possibilidades trazidas por meio dos adventos tecnológicos.

O que é decisivo é o comportamento do midiativista, ao se inscrever nos acontecimentos em curso, (inter)mediando e registrando sua narrativa. Decorre dessa postura o midiativismo e não o contrário, compreendendo mais o lugar do indivíduo do que das instituições, grupos ou coletivos, como sempre lembramos. Em outras palavras, o mais importante, afinal, é o comportamento do sujeito, na expressão maior que esse outro conceito tem (BRAIGHI e CÂMARA, 2018, p. 40).

Dentro da perspectiva alternativa, encontra-se a frente da Mídia Livre, que, conforme Braighi e Câmara (2018, p. 29), não pode ser confundida com o midiativismo, visto que o midialivrismo possui como cerne um ativismo social direcionado, suas problemáticas são objeto de uma luta em torno da democratização da comunicação, ainda que a sociedade se favoreça de suas experiências; “há uma especificidade, há um foco e uma luta clara, o que contrasta com o caráter genérico do midiativismo como prática – que pode se relacionar a qualquer causa”. Ponderamos que essas terminologias estão em disputa, não são consenso, e a escolha que fazemos e assumimos para essa pesquisa está alicerçada no conceito midiativista, que nos parece mais concatenado ao estudo proposto.

As TICs se consolidam como instrumentos poderosos a serviço do ativismo digital. O ambiente de conexão e interatividade proposto pela internet possibilita a mobilização e articulação de movimentos. Bentes (2015, p. 16) afirma que no midiativismo, a informação atinge um tom de “crônicas, parciais e subjetivas” coberto de parcialidade. Neste paradigma, se exerce comunicação por “afetação” e não por “discurso da verdade”. Essa conduta de elaborar narrativas plurais encontra resistência e oposição de outros segmentos do ativismo.

Pensando na mídia livre, podemos dizer que o sujeito qualquer, o midialivrista, diferente do jornalista corporativo, não está em um protesto, ato, manifestação, apenas para fazer o registro (ou reportar) dentro de uma relação de trabalho. Ele é um corpo da multidão e a comunicação é uma das formas de mobilizar e organizar, expressar, essa multidão (BENTES, 2015, p. 14).

Para a autora (2018, p. 152), as urgências do presente engendraram formas de apropriação tecnológicas e novas práticas dos meios e das mídias que conduzem para “um novo campo, que chamamos de midiativismo, que nos parece decisivo mapear, apoiar e fomentar”. Deste âmbito, manifestou-se uma massa de mídias e produziu-se um procedimento “de autoformação pelas mídias e para as mídias que atravessa e potencializa os movimentos sociais e culturais de novo tipo e os movimentos tradicionais”, apresentando-se de modo decisivo para coletivos que buscam, por exemplo, por direitos humanos, justiça social e racial e equidade de

gênero. A concepção de midiativismo está em contínua construção, principalmente diante às mudanças tecnológicas (BRAIGHI E CÂMARA, 2018). Ainda que o conceito esteja alinhado com a mídia alternativa, para Braighi e Câmara (2018, p. 29), “ele guarda idiosincrasias que estão para além da matriz”.

Relacionamos a estas práticas o fenômeno da associação entre rua e tela demarcada por Sodré (2018, p. 21), de “combinar o poder mobilizador das redes com a força presencial das ruas”, bem como por Rubim (2001, p. 10), visto que “podem, em circunstâncias determinadas, ao serem colocadas em sintonia, tornar-se afinadas e assim potencializar seu desempenho, não mais eivado de contradições, mas em processo dialógico com um horizonte de complementaridade”.

Ao refletir a respeito do midiativismo, é preciso levar em consideração que o “uso de dispositivos técnico-midiáticos servem aos intentos de militância de modo a potencializá-los de diversas formas” (BRAIGHI e CÂMARA, 2018, p. 34). Com a popularização da Internet, de acesso ao cidadão comum, constatou-se a possibilidade de uma sucessão de ações serem articuladas de forma frequente, “numa apropriação paulatina que resulta na tomada de gestão da mediação de si”.

As ações dos sujeitos ativistas estariam permeadas pelas características da midiaticização (FAUSTO NETO, 2008), – manifesta a partir do gradual e vertiginoso advento das novas tecnologias e a consequente adesão por diferentes públicos – no sentido de que tanto a mídia atende ao ativismo como o fornece novos delineamentos, transformando-o e o configurando a partir de suas particularidades. Segundo Fausto Neto (2008, p. 93), a mídia passou a se configurar como uma “referência engendradora no modo de ser da própria sociedade, e nos processos e interação entre as instituições e os atores sociais”.

Ainda que concordemos que o enredamento midiático influencie na prática (mídia)ativista, corroboramos a posição de mérito às ações do gênero, posto que se alojam no real – mesmo que a luta se converta, por vezes, num fluxo simbólico que pretenda, em verdade, empreender resistência fora do *front*. Ratifica-se: não se pretende discorrer aqui sobre particularidades de uma espécie de simulacro ativista. Existem problemas sociais reais, compartilhados por um conjunto de cidadãos que exploram ações diretas e têm nas práticas comunicacionais uma espora importante para propulsão de seus intentos. Assim, a posição que adotamos, sem esquecer das questões que cercam o processo de midiaticização (e que não apenas verticalizam o modo de agir dos ativistas, mas ajudam a conformar modos específicos e estratégicos de fazer), é a de uma soma entre as perspectivas ativistas (expostas anteriormente) e do processo clássico, básico e didático de mediação (BRAIGHI e CÂMARA, 2018, p. 35).

Dessa forma, uma vez que a mediação tem como finalidade a propagação de informações que estejam alinhadas às causas e eventos defendidos e em evidência pelos midiativistas, estes “respondem à demanda de incursão pessoal, interferindo no desenrolar evenemencial não apenas no que concerne ao relato, mas na escritura efetiva dos fatos” (BRAIGHI e CÂMARA, 2018, p. 35).

Peruzzo (2018, p. 44) reitera o desafio de redigir sobre o midiativismo dado as suas características dinâmicas e multifacetadas, e do qual a abordagem pode ser realizada de distintas perspectivas. Devido à expansão das possibilidades de ação e participação dos cidadãos, “embora haja antagonismos um tanto insuperáveis no contexto de uma sociedade capitalista”, o midiativismo tem avançado nesse contexto das redes. Para a autora, não há como segregar o midiativismo dos movimentos sociais populares com outras manifestações do midiativismo que lhe são correspondentes, à medida em que o mote é a concretização da cidadania como direito de todos, e a instauração da civilidade absoluta como finalidade. A tecnologia constitui um papel significativo nos processos de alterações das sociedades, visto que se configura como um condutor que fomenta e estimula as condutas humanas, industriais, mercadológicas e institucionais. Neste sentido,

[...] na sociedade capitalista, o patamar sobre o qual se configuram as mudanças é conflituoso uma vez constituído de contradições que têm como base a propriedade privada dos meios de produção, prometida como direitos de todos, mas acessível somente aos que têm alto nível de bens econômicos e de renda. As contradições geram desigualdades, conflitos, violência e, também, movimentos sociais de resistência tanto à ordem geral do modo de produção, quanto aos problemas específicos no âmbito dos vários sistemas que estruturam a sociedade (PERUZZO, 2018, p. 45).

A partir desta perspectiva, a autora ressalta que, no Brasil, os meios de comunicação sempre estiveram sob propriedade das classes e setores políticos e econômicos dominantes, motivo pelo qual também sempre houveram investidas na utilização e na construção de modos e mecanismos próprios e alternativos de comunicação por ordem de grupos estruturados de classes subordinadas, constituídos por movimentos sociais populares, para conseguirem se inserir e participar da batalha comunicacional no composto da sociedade (PERUZZO, 2018, p. 46). Entendemos aqui como uma questão de contentar a indispensabilidade de comunicar, e concomitantemente, de competir pelo direito de acesso de forma “empoderada” às tecnologias de comunicação apresentadas, em tese, para o benefício da sociedade como um todo. Desse modo, concerne ao direito à comunicação (PERUZZO, 2005, p. 12) cada vez mais visto, pela autora, como um direito social, coletivo, humano e de cidadania. Neste sentido, além dos grupos

referidos se apoderarem dos meios de comunicação de forma direta, “trata-se [...] de democratizar o poder de comunicar”, sendo que “os maiores expoentes dessa nova concepção são uma gama de estudiosos da comunicação, ativistas, movimentos e organizações da sociedade civil”.

Os movimentos sociais configuram a expressão de “redes sociais” em diversos graus, sendo a rede interna de um determinado movimento, a nível específico, e como confederações, fóruns, coalizões e outras articulações, a nível de redes mais amplas. Peruzzo (2018) destaca que a participação dos movimentos sociais e demais organizações da mesma natureza na Internet não se extinguem a redes sociais digitais, visto que existem diversificadas maneiras de aparição e táticas. Entretanto, ressaltamos que a inserção na Internet se configura como forma predominante, como vimos na discussão acerca da cibercultura nos tópicos anteriores, e conforme a hipótese na qual defendemos.

O midiativismo foi se moldando e construindo uma diversidade de modalidades de intervenção e participação no contexto da comunicação – no início nos meios de comunicação de massa e agora no ciberespaço – e, na alçada dos movimentos sociais, “esses dois universos são usados simultaneamente e mesclam-se, salvo algumas exceções” (PERUZZO, 2018, p. 52).

Quanto às especificidades da presença dos movimentos sociais populares, organizações não governamentais, coletivos populares, coletivos independentes e grupos de comunicação alternativa na *Internet*, cabe salientar que esta não se configura apenas em comunidades virtuais e/ou em perfis (redes) digitais em “*sites* de redes sociais”, como *Facebook*, *Twitter* etc. Sua presença também é constituída de meios (canais), ou seja, *sites*, *blogs*, plataformas colaborativas tipo *Wiki*, canais do *YouTube* e/ ou no *Vimeo*, de redes formadas dentro de aplicativos (*WhatsApp*, *Instagram* etc.), da criação e do uso *softwares* livres e de aplicativos alternativos, e de vários outros tipos de instrumentos de comunicação, transmissão de dados, articulação, mobilização, de denúncia e pedido de apoio, tais como, petições e abaixo-assinados, plataformas de consultas, plataformas *streaming*, fóruns, votações, campanhas, ferramentas de busca (hashtags), *games* (jogos) e símbolos representativos, emocionais ou satíricos (desenhos, *memes* etc.) que viralizam na *Internet* (PERUZZO, 2018, p. 53).

O midiativismo desenvolve-se, transforma-se, expande-se e potencializa-se por meio das TICs. Conforme Peruzzo (2018), pode se configurar como: 1) personalizado, representado por midiativistas individuais; 2) segmento das estratégias de movimentos sociais populares; 3) oriundo de atuações de Organizações não Governamentais, bem como sindicatos, redes e organizações similares; 4) concebido por grupos populares em bairros periféricos; 5) principal força motriz de ONGs ou coletivos que possuem como objetivo a práticas nos meios de comunicações tradicionais e/ou na Internet, os quais priorizam as distintas perspectivas dos

fatos e a cobertura de assuntos ignorados e menosprezados pelos grandes conglomerados de mídia; 6) do gênero “mídia tática”, que tem como finalidade a intervenção direta em sistemas operativos de mídia.

Outra magnitude referente à compreensão do midiativismo está na esfera de suas particularidades a partir de perspectivas do “o que se faz nas”, “com” as, ou “sobre” as mídias (MATTONI, 2013 apud PERUZZO, 2018, p. 55), isto é, a “a motivação e a estratégia de fundo que o move e que dá o ‘tom’ dos conteúdos disseminados”. Os processos do midiativismo são diferentes, não apenas porque seus atores o são, mas também porque os motivos que perpassam esse fenômeno são distintos e necessitam da incorporação de táticas e estratégias diversas.

As estratégias e as táticas constituem duas noções centrais das reflexões de Certeau (1998). O autor denomina de estratégia a conjectura – ou a manipulação – das relações de forças que torna-se viável a partir do instante em que há a existência de um sujeito de querer e poder – uma empresa, um exército, um governo, uma instituição científica. “A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças” (CERTEAU, 1998, p. 99). A racionalização estratégica busca, primeiramente, discernir de um “ambiente” um “próprio”, ou seja, “o lugar do poder e do querer próprios”.

Este “próprio” possibilita usufruir os benefícios adquiridos, planejar amplificações futuras e obter para si uma independência no que diz respeito à versatilidade das situações, sendo um “domínio do tempo pela fundação de um lugar autônomo”. A estratégia se traduz no escopo da disciplina, de normas impostas, do gesto cartesiano, pela perspectiva globalizante.

As estratégias são portanto ações que, graças ao postulado de um lugar de poder (a propriedade de um próprio), elaboram lugares teóricos (sistemas e discursos totalizantes), capazes de articular um conjunto de lugares físicos onde as forças se distribuem (CERTEAU, 1998, p. 102).

Já a tática é nomeada pela ação calculada que é estabelecida pela inexistência de um próprio. Desse modo, tem por lugar o outro, “deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. [...] é movimento ‘dentro do campo de visão do inimigo’ e no espaço por ele controlado” (CERTEAU, 1998, p. 100). A tática vale-se das circunstâncias e delas depende, em suma, configura-se como “a arte do fraco”. Observa-se nas práticas astuciosas e cotidianas que não cumprem a lei dos locais e nem por eles se determina. “É a arte de dar pequenos golpes, elas metaforizam a ordem dominante fazendo-a funcionar em outro registro, tirando proveito delas, inventando o cotidiano” (SANTOS, 2018, p. 95).

Neste sentido, a estratégia é estruturada pelo postulado da força de um poder que a alicerça, ao passo em que a tática se define pela ausência de poder, pelo escape ao sistema. A partir de suas práticas resistentes, a tática contraria um sistema de poder que procura a dominar, oprimir ou controlar.

As táticas são procedimentos que valem pela pertinência que dão ao tempo – às circunstâncias que o instante preciso de uma intervenção transforma em situação favorável, à rapidez de movimentos que mudam a organização do espaço, às relações entre momentos sucessivos de um “golpe”, aos cruzamentos possíveis de durações e ritmos heterogêneos etc (CERTEAU, 1998, p. 102).

Para Santos (2018, p. 70), “a disputa entre tais lógicas antagônicas pode ser ainda mais acentuada quando se percebe que, nos processos de apropriação observados na contemporaneidade, a estratégia corrente nos últimos tempos tem sido fazer da tática a estratégia”. Constatamos que as ideias midiativistas se assemelham muito mais com as noções de tática, uma vez que carregam o pressuposto da contra hegemonia, do escape ao modelo convencional de jornalismo.

Neste sentido, “a complexidade relaciona-se também às especificidades relacionadas às tecnologias incorporadas e à multiplicidade de artefatos, linguagens, formatos, formas e facetas que constituem o fenômeno, ou melhor, os fenômenos do midiativismo” (PERUZZO, 2018, p. 57). E nesse entrelaçamento de arranjos, há ainda “o fato de estar inserido num contexto de antagonismos inerentes ao próprio sistema no qual estão presentes as práticas de comunicação alternativas e alterativas”.

A imprensa alternativa tem uma importante marca histórica na identificação, produção e difusão de conteúdos informativos a partir de visões e abordagens alternativas e críticas dos acontecimentos, dos *media* e do mundo, portanto, o midiativismo não é algo apenas da era da *Internet*. As iniciativas de meios e comunicação alternativa, e/ou populares e comunitários, são símbolos do desencanto e da discordância com o rumo das sociedades mercantilizadas e dominadas por oligopólios ou monopólios dos meios de comunicação em mãos das classes dominantes (PERUZZO, 2018, p. 59).

Assim como Peruzzo (2018), enfatizamos aqui o midiativismo a partir das investidas progressistas, posto que é nelas que se encontra o interesse de denúncias e o apelo por modificações, fazendo jus às lutas pela cidadania e democracia em todas as suas magnitudes como direito da população.

Moraes e Fante (2018) compreendem o midiativismo como ações de comunicação e jornalismo associadas ou aliadas aos movimentos sociais, que dispõem de intenso exercício em redes sociais e com ampla utilização das tecnologias digitais, tendo como finalidade o desenvolvimento de um discurso próprio e distinto da mídia hegemônica. Frisamos que essa é a definição que nos interessa nesta pesquisa e que, ainda que o midiativismo possa ser anterior a rede, defendemos a hipótese de que este se potencializou com as TICs, portanto constitui o recorte da pesquisa empírica.

Fígaro et al (2021, p. 8) utilizam o termo novos arranjos de trabalhos jornalísticos para conceituar as formas de organização de jornalistas que procuram alternativas de trabalho aos conglomerados de mídias hegemônicas, e que se estruturam com a finalidade de produzir um jornalismo independente. Se configuram como alternativos e independentes na medida em que esses profissionais organizam-se – por meio de coletivos, associações, pequenas empresas e outras formas –, para “cumprir a missão de bem informar, muitas vezes, deixada de lado pela mídia *mainstream*”.

A expressão alternativa aponta para a prática histórica dos sujeitos que procuram desenvolver meios de comunicação contra hegemônicos, ao passo em que o termo independente remete à desvinculação política e econômica como propósito autocentrado. Estes jornalistas trabalham não necessariamente em locais físicos, mas também a partir do acionamento de redes de colaboração para a realização do ofício, valendo-se do uso de uma diversidade de linguagens e equipamentos técnicos (FÍGARO et al, 2021).

A depender da rede de colaboradores que se cria e se cultiva por solidariedade no trabalho, as coberturas do fato podem ser ao vivo, no calor do acontecimento, uma mescla entre cobertura e participação do/no acontecimento em qualquer lugar do Brasil ou do mundo. As condições de produção materiais e políticas no contexto brasileiro recente também fazem com que esses arranjos se coloquem como vozes de discursos de pontos de vistas diferentes daqueles enunciados pelos conglomerados de mídia. [...] exige certo compromisso com valores sociais mais amplos, desvinculados imediatamente de interesses econômicos hegemônicos. Esses temas são, do ponto de vista editorial, tratados de maneira progressista, humanista e de viés que transita do democrático ao popular (FÍGARO et al, 2021, p. 33).

A partir de um estudo centrado na observação das circunstâncias de trabalho, da coleta e mapeamento de dados sobre os arranjos, Fígaro et al (2021, p. 30) verificaram que as iniciativas analisadas não denominam, de forma adequada, suas características e perfis jornalísticos, sendo que “a crise de credibilidade da imprensa tradicional pode estar interferindo no modo como elas fazem a autoapresentação”.

Estes novos arranjos de trabalho jornalístico possuem como desafio primordial a tentativa de viabilizar formas de sustentação, a exemplo de recursos como doações dos leitores/usuários, *crowdfunding*, projetos em editais públicos, fundações privadas, bem como a venda de serviços de comunicação (conteúdos e assessorias), e até mesmo de serviços não vinculados de forma direta ao jornalismo (palestras e cursos). Neste sentido, a autonomia é relativa, visto que dependem de financiamento para sustentar a iniciativa (FÍGARO et al, 2021).

O trabalho realizado é possível devido a utilização dos meios digitais, redes sociais e da Internet, os quais são materializados pelos *smartphones*, aplicativos e computadores. Nesse aspecto prevalece a criação e a disposição de efetivar o processo de trabalho da melhor forma, a partir da busca de ferramentas tecnológicas disponíveis (FÍGARO et al, 2021, p. 38). “Esse processo de trabalho depende de iniciativa, envolvimento, predisposição para resolver qualquer problema em qualquer situação. Esse engajamento é muito promissor para o resultado jornalístico”.

Na ausência de relações e colaborações mais horizontalizadas entre seus integrantes, os arranjos não sobrevivem. A horizontalidade constrói “uma força política, um campo de mídias alternativas e independentes, cria uma marca, uma maneira de trabalhar e produzir jornalismo” (FÍGARO et al, 2021, p. 38), desse modo, buscam instituir relações mais democráticas e compartilhadas nos processos de trabalho.

Por esta perspectiva, os arranjos de trabalho dos jornalistas estudados pelos autores (FÍGARO et al, 2021) assumem um compromisso e desempenham um jornalismo mais plural e engajado e possuem

um potencial de renovação, de mudança, de transformação do jornalismo e das relações de trabalho e de organização no jornalismo. Um potencial vibrante de mudanças que depende para se efetivar do engajamento social, da democratização dos meios de comunicação, via a regulamentação da atuação das empresas de plataformas no setor da comunicação. Esse engajamento é necessário não somente para ampliar e revigorar o jornalismo. Essa ação engajada da sociedade é necessária para mantermos a democracia, quiçá alcançarmos e ampliá-la (FÍGARO et al, 2021, p. 44).

Neste sentido, podemos concluir que estas mídias impregnadas de ativismo ganham força nesse cenário, atuam complexificando pautas por meio da apresentação de novos pontos de vista, opiniões, fontes, enquadramentos e acabam por contra argumentar a mídia tradicional, para não só dar uma resposta ao discurso midiático, como para compor o seu próprio discurso. Para tanto, se ocupam de diferentes temáticas sociais e constroem pautas de forma ativista, engajada, preocupada não só em abordar causas e consequências, como trazer soluções e se

apropriar delas. Desse modo, nos interessa compreender como essas práticas midiativistas ocorrem no contexto do jornalismo ambiental, objetivo geral desta pesquisa.

Ao refletir acerca do midiativismo como parte da cibercultura ambientalista a partir do *Greenpeace* e Instituto Socioambiental, Miguel (2014) constatou que essas Organizações não Governamentais que integram o movimento ambiental atendem aos traços gerais do midiativismo e ciberativismo e utilizam-se desses fenômenos para espalhar informação com o objetivo de gerar engajamento dos distintos perfis de público a partir das narrativas produzidas. A autora corrobora o impacto da cibercultura, visto que possibilitou maior alcance, destaque e imersão de estratégias nas alçadas midiativistas e ciberativistas. As práticas desses fenômenos são entendidas “enquanto táticas de lutas que usam as ferramentas altamente replicáveis da Internet para difusão de informações” (MIGUEL, 2020, p. 143) em que a finalidade é propagar narrativas e “e subverter os códigos contemporâneos (MALINI, ANTOUN, 2013), em uma ótica de operacionalização das pautas reivindicatórias”.

Universos informativos foram se constituindo a partir dos conteúdos elaborados pelo movimento ambiental e pelas mídias de caráter midiativistas (quando esses próprios atores não se fundem e confundem). Desponta, por exemplo, a possibilidade de engajamento e sensibilização dos cidadãos por meio de distintos mecanismos e linguagens para a promoção de um discurso dos afetos envolvido com a temática ambiental, devido ao advento das TICs e de projetos *transmídias*²⁰ e estilos *long form*²¹ (MIGUEL, FRAIHA, 2019).

As organizações ambientalistas passaram a exceder sites e blogs tradicionais, construindo plataformas transmídias, as quais se desenrolam em espaços midiáticos distintos ou não, compostos por textos, imagens, áudios e vídeos que trazem informações diversas, constituindo um conjunto informativo que perpassa os aspectos multimídia e que pode ser visto como produções de um ciberjornalismo ambiental; “além de dispor de recursos interativos, este espaço [digital] conduz a sensibilização do público e promove a conscientização, devido à presentificação gerada no receptor em contato com essas experimentações” (MIGUEL, FRAIHA, 2019, p. 8).

²⁰A narrativa transmídia configura-se por diferentes meios, várias linguagens e narrativas de modo simultâneo. Nesse conjunto estrutural, torna-se viável a relação entre todos os elementos comunicacionais existentes na construção hiperemídia, como fotos, vídeos, músicas e links, fundamentando-se a partir da estrutura textual (RENÓ, FLORES, 2012).

²¹O gênero foi marcado pelo surgimento do HTML 5. Longhi (2014) define algumas características principais desse estilo de narrativa: leitura vertical, extensa produção textual, densidade da apuração jornalística, possibilidade de divisão em capítulos ou temáticas, não obrigatoriedade de linearidade, e potencialização em conteúdos de imersão (MIGUEL, FRAIHA, 2019).

As estratégias midiativistas contemporâneas do movimento socioambiental são elencadas por Miguel (2020): propagam e viralizam mensagens de modo trans e multimidiático com narrativas profundas e complexificadas, dispõem de formas de mobilização nas redes por meio dos mecanismos tecnológicos e ciberativistas, a exemplo de compartilhamentos, petições públicas eletrônicas, realidade virtual, *gamificação*, geolocalização, replicação de informações e utilização de *hashtags*, com o objetivo de potencializar suas produções no sentido de gerar engajamento com forte investimento jornalístico, expandindo as abrangências das questões em torno da temática, incitando o debate público e viabilizando o diálogo e a comunicação com pluralidade de fontes de informação. Portanto, valem-se de variados recursos, produções múltiplas, de caráter jornalístico-midiativista e principalmente com investimentos discursivos significativos.

Moraes e Fante (2018, p. 352) ressaltam que a proposta do ativismo ambiental depende majoritariamente do movimento ambiental organizado, o qual amplifica sua prática a partir das tecnologias da informação. “Entendemos o midiativismo ambiental como a complexa relação que se forma entre as causas ambientais, seus defensores e as suas formas de midiatização”. Identificamos em estudos anteriores²² características midiativistas em portais especializados na temática e uma certa institucionalização do ativismo, muitas vezes necessária para a própria sobrevivência. Nessa perspectiva, inferimos que não inviabiliza a independência editorial, mas são maneiras de pluralizar a prática jornalística em um âmbito institucional, ativista e simultaneamente de mídia alternativa, que necessita ser melhor complexificado (MIGUEL, FRANCO, 2020).

O midiativismo de cunho ambiental

[...] conta com a midiatização para alcançar um público maior, sendo que a complexidade das questões ambientais passa a ser explicada e reformulada visando ampliar o alcance de públicos. Na atualidade, a midiatização possibilita a busca por um diálogo direto com os cidadãos, o compartilhamento de um conteúdo diferenciado daquele da mídia hegemônica e o chamamento para a participação e a mobilização, ações correlatas à comunicação alternativa (MORAES e FANTE, 2018, p. 353).

²²Trabalhos apresentados e publicados no GP de Comunicação, Divulgação Científica, Saúde e Meio Ambiente do 43º e 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, com os títulos “Jornalismo e ativismo: mapeamento de Iniciativas Midialivristas Socioambientais” e “A boiada de Ricardo Salles na Amazônia Real: processos midiativistas de jornalismo ambiental”, respectivamente.

Os midiativistas ambientais atuam no esforço de obter a participação do público nos acontecimentos, sobretudo em temáticas que consideram estar ocultas e invisibilizadas ou ainda sem o devido destaque na mídia e conseqüentemente no debate público. Moraes e Fante (2018) elencaram três grupos complementares e simultâneos de midiativismo ambiental: 1) na lógica das entidades ambientalistas: ao exercerem a defesa do meio ambiente, possuem assento em fóruns e conselhos, influenciando de forma direta o desenvolvimento de políticas públicas; consideram a complexidade inerente à temática ambiental ao contemplar os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais; reinterpretem narrativas, apresentam novos discursos a partir de uma perspectiva posicionada e engajada; procuram a desalienação; e praticam uma trabalho permanente e insistente; 2) na lógica dos ambientalistas: difere do anterior no aspecto individual da atividade, por meio da utilização de sites, blogs, páginas particulares em redes sociais, valendo-se de sua potencialidade pessoal, e dessa forma, dobrando a capacidade de acesso sobre os públicos, à medida que possuem o local de fala individual e o da entidade; 3) na lógica dos parceiros: configura-se aqui os comunicadores e/ou profissionais de outras esferas, os quais apoiam as intervenções do movimento ambientalista; atuação profissional comprometida com a temática em questão, a partir da elaboração de narrativas e/ou em colaboração com as entidades ou ambientalistas; sites e outros espaços de midiaticização que comunicam e veiculam as mobilizações do movimento e suas respectivas repercussões – lógica em que se situa o nosso objeto de pesquisa.

O desmonte da política ambiental no Brasil exigiu uma resposta do movimento ambiental e das mídias especializadas, dados os afrontes e ataques que sofrem constantemente. Por esta perspectiva, Miguel (2020) destaca que as grandes organizações ambientalistas, dispõem de um caráter midiático potente, visto que concebem práticas e discursos comunicativos firmados em direitos primordiais, os quais atingem adesão da sociedade e desse modo, se consolidam politicamente. Além disso, essas instituições carregam potências políticas à medida que pautam os meios de comunicação tradicionais, pressionam comandos e governos, e incitam e mobilizam a participação dos cidadãos no que concerne à temática e a luta ambiental. Contudo, a autora (2020, p. 157) ressalta que “mesmo o longo histórico de atuação para consolidação da pauta socioambiental não é suficiente para barrar as afrontas e a deslegitimação da causa, o que exige um posicionamento dos atores relevantes desse campo social”.

As práticas nos parecem insuficientes para a presente esfera nebulosa. Chegamos, portanto, ao questionamento central: o que resta ao ativismo

midiático socioambiental? Resistir. Manter a vigilância para reagir e, sobretudo, agir na revelação das problemáticas socioambientais. A utilização das diferentes mídias e redes sociais e os recursos tecnológicos empregados são importantes, mas é necessário ampliar o alcance da comunicação, que vemos como a maior aliada para combater a desestruturação das políticas ambientais e conquistar engajamentos públicos e até apoio internacional para exercer pressão nas decisões governamentais (MIGUEL, 2020, p. 158).

A linguagem apropriada às redes, com utilização de *hashtags*, campanhas e fomento à replicação de conteúdo são estratégias que devem ser persistidas, especialmente com a finalidade de alcançar “os não iniciados”, e por esta perspectiva a autora coloca como aposta a parceria com a mídia convencional, bem como maior proeminência na propagação de ações e narrativas, de modo abrangente e transparente, em redes sociais mais usuais, “reforçando sua relevância para além do debate, visto como demasiadamente abstrato em tempos de pragmatismo irracional” (MIGUEL, 2020, 158)

Delineados os conceitos de jornalismo ambiental (no capítulo anterior) e as práticas midiativistas, notamos em trabalhos anteriores (como já citado), que na gênese desse segmento de jornalismo especializado há um diálogo com os códigos midiativistas, para além de midiativistas, visto que procuram informar de maneira ativista e comprometida, buscando por pluralidade de vozes ao tentar complexificar os fenômenos para além dos fatos (MIGUEL, FRANCO, 2020). Ambos prezam pela investigação, pela denúncia, pelo engajamento a partir de um posicionamento pró-ativo e propositivo; com o objetivo de ir além dos danos e consequências (BELMONTE, 2017).

A proposta do jornalismo ambiental excede a concepção de uma cobertura focada apenas em questões relacionadas ao meio ambiente ao seu chamado meio físico ou biológico. Para além disso, trata-se dos temas alicerçados em pontos de vistas diferenciados, de maneira envolvida, comprometida com a ascensão da qualidade de vida, assim como os princípios do midiativismo. Levantamos aqui o pressuposto de que as redes de perfil ativistas conseguem ampliar a disseminação de pautas socioambientais em um panorama mais contextualizado e pluralizado do que o retratado pelo arranjo midiático hegemônico. Ademais, que o sujeito/jornalista/cidadão integra a luta pela preservação ambiental e vislumbra suas próprias aptidões de intervenção social sendo potencializadas (MIGUEL, FRANCO, 2020). Em seguida, partiremos para entender como essa difusão do jornalismo ambiental se dá em espaços midiativistas.

CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DAS REPORTAGENS DA AMAZÔNIA REAL

Neste capítulo, elucidamos o protocolo adaptado aos objetivos dessa pesquisa, a partir da metodologia da Análise de Cobertura Jornalística, proposta por Silva e Maia (2011), e em um primeiro momento, trazemos as descrições e características das iniciativas identificadas no levantamento realizado no Mapa do Jornalismo Independente da Agência Pública, para entender o cenário e as particularidades que esses espaços podem apresentar. Posteriormente, realizamos as análises das reportagens jornalísticas selecionadas no portal Amazônia Real, com a utilização do procedimento metodológico explicitado, para compreender o segmento de noções do jornalismo ambiental pode se aproximar da lógica midiativista, de modo a debater um possível midiativismo socioambiental.

3.1 Procedimento metodológico

Silva e Maia (2011), na exposição da proposta da ACJ, partem do pressuposto que grande parte dos fatos publicados pela mídia poderia ser analisado não apenas por meio das narrativas produzidas, mas também no que as autoras denominam de narrativas da própria produção do acontecimento jornalístico, que abrangem técnicas e estratégias do desenvolvimento produtivo da notícia.

Neste sentido, com a finalidade de salientar a relevância de perspectivas menos fragmentárias do jornalismo como objeto de estudo, propõe-se a ênfase na construção do acontecimento jornalístico²³, no caso socioambiental, a partir do uso de estratégias e técnicas de investigação e estruturação evidentes no conteúdo textual. O protocolo metodológico apresentado por Silva e Maia (2011, p. 21), intitulado análise de cobertura jornalística, é “capaz de mostrar a viabilidade de se investigar no produto publicado elementos do processo de elaboração do acontecimento como notícia”.

Para as autoras, a significação configura a própria circunstância de sentido. Essa conjuntura pode começar a ser analisada, de forma prévia, a partir das deliberações editoriais que inserem suas marcas no desenvolvimento do produto final. A partir do protocolo pretendido pelas autoras, é possível “pensar fora da lógica das etapas, para além dos fragmentos recortados do circuito” (SILVA, 2008, p. 9). Elas sustentam a hipótese de que, no que diz respeito aos

²³As autoras recorrem a Quéré (2005, p. 6) para explicitar a dualidade do acontecimento, o qual se daria “tanto a explicação causal do acontecimento e a construção do seu passado e do seu futuro, como o seu poder de esclarecimento e a fonte de inteligibilidade que ele constitui”.

textos jornalísticos, o processo nem sempre extingue-se no produto, pelo contrário, o processo revela-se no produto, com maior ou menor dimensão.

Ainda que os modos pelos quais as mídias jornalísticas administram e organizam de forma interna as práticas produtivas sejam captados de forma mais apropriada a partir do acompanhamento e supervisão das rotinas de trabalho e/ou contato direto com os profissionais da área, elas depositam marcas no produto final. Além dessas marcas de magnitude organizacional, também são visíveis as de magnitude técnico-metodológica, nos elementos envolvidos diretamente com as técnicas e práticas características de construção do conteúdo informativo. Para as autoras, a partir da reconstituição, por meio dos indícios manifestados no produto, do trajeto percorrido pelo jornalista, bem como pela organização jornalística, para investigar e descrever as informações, o método apresentado almeja constatar as estratégias de cobertura utilizadas e expressas no produto.

Por isso, a abrangência do protocolo varia em proporção direta à manifestação do *modus operandi* no produto analisado. Esse atrelamento sinaliza, a um só tempo, para um ponto fraco da proposta metodológica, a dependência do grau de exposição do processo produtivo no texto, e para um de seus pontos fortes, a propriedade para fomentar debates acerca da (a) utilização de procedimentos sistemáticos na apuração de informações e da (b) explicitação de tais procedimentos segundo a *regra da transparência*. O protocolo ajuda a pensar, a identificar e a tipificar as especificidades da atividade jornalística, mapeando tendências e possíveis lacunas na obtenção, averiguação e apresentação das informações (SILVA, MAIA, 2011, p. 25-26).

As autoras destacam que a prática jornalística fundamenta-se sobre a “disciplina da verificação”, ou seja, sobre um procedimento específico para abordar os fatos, obter fontes, verificar as informações e construir narrativas precisas, que pode e deve expressar-se no objeto, evidenciando à audiência a respeito dos processos de trabalho empregues na cobertura. É importante ressaltar que isso ocorre no jornalismo convencional e poderemos identificar em que medida esse aspecto está presente em coberturas jornalísticas ditas alternativas e independentes.

O protocolo de análise de cobertura jornalística das autoras é direcionado a textos jornalísticos impressos e informativos, e estruturado em três esferas analíticas, que compreendem as marcas de apuração, da composição do produto e os elementos da caracterização contextual. De acordo com Silva e Maia (2011), cada um dos níveis contempla o objeto de pesquisa a partir de ângulos distintos, sendo que o primeiro constitui-se como mais específico – incide unicamente sobre a matéria jornalística de forma isolada, explorando

vestígios dos procedimentos de apuração e estratégias de cobertura; o segundo refere-se a uma perspectiva um pouco mais ampla do objeto, enfatizando não somente o texto, mas o conjunto do produto, a exemplo da localização na página, fotos utilizadas e diagramação; e o terceiro concerne a um plano geral do produto, com o objetivo de compreender os elementos da dimensão organizacional e da conjuntura sócio-histórico cultural em que a produção está inserida.

As autoras ressaltam que as duas primeiras esferas configuram-se como aspecto principal do protocolo, visto que são essenciais e indispensáveis para o processo de análise a partir do produto, e uma vez que podem ser suficientemente elencados a partir da determinação de categorias. Desse modo, a última esfera constitui-se como complementar, devido a sua finalidade de contextualizar os elementos alcançados nos níveis anteriores.

Neste sentido, por meio dos aspectos da cobertura jornalística percebidos e analisados, pode-se constatar ou deduzir “as relações entre o modo como foi coberto o acontecimento e sua configuração final como acontecimento narrado, construído para ser lido” (SILVA, MAIA, 2011, p. 32). O protocolo apresentado pode ser utilizado e adaptado para verificar de que modo se dá a cobertura de temáticas específicas, como aqui pretendido em assuntos de cobertura ambiental, constatando as marcas das técnicas e estratégias de investigação e composição do produto jornalístico sobre o assunto envolvido, no caso de produções realizadas por mídias não convencionais, que problematizamos como midiativista.

As autoras ainda destacam que quando há enfoque na conjuntura sócio-histórico-cultural, o protocolo viabiliza associar as estratégias de apuração à influência de forças contextuais, a exemplo de matérias desenvolvidas durante grandes eventos, tragédias naturais, as quais dentro do objeto aqui proposto, podemos destacar coberturas que retratam a queimadas e incêndios, como a reportagem analisada neste artigo, recorde de desmatamento, rompimento de barragens hidrelétricas, secas históricas com tempestades de areia, entre outras circunstâncias.

Optamos por adaptar o método aos objetivos e à análise proposta por esta dissertação, e para tanto, modificamos e sugerimos novos marcadores de análise para o objeto, tendo como horizonte as características do jornalismo ambiental e do midiativismo. Neste sentido, propomos a análise de cobertura jornalística em três níveis. O primeiro nível analítico refere-se às marcas de apuração, divididas em três dimensões propostas pelas autoras e adaptadas aos nossos interesses de pesquisa:

1) Assinatura da matéria - identificamos os autores do processo da construção da reportagem, como repórter, correspondente, colaborador ou sem assinatura. A assinatura pode ser um forte indicativo do sujeito midiativista (BRAIGHI, CÂMARA, 2018), assim é importante verificar se há uma demarcação do repórter, ou seja, uma assinatura mais personalizada, com informações a respeito do profissional que redigiu a reportagem, e se a função do jornalista é extrapolada para um indivíduo que se coloca como ativista, desenvolvendo outros trabalhos e projetos, considerando o próprio engajamento do profissional, muito pregado também pelo jornalismo ambiental.

2) Local de apuração/ acesso do jornalista ao local do acontecimento – indicar o espaço de atuação, interno (redação) ou indefinido, quando não há indícios no texto de que o jornalista se deslocou para o local do acontecimento, ou externo, quando o jornalista realiza a apuração *in loco*, é importante para entender o processo. Aqui também notamos uma marca muito definida do ciberativista, aquele que está presente no local do ocorrido e participa ativamente dos fatos.

3) Origem da informação – classificar as fontes de informações consultadas em três critérios principais: a) o modo como a informação foi obtida (direta ou indiretamente), b) a natureza das fontes²⁴, (cidadã/personagem, especialista, institucional, poder público (também denominadas oficiais), documental ou proveniente de outros veículos jornalísticos), e c) posição das fontes no contexto dos acontecimentos (no caso de fontes humanas) (SILVA, MAIA, 2011). Observamos aqui a conexão com a pluralidade de fontes e seus tipos – característica prezada tanto pelo midiativismo quanto pelo jornalismo ambiental –, bem como com a assimilação do saber ambiental.

O segundo nível analítico compreende as marcas da composição do produto, no caso, optamos pelos textos informativos, selecionados na editoria de Meio Ambiente e buscamos entender outros elementos externos ao texto. **4) Recursos multimídias e midiativistas** – para verificar gráficos, tabelas, ilustrações, fotografias, vídeos e táticas do midiativismo, como

²⁴Para Lage (2001, p. 27), as “fontes oficiais são mantidas pelo Estado; por instituições que preservam algum poder de Estado, como as juntas comerciais e os cartórios de ofício; por empresas e organizações, como sindicatos, associações, fundações etc”. Silva e Maia (2011, p. 29) entendem como fontes do poder público aquelas que gozam do status de Estado e são ligadas diretamente aos três poderes, ao Ministério Público ou a autarquias. Para as autoras, as fontes especializadas consistem em “especialistas ou pessoas com autoridade suficiente para dar sua opinião sobre o assunto, interpretar os acontecimentos e fornecer informações que ajudam a contextualizar os fatos”. Já as fontes cidadãs/personagens constituem “pessoas que testemunham fatos, fornecem informações ou dão sua opinião na condição de cidadãos afetados pelos acontecimentos”. As institucionais estão ligadas “a empresas privadas, hospitais, associações, ONGs, partidos políticos, movimentos sociais, sindicatos, fundações etc., que estão envolvidas nos acontecimentos”. As documentais configuram “estatísticas, bases de dados, documentos públicos, pessoais e institucionais, arquivos históricos etc”. Nas fontes provenientes de veículos jornalísticos “as informações são extraídas de textos publicados em outros veículos”.

utilização de *hashtags*, campanhas, manifestos agregados, propostas de viralização, entre outros.

O terceiro e último nível envolve os aspectos do contexto de produção, ou seja, a caracterização contextual interna e externa, nos concentrando nesta última. **5) Caracterização contextual socioambiental** - nos interessa aqui as particularidades do tema/acontecimento/assunto específico da cobertura e a abordagem da conjuntura sócio-histórica-cultural envolvida (SILVA, MAIA, 2011). Neste item é que conseguimos visualizar mais diretamente as características do jornalismo ambiental, como a ênfase na contextualização, com narrativas profundas e complexificadas, a cobertura sistêmica e próxima a realidade do leitor, a responsabilidade com a mudança de pensamento e a incorporação do princípio de precaução (LOOSE, GIRARDI, 2017). Por esta perspectiva, a última esfera também é tida como aspecto principal do protocolo aqui proposto, e não apenas complementar, como demarcam Silva e Maia (2011).

3.2 Iniciativas identificadas no Mapa do Jornalismo Independente

Apresentamos neste momento, uma síntese descritiva das iniciativas do Mapa do Jornalismo Independente, devidamente verificadas, realizada a partir dos dados exibidos na Agência Pública, observações feitas nos respectivos portais e autodefinição constadas nesses espaços.

Repórter Brasil

A Repórter Brasil antecede o debate sobre os ativismos digitais, mas atua na perspectiva da mobilização e denúncia. Foi fundada em 2001, por jornalistas, cientistas sociais e educadores, com o objetivo de estimular a reflexão e ação no que diz respeito à violação aos direitos essenciais dos povos e trabalhadores no país. O funcionamento da iniciativa se dá por meio de uma ONG de comunicação e projetos sociais que tem como missão

Identificar e tornar públicas situações que ferem direitos trabalhistas e causam danos socioambientais no Brasil visando à mobilização de lideranças sociais, políticas e econômicas para a construção de uma sociedade de respeito aos direitos humanos, mais justa, igualitária e democrática. [...] Suas reportagens, investigações jornalísticas, pesquisas e metodologias educacionais têm sido usadas por lideranças do poder público, do setor empresarial e da sociedade civil como instrumentos para combater a escravidão contemporânea, um problema que afeta milhares de pessoas (REPÓRTER BRASIL).

A organização é uma das mais importantes fontes de informação envolvidas no combate ao trabalho escravo contemporâneo e ao tráfico de pessoas no país. A página da iniciativa é tida “como referência não só no Brasil, mas também no exterior, sendo comum o intercâmbio de informações com jornalistas de alguns dos principais veículos de imprensa do planeta” (REPÓRTER BRASIL). A partir da distribuição gratuita de conteúdo e licença aberta para livre reprodução, o alcance das informações e denúncias jornalísticas é ampliado na medida em que suas reportagens são republicadas em outros veículos jornalísticos, como Folha de S.Paulo, UOL, Mongabay (EUA) e The Guardian (Inglaterra). Neste sentido, traz ao debate temas relevantes como as violações trabalhistas, impactos socioambientais de grandes obras, da indústria extrativista e de grandes empresas do agronegócio, desmatamento, reforma agrária, violência no campo, comunidades e povos tradicionais, entre outras pautas.

Nos 20 anos de atuação, a iniciativa já ganhou prêmios como o Vladimir Herzog de Direitos Humanos e o MPT de Jornalismo. A ONG elabora especiais multimídias, documentários e possui um programa de *podcast* denominado Rádio Batente. Para além da produção jornalística, conta ainda com realização de programas educacionais e de pesquisas (REPÓRTER BRASIL).

A partir dos objetivos descritos em sua página oficial, podemos observar que a Repórter Brasil possui eixos alinhados com o jornalismo ambiental e o midiativismo, como “combater todo e qualquer tipo de injustiça e violações aos direitos fundamentais do ser humano, insurgindo-se contra a degradação dos recursos naturais e do meio ambiente”; “desconstruir o discurso dominante sobre o desenvolvimento, problematizando a exploração ilegal do trabalho, o desrespeito aos direitos humanos e ao meio ambiente nas cadeias produtivas do agronegócio”; “fortalecer a livre atuação de movimentos sociais e organizações da sociedade civil que se dedicam a eixos de trabalho afins aos da Repórter Brasil”; “denunciar práticas de agentes econômicos, políticos e sociais que violam direitos humanos e/ou degradam o meio ambiente, bem como daqueles que se beneficiam direta ou indiretamente desses processos produtivos”; e “produzir conhecimento e disseminar informações que contribuam para a formulação de políticas públicas, [...] com o objetivo de mobilizar a estrutura e a legitimidade do Estado para a garantia dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente”.

A descrição feita no Mapa do Jornalismo Independente destaca que um dos diferenciais da Repórter Brasil “é a habilidade de rastrear cadeias produtivas de ponta a ponta: revelando a ligação entre violações de direitos humanos e ambientais na base da produção e as grandes marcas nacionais e internacionais responsáveis por isso”.

Por ser uma ONG, a Repórter Brasil possui convênios com agências das Nações Unidas e instituições norte-americanas e europeias, além de desenvolver seus projetos com apoio de institutos e fundações nacionais, e pesquisas em parceria com universidades nacionais e europeias. A iniciativa se mantém ainda por meio de financiamento coletivo (*crowdfunding*), doações e patrocínios de empresas brasileiras, e recebe doações de pessoas físicas interessadas em apoiar a organização. Os recursos doados são utilizados para manter o “trabalho e o [...] site, que não tem publicidade nem *paywall* (restrição de acesso). Mas, principalmente, ajudam a garantir a total independência da organização, investigando pessoas e empresas do setor público e privado”. Em sua página de apoio, a organização destaca que a contribuição do leitor permite que a Repórter Brasil “continue revelando o que muita gente faz de tudo para esconder”, ao se referir ao trabalho jornalístico investigativo e de denúncia realizado.

O Eco

O Eco é um projeto criado em 2004 pela Associação O Eco, uma ONG brasileira sem vínculo com partidos políticos, empresas ou qualquer tipo de grupo de interesse, com atividades focadas em educação ambiental. Denominado como um veículo de jornalismo ambiental sem fins lucrativos, “se dedica a documentar os desafios, retrocessos e avanços dos temas relacionados à conservação da natureza, biodiversidade e política ambiental no Brasil” (O ECO). A iniciativa surgiu a partir da visão de um ambientalista e de um coletivo de jornalistas que idealizaram um veículo de mídia pioneiro, destinado exclusivamente à cobertura em profundidade sobre o meio ambiente, “de forma independente, apaixonada e corajosa”.

Tem como missão a produção de conteúdo jornalístico e opinativo a respeito das questões ambientais, o treinamento de profissionais do jornalismo e áreas relacionadas para comunicação ambiental e a promoção de encontros, conferências e palestras referentes à temática. A iniciativa coloca como um de seus valores éticos a “voz de quem não tem voz”, contudo descarta o ativismo:

Queremos dar voz a bichos e plantas, através daqueles que se interessam em protegê-los. Nós temos um lado a defender, mas como uma organização de jornalismo não nos envolvemos em campanhas ou ações ativistas e, quando o fazemos, deixamos claro para os leitores nossa posição (O ECO).

A redação da organização “se compromete com apuração séria e calcada em boas práticas jornalísticas”. Seu conteúdo é resultado do trabalho de uma rede de jornalistas, especialistas e voluntários que se dedicam à cobertura de pautas socioambientais, como o

desmatamento, queimadas, invasões em terras indígenas, exploração de recursos da natureza, agronegócio, tráfico de animais, extinção da fauna e da flora, entre outros. Além de notícias e reportagens, produz ensaios fotográficos, vídeos, *podcasts* e documentários “sempre de forma crítica e independente”. Nas palavras da organização: “Acreditamos que, mais do que nunca, precisamos ampliar e fortalecer nossa cobertura e alcance, atualizando os formatos e linguagens jornalísticas para o nosso tempo” (O ECO).

A iniciativa possui distintas formas de financiamento. O modelo de negócios privilegia o subsídio por meio de fundações, pessoas físicas e empresas privadas ou públicas, contanto que não exista conflito de interesses com o trabalho exercido pela organização e que se respeite suas diretrizes e independência e autonomia editorial. “Acreditamos que o jornalismo sem fins lucrativos desperta o interesse e engajamento dos seus leitores” (O ECO).

Além de atuar como parte de uma organização que pode obter financiamento de diferentes meios, no *site* é possível fazer doações individuais, inclusive está em andamento uma campanha de financiamento coletivo; modelo de negócios muito característico do midiativismo. Neste sentido, o veículo mantém uma Campanha de Membros ativa e oferece acesso às *newsletters*, *e-books* e livros para que o público leitor colabore com a produção e a “consolidação do jornalismo ambiental”.

Os recursos arrecadados por meio da campanha de financiamento coletivo são revertidos “para produção de reportagens e notícias sobre meio ambiente de maior alcance, acessibilidade e interatividade, além de melhorias tecnológicas no site e redes sociais”, e custeiam a remuneração de todos os profissionais envolvidos no processo de produção jornalística (O ECO).

InfoAmazonia

A página da rede não possui detalhamento sobre o modelo de negócios e grande parte das informações descritas foram recuperadas de notícias publicadas pelo O Eco, veículo que hospedou inicialmente o projeto. Com relação ao uso do pronome referente à iniciativa, há divergência em espaços que aparecem informações sobre a rede, não sendo possível identificar qual seria o uso correto na própria página da InfoAmazonia. Além disso, notamos a escolha pela falta do acento na palavra Amazônia, escrita com a ausência da ortografia correta em todos os locais em que buscamos informações.

O InfoAmazonia é uma iniciativa criada em 2012 em parceria da organização O Eco com a ONG *Internews* e apoio da *Climate and Development Knowledge Network* (CDKN) e da

Knight International Journalism Fellowship, sugere-se, portanto, que é financiada por meio de tais parceiras. Se define como um “veículo independente que utiliza dados, mapas e reportagens geolocalizadas para contar histórias sobre a maior floresta tropical contínua do planeta” (INFOAMAZÔNIA). As bases de dados compartilhadas são renovadas com frequência e estão disponíveis para *download* pelo leitor.

A rede formada por organizações e jornalistas fornece atualizações constantes de notícias dos nove países da região Amazônica, em uma espécie de curadoria, além de realizar um cruzamento com dados compartilhados por governos, universidades e institutos dos países amazônicos (FALEIROS, 2012). As pautas compreendem a cobertura sobre desmatamento, recursos hídricos, ataques contra indígenas, agricultura familiar, degradação causada pela pecuária, queimadas e garimpo ilegal.

A página do InfoAmazonia e as notícias nela publicadas são encontradas no idioma português, espanhol e inglês, o que reflete o fato da Amazônia estar presente em nove países sul-americanos, bem como ser de interesse mundial. Além dos mapas interativos e infográficos que caracterizam o jornalismo de dados, o veículo independente produz e publica reportagens e projetos especiais, *podcasts*, entrevistas, *story maps* e *web stories*.

O mapa inicial apresenta todas as notícias disponíveis no InfoAmazonia, e ao selecionar uma notícia, ela é aberta em um painel na lateral da página. O mapa oferece três camadas que a contextualizam através de informações geográficas em alta resolução sobre cidades, estradas, infraestrutura, desmatamento, incêndios florestais, campos de petróleo e concessões de mineração. No topo do mapa, há uma opção de filtrar as notícias pelas principais fontes que fornecem histórias para o InfoAmazonia e também pelas notícias enviadas pelos leitores do site. Logo abaixo do mapa, as notícias podem ser vistas em ordem cronológica, com as mais recentes aparecendo primeiro. Todos os artigos, junto com seu mapa, podem ser inseridos em uma página como se fosse um vídeo do YouTube (BARTH, 2012).

Destacamos a ampla utilização das TIC's como instrumentos para produção do conteúdo jornalístico. Faleiros (2018), co-fundador do InfoAmazonia, relata que foi desenvolvida uma estratégia para construir o site, “fornecer a cartografia, bem como treinar os jornalistas locais em como utilizar as ferramentas disponíveis”. A página passou por modificações desde sua criação e atualmente utiliza galerias de fotos interativas e *mashups* de vídeo como recursos de reportagens exclusivas. Além disso, funcionalidades como “*widget* de distribuição” possibilita que jornalistas e ONGs personalizem seus próprios mapas e camadas de dados.

Identificamos a busca por parcerias com “meios de comunicação, ONGs, grupos *think-tanks* e outros que acreditam que possam se beneficiar do uso dos dados e mapas do InfoAmazonia” (FALEIROS, 2018). Ademais, colaborações com outros veículos de mídias independentes também são realizadas.

No ano passado, a Agência Pública, uma agência brasileira de jornalismo investigativo, fez parceria conosco para criar suas páginas interativas. O Eco, a mídia que inicialmente hospedou o InfoAmazonia, usou dados de desmatamento para destacar questões que estavam escondidas antes.

Também constatamos o caráter mais colaborativo por meio do incentivo ao compartilhamento de dados e notícias, visto que “o InfoAmazonia convoca seus leitores e jornalistas-cidadãos a apresentar links para histórias ligadas aos temas abordados pelo projeto” (BARTH, 2012). A iniciativa utiliza um formulário do Google que alimenta uma planilha na qual os editores responsáveis pela iniciativa podem analisar e avaliar o conteúdo submetido pelos leitores e publicá-lo no site.

Observamos que está em andamento o projeto “Amazonas: mentira tem preço” (hiperlink), produzido pelo InfoAmazonia e a produtora FALA – histórias para não esquecer, em parceria com a Rede de Comunicadores Indígenas do Rio Negro, por meio do Instituto Socioambiental (ISA) e com a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn). O projeto recebeu apoio da ONG *Open Society Foundations* e as versões das histórias publicadas são republicadas em texto, áudio e vídeo por veículos parceiros nacionais e internacionais.

Conexão Planeta

O Conexão Planeta surgiu em 2015, por meio da iniciativa de jornalistas com experiência em sustentabilidade, e se define como um coletivo de mídia com o intuito de propagar notícias, narrativas e entrevistas com o “olhar apurado” de profissionais especializados e de “outros colegas”, bem como compartilhar ideias e soluções. “Desejamos espalhar histórias de empreendedores sociais, ONGs, empresas e indivíduos que, sozinhos ou coletivamente, realizem trabalhos de impacto social, cultural, econômico e ambiental” (NUNES, CAMARGO).

Além da paixão por escrever, o que nos move é o ativismo, a certeza de que é espalhando e disseminando histórias e notícias relevantes, trilhamos o caminho certo. Nada nos deixa mais inspiradas do que poder relatar a ação de pessoas, comprometidas e visionárias, que provam que sim, temos

ferramentas, tecnologia e conhecimento necessários para seguir na direção de um futuro mais feliz (NUNES, CAMARGO).

O ativismo é declarado e também pode ser constatado a partir do slogan “Inspirar para a Ação”, com posicionamento de mobilização. “Queremos que a cada texto lido, mais e mais brasileiros sejam estimulados a tomar parte deste grande movimento. Não estamos sozinhas! Milhões de pessoas no mundo todo têm ido às ruas para mostrar que desejam uma sociedade mais justa e igualitária” (NUNES, CAMARGO). A plataforma destaca que há ainda as que conseguem transformar o local em que vivem com pequenas ações, as quais se multiplicam. “Estamos nos juntando a elas. Porque estamos todos conectados”.

As principais pautas compreendem temas como preservação e proteção à natureza, aos animais e ecossistemas, consumo consciente, mudanças climáticas, mobilidade urbana, biodiversidade e inclusão social e econômica. Temas como desmatamento, violência, poluição, desigualdade e aquecimento global também são noticiados pela iniciativa, que acredita que o leitor deve ter acesso ao fato preciso, apurado e verdadeiro, e que “não há como tapar o sol com a peneira”.

Além das editoriais de notícias de autoria da própria plataforma, a iniciativa republica conteúdos originalmente de outros portais, como Observatório do Clima, Mongabay Brasil, Agência Fapesp, entre outros. O site do Conexão Planeta ainda hospeda 13 *blogs* pertencentes aos próprios profissionais que compõem a equipe. A iniciativa possibilita que os leitores sugiram pautas e deem suas opiniões a partir de um formulário disponibilizado na própria página, o qual também serve para obter informações sobre “patrocínios, inserção de banner ou produção de conteúdo publíeditorial”, o que sugere a forma de financiamento. É possível identificar como um portal de notícias que conta com a parceria de ONGs e fundações ambientalistas; se coloca como independente editorial e financeiramente.

Ecodesenvolvimento

O portal EcoDesenvolvimento é o único que não possui postagens atualizadas; as últimas publicações datam de novembro de 2018. Consta no portal que surgiu em 2008, por iniciativa do Instituto EcoD, organização sem fins lucrativos, como uma plataforma de comunicação online especializada em sustentabilidade. O intuito da iniciativa é “produzir, integrar e promover conteúdos relevantes para a conscientização e mobilização da sociedade em prol do desenvolvimento sustentável” (ECODESENVOLVIMENTO, 2020). No primeiro levantamento feito para esta pesquisa, em 2020, a página do portal, apesar de desatualizada,

estava ativa. Em 2022, fase final da pesquisa, não encontramos o *site* ativo, mas a iniciativa ainda consta no Mapa do Jornalismo Independente da Agência Pública.

Envolverde

O portal Envolverde, criado em 1998, é anterior ao debate sobre experiências midiativistas, como a Repórter Brasil, mas ainda assim apresenta pontos de contato interessantes. É decorrência de um projeto de mesmo nome que surge em 1995 para gerenciar, no Brasil, o semanário Terramérica, realizado em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) e dedicado à cobertura de meio ambiente. A iniciativa se define como uma organização que tem como objetivo principal “ampliar o conhecimento social da sustentabilidade através do jornalismo e da comunicação” (ENVOLVERDE), além de “ser parte de um processo transformador da sociedade em direção a uma economia sustentável” e “construir parcerias e redes sólidas com os mais diversos atores da sociedade, de forma a chegar a todos os públicos”.

De acordo com Marcondes (2014), fundador e diretor da Envolverde, o intuito da agência é produzir um jornalismo mais comprometido com o desenvolvimento humano, “dando especial destaque à cobertura de temas normalmente fora da pauta das mídias convencionais”. Neste caso, já alertamos para, ao menos no plano discursivo, o encontro com os ideais midiativistas, apesar do fundador abdicar do envolvimento direto: “muitas vezes nos perguntam se somos militantes ambientais e a resposta é sempre não. Somos jornalistas que trabalham com pautas ambientais e sociais” (MARCONDES, 2014).

A Envolverde é gerida enquanto parte de uma ONG e se mantém por meio de fundos de financiamento públicos e privados, além de anúncios no próprio site de notícias e sistema para doações financeiras individuais. A agência produz conteúdo sob demanda para terceiros, como estudos, livros e cartilhas para empresas e organizações sociais, reportagens encomendadas por outros veículos jornalísticos, cursos, eventos e palestras, apresentando o portfólio em sua página. Além das editoriais, os textos jornalísticos também são categorizados de acordo com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

As abordagens principais do site versam sobre decisões governamentais, com foco na denúncia de medidas nocivas ao meio ambiente como desmatamento, queimadas, extinção da fauna e flora, violência contra indígenas, coleta de resíduos sólidos, mineração e perda da biodiversidade. Os prêmios conquistados pela agência incluem: Prêmio Ethos de Jornalismo 2006; Prêmio Ethos de Jornalismo 2009; Prêmio Ponto de Mídia Livre do Ministério da Cultura

2009; Menção honrosa Prêmio Von Martius da Câmara alemã 2011; Jornalista amigo da Infância da Agência Nacional dos Direitos da Infância (ANDI) 2010; e Prêmio de Jornalismo Socioambiental Chico Mendes 2014.

#Colabora

O #Colabora foi criado em 2015, com o *slogan* “Juntos, por um mundo + mais criativo, tolerante e generoso” e se define como um “projeto jornalístico que aposta numa visão de sustentabilidade que vai muito além do meio ambiente” (COLABORA), sendo uma iniciativa sem fins lucrativos e que não possui vinculação partidária. As reportagens são produzidas de forma colaborativa por uma equipe de quase 300 jornalistas, fotógrafos, designers, videomakers e especialistas, espalhados pelo Brasil e outros países, nas áreas de cobertura de temas como saneamento, consumo, diversidade, desigualdade, clima, economia verde, educação, saúde.

O veículo incentiva o envio de sugestões de pautas, críticas e comentários pelos leitores. Criou o projeto #Colabora Marcas “para ajudar a espalhar os valores que defendemos e a sustentar o jornalismo em que acreditamos”. A proposta é produzir conteúdo multimídia para empresas que objetivam “contar suas histórias e se relacionar com seu público”. As editorias do projeto passaram a ser pautadas, em 2019, pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) e se mostram mais abrangentes, tratando, por exemplo, de violência de gênero, diversidade sexual e educação. “Acreditamos que o planeta só será sustentável se conseguir resolver, além dos problemas ambientais, suas mazelas sociais”.

Declara que é financiado por “patrocínio de algumas marcas dos eventos que organizamos, de doações de fundações e da contribuição feita por leitores” (COLABORA), também aqui no sentido do financiamento coletivo, sendo que o dinheiro arrecadado é utilizado para remunerar colaboradores e pagar as despesas de manutenção, exclusivamente. As contas são prestadas mensalmente na página do portal e podem ser visualizadas pelos leitores. “Queremos seguir apostando em grandes reportagens, mostrando o Brasil invisível, que se esconde atrás de suas mazelas. Contamos com você para seguir investindo em um jornalismo independente e de qualidade”. A partir da doação, os leitores possuem acesso a alguns benefícios da iniciativa.

Desde sua criação, o #Colabora recebeu mais de 10 prêmios, entre eles: o Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos de 2019, na categoria Produção Jornalística em Multimídia, com uma série de reportagens que também conquistou Menção

Honrosa no Prêmio Patrícia Acioly de Direitos Humanos; Prêmio Petrobras 2017, na categoria Sustentabilidade; Prêmio Longevidade Bradesco em 2019, com o documentário que também venceu na categoria Audiovisual e Artes Cênicas o 20º Prêmio Cidadania em Respeito à Diversidade LGBTQ+; além de ser premiado pelo Centro Internacional para Jornalistas (International Center for Journalists – ICFJ) na categoria Desigualdade, Negócios e Economia, com uma cartilha sobre Covid-19 para favelas.

Nossa razão de existir continua sendo o legado, o propósito, a capacidade que temos de contribuir para a transformação do mundo em que vivemos. E a certeza de que ele pode ser cada vez mais economicamente viável, ambientalmente sustentável e socialmente justo. Como diz nosso slogan: “Juntos, por um mundo + mais criativo, tolerante e generoso”.

Amazônia Real

A Amazônia Real foi criada em 2013 por um coletivo de mulheres e se define como uma “agência de jornalismo independente e investigativo sem fins lucrativos [...] que dá visibilidade às populações e questões da Amazônia, [...] em especial daquelas que não têm espaço na grande imprensa”. O jornalismo produzido pela agência “opera com conceitos e práticas de justiça social, justiça ambiental e direitos humanos”, e “conta com o trabalho de profissionais com sensibilidade na busca de grandes histórias” (AMAZÔNIA REAL).

As jornalistas Kátia Brasil e Elaíze Farias, fundadoras e diretoras da Amazônia Real, trabalharam por muitos anos na grande imprensa brasileira e observaram que os temas relacionados às questões da Amazônia eram de pouco interesse das redações tradicionais, principalmente quando o assunto eram povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, defensores ambientais, mulheres, crianças e adolescentes, migrantes, entre outros. Em grande medida, apenas escândalos ou assuntos “exóticos” rompiam o bloqueio das redações, sediadas localmente ou a muitos quilômetros da Amazônia (AMAZÔNIA REAL).

Para assegurar que as comunidades tradicionais tenham acesso à mídia, a agência criou, em 2014, uma rede com mais de 40 jornalistas e outros profissionais remunerados mediante bolsas de reportagens e fotografia em nove estados, sendo eles: Amazonas, Acre, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Rondônia, Roraima, Pará e Tocantins, além de colaboradores no Mato Grosso do Sul, Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro.

Identificamos declaradamente a proposta de uma contra narrativa, aqui pautada em vozes da comunidade, com foco no jornalismo de opinião. Outra proximidade com o midiativismo está na declarada defesa da democratização da informação, liberdade de imprensa

e expressão em sua linha editorial, na medida em que as produções jornalísticas podem ser republicadas e compartilhadas com a garantia do direito autoral pela Licença Creative Commons. As abordagens estão focadas nas problemáticas da Amazônia e perpassam o viés dos Direitos Humanos, por exemplo, com abordagens sobre conflitos agrários, migrações, tráfico de pessoas.

A Amazônia Real defende que grupos sociais como povos indígenas, populações tradicionais, tais como quilombolas, ribeirinhos, pescadores, quebradeiras de coco babaçu e trabalhadores e trabalhadoras rurais, ativistas ambientais, ambientalistas, mulheres e homens da floresta, são sujeitos e protagonistas de suas próprias narrativas, sem necessidade ou interferência de mediadores. Essas vozes precisam ser escutadas, compreendidas e suas ideias, práticas culturais e vivências, visibilizadas. Essas populações, ao mesmo tempo em que são defensoras e defensores de saberes culturais e da natureza, são alvo de ameaças e conflitos ao denunciar ataques e ameaças, sem a proteção do aparato institucional do Estado. Elas correm perigo por denunciar crimes como desmatamentos, grilagem de terra, queimadas, incêndios florestais, impactos de grandes obras, invasões, entre outras ameaças (AMAZÔNIA REAL).

Além disso, traz a perspectiva de gênero e pluraliza a pauta do movimento socioambiental e do ativismo de múltiplas bandeiras (CASTELLS, 2013), visto que “defende os valores da equidade, da igualdade, da diversidade e do combate à violência contra mulheres e comunidade LGBTQ+ e a todas as demais formas de desigualdade” (AMAZÔNIA REAL), além de incluir a “realização de reportagens e projetos de empoderamento, debates e rodas de conversa sobre gênero e diversidade”.

Estes valores são ainda praticados dentro da redação da iniciativa, que informa que dos 58 colaboradores que compõem a equipe, 31 são mulheres e 27 são homens, “um número que está sempre em busca de equilíbrio”. No que diz respeito à diversidade racial, integram o grupo de trabalho pessoas negras (9), indígenas (14), pardas (14), brancas (20) e amarelas (1). “Sempre que possível, a equipe é composta por um homem e por uma mulher para que todos tenham direitos iguais na produção de reportagens” e as remunerações dos profissionais são iguais, “sem distinção, como prática da igualdade de gênero e respeito à diversidade” (AMAZÔNIA REAL). A iniciativa é a única entre as descritas que apresenta dados sobre a composição da equipe no que diz respeito ao número de profissionais, gênero e raça.

Sobre o modelo de negócios, a agência não publica conteúdo patrocinado e informa que se mantém com doações dos leitores e parcerias com instituições filantrópicas, “possíveis parcerias com empresas privadas, desde que estas possuam responsabilidade socioambiental

com a Floresta Amazônica e com os povos indígenas e os povos tradicionais” (AMAZÔNIA REAL).

As atuais fontes de financiamento da Amazônia Real são provenientes de subsídios de instituições internacionais, campanha de financiamento coletivo e doação de leitores. Para garantir independência incondicional na defesa da liberdade de expressão, liberdade de imprensa e defesa dos direitos humanos, a Amazônia Real não recebe recursos públicos. Tampouco recebe recursos de pessoas físicas/jurídicas envolvidas com crime ambiental, violações de direitos humanos e territoriais, trabalho escravo, violência contra crianças e adolescentes e contra a mulher.

A agência teve como primeiro financiador a Fundação Ford. Desde 2014, a Amazônia Real mantém uma parceria com a instituição para gastos com despesas administrativas, remuneração dos jornalistas e demais profissionais da iniciativa, serviços contratados, despesas estruturais e tributárias, além do pagamento do aluguel da sala de redação, telefonia, internet, transportes e viagens para a produção de reportagens especiais.

Possui ainda parceria com a Aliança para o Clima e o Uso da Terra (CLUA), “uma organização que procura realizar o potencial das florestas e do uso da terra para mitigar as mudanças climáticas, beneficiar as pessoas e proteger o meio ambiente” (AMAZÔNIA REAL); com o Observatório do Clima e a organização *Re: wild*; com outros veículos de mídia independentes como Repórter Brasil, Agência Pública, #Colabora, O Eco; apoio da Repórteres Sem Fronteiras, organização independente e internacional que defende e promove a liberdade de informação; da organização *Open Society Foundations*; recebeu bolsa do *Rainforest Journalism Fund – Pulitzer Center* para o projeto Jovens Cidadãos da Amazônia; e foi uma das 5.300 redações jornalísticas do mundo selecionadas pelo *Google News Initiative*, por meio do Fundo de Auxílio Emergencial ao Jornalismo “para produzir conteúdo do projeto #CoberturaCovid19Amazônia, cujo objetivo foi investigar, supervisionar, informar e reportar os impactos socioculturais do coronavírus nas populações tradicionais da região amazônica” (AMAZÔNIA REAL).

A Amazônia Real destaca em sua página a conquista de nove prêmios, sendo eles: 1º Prêmio de Jornalismo Cidadão – Radiotube 2015, com a produção de um vídeo reportagem; Prêmio do Público em Língua Portuguesa *The Bobs* 2016, concurso de ativismo online – criado pela agência de notícias DW, da Alemanha – em que a Amazônia Real destacou-se como única iniciativa brasileira entre os vencedores; Prêmios de Melhor Roteiro e Melhor Direção na categoria Amazonas, no Festival de Cinema Olhar do Norte, em 2018, com a produção de um documentário; Prêmio Rei da Espanha de Meio de Comunicação de Maior Destaque da Ibero-

América, concedido “pela valorização épica do trabalho, a solidez e o prestígio de uma pequena equipe de jornalistas que trabalha com informações locais, em Manaus, no Amazonas”; 41º Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos 2019 na categoria Jornalismo Multimídia, resultado de uma série realizada em parceria com outras mídias independentes (#Colabora e Ponte Jornalismo); 3º Prêmio de Jornalismo Cidadão – Radiotube 2019, com uma reportagem; 10º Prêmio Amaerj Patrícia Acioli de Direitos Humanos, em 2021, por uma série especial de reportagens realizada pela agência em parceria com a Repórter Brasil. A iniciativa está entre as 100 startups de notícias digitais pesquisada no estudo Ponto de Inflexão – Impacto, Ameaças e Sustentabilidade: Um estudo dos Empreendedores Digitais Latino-Americanos, da organização espanhola SembraMedia.

Em 2021, as jornalistas e fundadoras da iniciativa, Elaíze Farias e Kátia Brasil, se tornaram “as primeiras mulheres, negra e indígena, respectivamente, a serem homenageadas no 16º Congresso Internacional de Jornalismo Investigativo” (LIMA, 2021), promovido pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), pela “determinação na defesa da Amazônia e de seus povos, e pela coragem com a qual encaram o jornalismo no Norte”. No mesmo ano, Kátia Brasil ganhou o Prêmio Comunique-se na categoria Sustentabilidade, “um reconhecimento da trajetória da profissional e também da agência de jornalismo independente e investigativo” (AMAZÔNIA REAL, 2021). A editora-executiva da Amazônia Real concorreu ao prêmio com os jornalistas André Trigueiro e Rosana Jatobá, profissionais renomados no âmbito da sustentabilidade.

O conteúdo jornalístico da Amazônia Real é publicado em sete editorias – Meio Ambiente, Povos Indígenas, Conflito Agrário, Política, Economia e Negócios, Cultura, e Especiais – e é produzido nas categorias de reportagem noticiosa, reportagem investigativa, opinião e resenha, as quais são sinalizadas ao final de cada texto. A agência conta com um grupo de colunistas especialistas nas questões da região amazônica, os quais possuem “liberdade para escolher os temas de seus artigos, que não são necessariamente da mesma opinião da agência de jornalismo independente, que defende as diversas tendências do pensamento contemporâneo” (AMAZÔNIA REAL). Além da produção de conteúdo jornalístico, a iniciativa ainda realiza debates sobre as temáticas da Amazônia, exposições fotográficas, oficinas para jovens lideranças – “com o foco na identidade e no pertencimento na região amazônica” –, e para estudantes de jornalismo e profissionais.

Duas oficinas são apresentadas na página da iniciativa: Oficina Jovens Cidadãos, com o intuito de “formar jovens de comunidades tradicionais no protagonismo das narrativas na

internet e no uso da tecnologia e comunicação nas redes sociais, cujo tema central é ‘Identidade e pertencimento’” (AMAZÔNIA REAL), e Oficina de Jornalismo Socioambiental, descrita como uma “atividade para aprofundar o conhecimento dos jovens jornalistas sobre temas como mudanças climáticas, desmatamentos, preservação da floresta, comunidades tradicionais”, a qual contribui para “promover uma abordagem crítica sobre o tema na mídia e, conseqüentemente, a ampliar as discussões na sociedade”.

Com relação à qualidade e credibilidade das matérias, a iniciativa possui na parte superior da *homepage*, um espaço que explicita a “transparência e melhores práticas”, visto que sinaliza a implementação dos oito indicadores de credibilidade do The Trust Project²⁵ a partir de julho de 2021, fazendo parte de uma rede global que abrange mais de 200 veículos noticiosos comprometidos com o jornalismo transparente e socialmente responsável. Os indicadores são: melhores práticas (padrões e políticas); experiência do jornalista; etiquetas para diferentes tipos de conteúdo; referências para afirmações; métodos de reportagem; experiência e fontes locais; diversidade de vozes e perspectivas; e *feedback* acionável (engajamento público).

A complexidade e profundidade das narrativas revelam a transversalidade das pautas desenvolvidas, visto que excedem a questão do meio ambiente natural, abordando as temáticas sociais, econômicas e culturais interdependentes, e pluralizam a cobertura e o próprio fazer jornalístico por meio de intervenções explícitas.

Além dos aspectos mencionados sobre a iniciativa, a Amazônia Real é, de longe, a que possui mais informações e “transparência” acerca dos processos que envolvem a produção jornalística, sendo motivos que levaram a escolha do portal para análise, além da perceptível aproximação com as características inerentes ao jornalismo ambiental e ao midiativismo.

A partir do levantamento realizado, identificamos que, com relação à forma de organização e o modelo de negócios, pelo menos quatro iniciativas são produtos de atividades de Organizações Não Governamentais com atuações que podem extrapolar a produção de notícias e ou se caracterizar como uma institucionalização necessária para a própria sobrevivência financeira. São os casos da Envolverde, Repórter Brasil, O Eco e Ecodesenvolvimento, além da InfoAmazônia que opera na estreita parceira com as organizações indicadas. Por esta perspectiva, inferimos que não inviabiliza a independência editorial, contudo, são maneiras de pluralizar a experiência jornalística em um campo

²⁵Projeto que desenvolve padrões de transparência que auxiliam os indivíduos a avaliar a qualidade e a credibilidade jornalísticas. Os padrões são adotados por veículos noticiosos por meio de um consórcio internacional liderado pela jornalista norte-americana Sally Lehrman. No Brasil, fundiu-se com o Projeto Credibilidade, realizado por meio da parceria entre o Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo (Projor) e o Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (Unesp).

institucional, ativista e simultaneamente de mídia alternativa, que necessita ser problematizado e complexificado.

Quase todos os portais aceitam e incentivam doações financeiras individuais, portam a proposta de financiamento coletivo, em um trajeto de coparticipação com os usuários leitores. Entretanto, o estímulo à participação é, amiudamente, limitado ao envio de pautas, e desse modo, o engajamento aparente ser restrito à uma sensibilização discursiva e a uma condição particular. As iniciativas Amazônia Real e Colabora mostram-se mais participativas, concebem uma rede de colaboradores autônomos, com potentes inclinações ativistas.

No que diz respeito ao enquadramento narrativo, observamos a preocupação com a temática da sustentabilidade e predominantemente o tom de denúncia, mas procuram conferir amplitude para a questão ambiental, com assuntos como diversidade, desigualdade, trabalho escravo, mobilidade urbana, excedendo informações factuais estimuladas pelo cenário social emergente de desmatamentos e queimadas, por exemplo, e da pandemia de Covid-19. Neste sentido, os portais que parecem ampliar mais as pautas e fornecer um conteúdo por meio de reportagens transversais são o Repórter Brasil, Amazônia Real e o Colabora, sendo que os dois últimos carregam com intensidade a perspectiva de gênero, o olhar para as violências do campo e as questões sanitárias.

No que tange a autodenominação, nenhuma das iniciativas mapeadas se declaram no escopo do midiativismo, e metade delas surgiu há mais de 10 anos, o que nos indica que o ajuste conceitual é uma preocupação mais acadêmica do que empírica. No entanto, verificamos que se aproximam do nosso entendimento de midiativismo ao prezarem pela questão da independência editorial e financeira, produzirem conteúdos com abordagens, fontes e preocupações que não alcançam a mídia hegemônica e, principalmente, por marcarem posição política e envolverem o cidadão da discussão a respeito das problemáticas socioambientais.

3.3 Análise da cobertura jornalística socioambiental da Amazônia Real

Como *corpus* da pesquisa qualitativa, selecionamos oito reportagens publicadas pela Amazônia Real na editoria de Meio Ambiente, tendo como recorte os meses de abril a novembro de 2021. A escolha do período deve-se aos acontecimentos emblemáticos ocorridos, relacionados às questões socioambientais.

A seleção dos meses decorreu da denúncia relatada ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra Ricardo Salles, em abril, até a realização da COP-26, em novembro. Desenvolvemos um levantamento quantitativo a partir das reportagens publicadas durante os meses citados na

editoria de Meio Ambiente, totalizando 34 reportagens, sendo três em abril, cinco em maio, quatro em junho, uma em julho, duas em agosto, cinco em setembro, quatro em outubro e dez em novembro.

A partir dos resultados quantitativos obtidos, podemos inferir que, de modo geral, os números de reportagens publicadas se assemelham, variando de duas a cinco por mês. Contudo, os meses de julho e novembro constituem-se como exceção, sendo este último com maior discrepância. No que tange ao mês de julho, não é possível deduzir o motivo da redução da produção jornalística, mas podemos apontar elementos relativos à demanda da agência. Com relação ao mês de novembro, fica explícito que o aumento do número de reportagens deve-se à cobertura jornalística realizada pela Amazônia Real acerca da COP-26. Isso também pôde ser evidenciado na medida em que a própria iniciativa relatou o envio de uma repórter especial para acompanhar a Conferência em Glasgow, na Escócia, local de realização do evento.

Para a escolha das reportagens de cada mês, alguns critérios foram levados em consideração: buscamos abordar diferentes temáticas, evitando a repetição, tendo em vista que alguns assuntos foram tratados mais de uma vez ao longo do *corpus* delimitado; e optamos por selecionar reportagens com problemáticas que se sucederam em diferentes locais que abrangem a região amazônica (ainda que o recorte escolhido para o trabalho tenha nos apontado para matérias produzidas em um espaço geográfico mais regional e centralizado, que condiz com o nome do veículo e seus objetivos), bem como as que trazem maior impacto para as questões que envolvem o meio ambiente. Apresentamos abaixo uma tabela com as reportagens que serão analisadas:

Tabela 1 – Reportagens selecionadas para análise.

	Data	Título	Subtítulo	Autoria
Reportagem 1	24 abr. 2021	Bolsonaro mente e faz falsas promessas na Cúpula do Clima, dizem ambientalistas	Ambientalistas apontam como o presidente omitiu dados de seu governo para tentar transmitir uma imagem oposta de seu governo.	Fábio Pontes

Reportagem 2	11 mai. 2021	Milhares já sofrem com a cheia no Amazonas	Vinte municípios amazonenses já declararam situação de emergência e previsão é que 350 mil pessoas sejam afetadas em 2021	Amazônia Real - "Por Steffanie Schmidt e Raphael Alves, da Amazônia Real"
Reportagem 3	14 jun. 2021	Kátia Abreu será relatora do PL de flexibilização do licenciamento ambiental	Congresso se mobiliza para aprovar projetos anti-ambientalistas e especialistas temem que não haja um debate público.	Amazônia Real - "Por Karla do Val, da Amazônia Real"
Reportagem 4	02 jul. 2021	Grileiros e madeireiros de Rondônia invadem Acre	Depois de devastar a Ponta do Abunã (RO), o alvo agora das ações criminosas são as áreas de floresta ainda intactas do estado vizinho	Fábio Pontes
Reportagem 5	26 ago. 2021	Porto Velho concentra 40% dos focos de queimadas em Rondônia	De 1º de janeiro a 24 de agosto, Inpe detecta aumento de 47% nos focos de queimadas no Estado na comparação com 2020; fogo cerca terras indígenas. Fumaça se espalha.	Luciene Kaxinawá
Reportagem 6	30 set. 2021	No Pará, pescadores reivindicam seguro-defeso para preservar o caranguejo-uçá	Na Resex Caeté-Taperaçu, em Bragança (PA), os caranguejeiros param por seis semanas a pesca do crustáceo, mas não têm compensação e vivem com dificuldades.	Moisés Sarraf
Reportagem 7	31 out. 2021	Comunidades da rodovia Transacreaana enfrentam crise hídrica	Com a escassez de chuva, a prefeitura leva caminhões-pipa para os ribeirinhos. Alguns cavam poços para matar a sede	Fábio Pontes

Reportagem 8	14 nov. 2021	Acordo final da COP26 adia decisões para o futuro	No texto final, assinado por cerca de 200 países em Glasgow, na Escócia, até o secretário-geral da ONU reconhece que foi dado um 'passo importante, mas não suficiente'.	Alicia Lobato
---------------------	--------------	---	--	---------------

Fonte: autora.

De modo geral, todos os textos apresentam, ao final da página, uma retranscrição que sinaliza o tipo de reportagem redigida, podendo ser noticiosa ou investigativa. De acordo com a Amazônia Real (2021), a primeira é:

Baseada em fatos, sejam observados ou verificados diretamente pelo repórter, ou reportados e verificados por fontes capacitadas através da apuração criteriosa. Inclui perspectivas de múltiplos pontos de vista sobre uma questão. Não incorporam a opinião do autor. Fornecem contexto, definição e detalhes sobre um tópico específico. Há links dos entrevistados nos textos.

Enquanto a segunda:

Tem origem em uma denúncia ou em um fato apurado com exclusividade pela própria equipe de jornalistas da agência, sem ter como base relatórios públicos. Exige mais tempo de apuração e confrontação de informações, pesquisa e levantamento de dados, inclusive checagem de fontes, verificação de informações e declarações.

Observamos, no plano discursivo, que a definição de reportagem noticiosa apresentada pela agência se assemelha às características do jornalismo ambiental relativas à diversidade e multiplicidade de perspectivas acerca de um determinado assunto, e à contextualização e complexidade necessárias às temáticas noticiadas. Todas as reportagens possuem uma espécie de biografia do jornalista que assina o texto, o que evidencia, ainda, uma demarcação e personalização do indivíduo, por vezes além de sua função profissional, incluindo causas que defende e cobre, que sinalizam para o midiativismo. O leitor possui a opção de obter mais informações clicando no item "+ Sobre o Autor", a partir dos aspectos: localização, línguas faladas, áreas de experiência, experiência em localização e título oficial.

Após as informações trazidas sobre o profissional, todas as reportagens apresentam a opção de compartilhamento do texto nas redes sociais do Facebook, Twitter e Whastapp, o que sugere a interação e engajamento do leitor com o conteúdo publicado. Ademais, exibem *tags* com palavras chaves que, ao serem clicadas pelo público, direcionam para uma página que

compila todas as reportagens relacionadas ao assunto em questão, não apenas na editoria de Meio Ambiente como também nas seis outras existentes no site da agência, salientando aspectos interdependentes da cobertura ambiental.

Por último, dispõe de caixas de comentários, e há o seguinte aviso: “um espaço democrático e de livre acesso. Se reserva o direito de não aprovar comentários de conteúdo preconceituoso, racista, sexista, homofóbico, com discurso de ódio (...). (AMAZÔNIA REAL, 2022). Além da demarcação do espaço democrático e de livre acesso observamos ainda a tentativa de “marcar presença, empreender resistência e estabelecer estruturas de defesa” (BRAIGHI e CÂMARA, 2018, p. 36), na medida em que manifesta solidariedade aos ativismos de múltiplas bandeiras. As análises são apresentadas em seguida, indicadas pelos meses.

ABRIL



Figura 1 – Capa da reportagem “Bolsonaro mente e faz falsas promessas na Cúpula do Clima, dizem ambientalistas” da Amazônia Real. Fonte: Amazônia Real.

Título: “Bolsonaro mente e faz falsas promessas na Cúpula do Clima, dizem ambientalistas”²⁶
– 22 de abril de 2021.

Subtítulo: “Ambientalistas apontam como o presidente omitiu dados de seu governo para tentar transmitir uma imagem oposta de seu governo”.

²⁶Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/bolsonaro-mente-e-faz-falsas-promessas-na-cupula-do-clima-dizem-ambientalistas/>. Acesso em: 20 jun. 2022.

O texto trata da participação de Jair Bolsonaro na Cúpula dos Líderes sobre o Clima – organizada pelos Estados Unidos e realizada de forma remota, com foco nas falas infundadas do presidente, o discurso e as ações anti-ambientais, omitidas por Bolsonaro no evento, a repercussão entre os ambientalistas perante os acontecimentos, além de trazer dados a respeito do avanço do desmatamento, e destacar a força e a liderança dos indígenas na proteção à floresta.

Marcas de apuração

Sinalizada como reportagem noticiosa, o texto possui a assinatura de Fabio Pontes e apresenta *hiperlink* que encaminha para uma guia que traz uma foto do jornalista e informações sobre ele. A espécie de biografia ainda aponta dados como a localização do profissional – que se dá em Rio Branco (AC); línguas faladas – português; áreas de experiência – meio ambiente, povos indígenas e comunidades extrativistas, crises migratórias, mudanças climáticas (enchentes e secas severas) e a política regional; experiência em localização – Acre, Brasil; e título oficial – jornalista da Amazônia Real. Após as informações apresentadas, as reportagens escritas pelo autor aparecem listadas no decorrer da página.

Fabio Pontes é jornalista acreano, há mais de uma década escrevendo, desde a Amazônia, sobre meio ambiente, povos indígenas e comunidades extrativistas, crises migratórias, mudanças climáticas (enchentes e secas severas) e a política regional. Já produziu reportagens para os principais veículos de imprensa do Acre e do país. Desde 2016 escreve para a Amazônia Real. Twitter: @fabiospontes (AMAZÔNIA REAL, 2021).

A descrição acima está presente na guia citada e também ao final da reportagem.

Notamos que há um destaque para o tempo de carreira jornalística do profissional – dentro e fora da redação da Amazônia Real – e, conseqüentemente, para o conhecimento adquirido e a propriedade com que fala sobre a temática socioambiental, evidenciada, também, por meio de sua atuação nos principais veículos de imprensa acreanos e nacionais. Por esta perspectiva, frisamos a apresentação do indivíduo, da atuação e personalização que vai ao encontro dos preceitos midiativistas. Observamos ainda que o usuário do Twitter do jornalista é apresentado, o que sugere que o leitor possa ter conhecimento sobre o engajamento do jornalista ao falar sobre outros temas e projetos. Neste sentido, o público pode ter acesso à opinião do autor em suas publicações, e assim, vê-lo além de sua função profissional, possibilitando um envolvimento mais direto.

No que diz respeito ao acesso do jornalista ao local do acontecimento, é importante ressaltar que o fato foi a repercussão gerada pela fala de Bolsonaro em um encontro (promovido pelos Estados Unidos) que ocorreu de forma *online*, com transmissão ao vivo. Posto isso, não há indícios ou evidências concretas que demonstrem o deslocamento do profissional para entrevistar as fontes, com exceção de um ambientalista que é apresentado como colunista da agência, o que sugere, em partes, um contato mais direto e presencial. No mais, percebemos que a localização da grande parte dos entrevistados não coincide com a do jornalista, visto que a sede de algumas das organizações citadas estão, por exemplo, em Roraima, no Pará, e a mais próxima em Manaus.

Com relação a origem das informações, identificamos nove fontes ao longo do texto. Desse número, três se enquadram como fontes especialistas – o secretário-executivo da organização Observatório do Clima, o ambientalista e diretor da organização WCS Brasil, e um pesquisador do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon); duas como fontes do poder público – o presidente da república e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe); duas como personagens/cidadãos – a filha do seringueiro Chico Mendes e coordenadora do Comitê Chico Mendes, e a líder indígena do povo Wapichana de Roraima; e duas fontes provenientes de publicações feitas em outros *sites* – Fakebook.eco (iniciativa do Observatório do Clima que combate a desinformação ambiental) e Imazon. Ademais, o jornalista utiliza como fonte duas matérias publicadas pela própria agência, por meio de *hiperlinks*, sendo uma delas de autoria do mesmo profissional.

Inferimos que o predomínio do número de fontes especialistas se deve a uma certa dependência jornalística em legitimar os fatos, visto que esses profissionais interpretam, explicam e/ou desmentem as informações proferidas por Bolsonaro. Contudo, não são apenas os especialistas que possuem propriedade para tal. Vemos a relação com a síndrome da *lattelização* das fontes descrita por Bueno (2007), que aponta para a disposição de fontes produtoras de conhecimento especializado e legitimado. Cidadãos comuns não aparecem na reportagem, ou seja, não são incluídos e envolvidos no debate, o que não condiz com a necessidade de englobá-los destacada pelo autor. O número de fontes é equilibrado, mas relativamente pequeno em comparação com outras reportagens.

Marcas da composição do produto

A reportagem contém quatro fotografias – sendo que uma é creditada em nome do fotógrafo da presidência da república, duas de fotógrafos da equipe da Amazônia Real, e uma

de reprodução do YouTube –, e ainda conta com um infográfico que traz dados e outras informações sobre desmatamento. Os *hiperlinks* são utilizados seis vezes – direcionados para a página do Observatório do Clima, para a checagem do discurso de Bolsonaro publicada na página do Fakebook.eco, para ampliação do infográfico (contudo, a página conduzida reporta um erro), para uma matéria publicada no *site* do Imazon (da qual o infográfico produzido foi retirado e creditado na reportagem analisada) e para duas reportagens produzidas pela Amazônia Real. Ao final da reportagem, são utilizadas 18 *tags*: Acre, Amazonas, Amazônia, Bolsonaro, Crise Climática, Cúpula do Clima, Desmatamento, Joe Biden, Márcio Astrini, mentiras, Mudanças Climáticas, Pará, Povos Indígenas, Queimadas, Ricardo Salles, Rondônia, Roraima, Sineia do Vale

Não há contribuições dos leitores na caixa de comentários. Constatamos que os recursos midiativistas como manifestos, petições públicas, campanhas agregadas e propostas de viralização são diminutos, limitados e não incentivam a mobilização e o engajamento direto por parte do público. Neste sentido, percebemos que reproduz o jornalismo hegemônico em sua forma. Apesar da ausência dessas ferramentas de maneira evidente ao longo da reportagem, percebemos que o jornalista exterioriza um posicionamento, com críticas contundentes, tópico que será abordado a seguir, e que inferimos ser uma tática indireta do autor a partir de indícios midiativistas discursivos.

Caracterização contextual socioambiental

O jornalista começa o texto apontando que a participação de Bolsonaro na Cúpula dos Líderes sobre o Clima “foi marcada por muitas mentiras e falsas promessas” (PONTES, 2021), o que resultou em perplexidade da parte de ambientalistas e outros especialistas ao ver “como o governo ocultou dados oficiais de sua gestão para tentar passar a imagem contrária ao que prega e faz”. Embora a reportagem esteja calcada no discurso do presidente proferido no evento, não há uma contextualização acerca do que foi a reunião, nem quais eram os seus objetivos, os temas em debate, além da sua relevância para as questões e temáticas ambientais e para o Brasil. O autor apenas menciona que o encontro foi organizado “pelo presidente norte-americano Joe Biden que, durante a fala de Bolsonaro, se ausentou do evento”. Desse modo, notamos que, neste início da reportagem houve uma falta de contextualização, de proporcionar a conjuntura para que o leitor entenda o acontecimento como um todo. Ainda que seja um veículo jornalístico segmentado, um leitor leigo, que não é familiarizado com a temática ambiental e tenha contato com a reportagem, não teria todas as informações que envolvem o tema.

Logo em seguida, para evidenciar a informação a respeito do espanto causado, o jornalista traz a opinião de fontes especialistas, como a do ambientalista e diretor da organização WCS Brasil, que destaca, de forma irônica – colocada pelo próprio autor –, que tem que ter “muita boa vontade e inocência para acreditar no Bolsonaro. Ele é o mesmo que, enquanto estava gravando o vídeo para a Cúpula, estava editando portaria acabando com a fiscalização no Brasil. Ele é essa pessoa. Acredita quem quiser” e que “há uma total falta de coordenação do discurso com a prática, e soa mais com uma promessa vazia”.

O jornalista passa a mencionar algumas das falas do presidente e a apontar os fragmentos inverídicos e que destoam da realidade. Pontes (2021) afirma que Bolsonaro expôs acertadamente que o Brasil se caracteriza como um dos países com menor emissão de gases do efeito estufa, além de ter uma matriz energética limpa, “mas, propositalmente, omitiu o crescimento recorde do desmatamento e das queimadas na Floresta Amazônica durante os dois anos de seu governo, que tem como característica o desmonte das políticas de proteção e fiscalização ambiental”. Evidenciamos aqui o destaque do autor para a narrativa propagada de forma intencional pelo dirigente, além do enquadramento em que se configura a política de seu governo, ao ressaltar o desmantelamento da preservação e fiscalização ambiental de forma contundente, o que de certo modo exprime sua opinião. Dessa forma, abarca o comprometimento com a qualificação da informação, ou seja, o engajamento e a militância “como ações críticas em defesa da sustentabilidade da vida e de um vínculo menos nocivo e conflituoso entre a sociedade e a natureza” (LOOSE, GIRARDI, 2017).

Posteriormente, é apresentado o *hiperlink* que direciona para a checagem do discurso do Bolsonaro, já mencionada anteriormente. O jornalista não poupa evidências a respeito do desmonte referido e segue afirmando que, desde a posse do cargo de presidente, órgãos como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) “enfrentam o mais grave processo de desestruturação” (PONTES, 2021), com cortes orçamentários constantes, e que “em sua campanha presidencial, Bolsonaro já sinalizava com um forte discurso antiambiental”. Ou seja, destaca a relação política interdependente a partir de um breve recorte das ações até então já exercidas por Bolsonaro.

Nos chama a atenção a seguinte fala do jornalista:

Quando não realizadas por falta de recursos, as operações passaram a ser proibidas pelo próprio ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. Servidores que ousam cumprir suas missões nos órgãos são repreendidos e punidos pelo ministro ou os presidente do Ibama e ICMBio.

É possível observar o posicionamento crítico do profissional e até mesmo um tom de denúncia ao afirmar que os servidores que se atrevem a executar os objetivos propostos pelos órgãos ambientais são penalizados pelos dirigentes. Vemos aqui a tentativa de desvelar conexões nem sempre tão óbvias por meio de uma cobertura sistêmica (LOOSE, GIRARDI, 2017), contudo, não apresenta um relato ou mais informações que exponham estas ações.

Em seguida, as opiniões dos especialistas são expressas e destacam que, apesar de Bolsonaro solicitar apoio financeiro da comunidade internacional para fortificar “medidas de comando e controle”, não é a ausência de recursos que constitui o problema do Brasil, e sim a falta de gestão governamental na esfera ambiental. A citação de uma das fontes, o secretário-executivo do Observatório do Clima, ainda traz à tona a crise do Ministério do Meio Ambiente, que estaria só começando, e foi noticiada dois dias antes pela Amazônia Real: “Ele está enfraquecendo a fiscalização. O ministro dele [Ricardo Salles] anteontem estava recebendo uma queixa-crime por atrapalhar investigação da Polícia Federal”.

Com o intertítulo “Março do desmatamento”, Pontes (2021) passa a apresentar dados provenientes do monitoramento de área desmatada, na região da Amazônia, realizado pelo Imazon. A fiscalização “apontou que março de 2021 registrou novo volume recorde de área desmatada na região: 810 km²; no comparativo com o mesmo mês de 2020, a elevação foi de 216%” e o jornalista destaca, de forma irônica, que o aumento identificado ocorreu “mesmo com a região Norte sendo afetada por intensas chuvas neste começo de 2021, o que parece não ter inibido os desmatadores”. Observamos que a contextualização acerca dos números que evidenciam o desmatamento se constitui como uma cobertura próxima a realidade do leitor (LOOSE, GIRARDI, 2017), no sentido em que destaca o crescimento significativo a partir de comparações que provocam espanto, tecendo as conexões com o aspecto principal da reportagem. A partir de outros dados apontados a respeito da devastação da floresta, os especialistas continuam desmentindo algumas das narrativas de Bolsonaro. Ao tratar sobre as queimadas na região, Pontes (2021) reitera que

Nem mesmo o envio de tropas das Forças Armadas foi capaz de conter o avanço do crime na região. Após o desmonte do Ibama e ICMBio, Bolsonaro recorreu ao Exército como forma de dar uma resposta à comunidade internacional pelas críticas contundentes feitas por vários líderes mundiais contra o avanço da devastação promovida na Amazônia por seu governo.

Vemos a tentativa do autor de destacar que ações mais drásticas não conseguem conter a conduta de criminosos que exercem a política pregada pelo presidente, bem como de ressaltar

que as críticas à Bolsonaro são feitas por lideranças mundiais, o que sugere um cenário obscuro e preocupante dadas as proporções.

Em “Legado alheio”, o jornalista segue comprovando, por meio da fala de ambientalistas, como a narrativa do presidente diverge da realidade e como seu governo é classificado “como o principal responsável pela atual crise vivida na Amazônia, que tem sofrido com o aumento do desmatamento, das queimadas e das invasões de terras públicas e territórios indígenas”.

Além da evidenciada condenação da política anti-ambiental do governo, Pontes (2021) estabelece outras conexões que também trazem apreensão no país devido à conduta do presidente. O autor sustenta que “a tentativa do governo Bolsonaro de passar uma ‘nova roupagem’ diante do presidente norte-americano, [...] é vista como um gesto de sobrevivência em meio ao seu isolamento internacional”, visto que o gestor também é “duramente criticado” pelo modo como conduz o Brasil em relação às práticas de enfrentamento à pandemia de Covid-19, “indo no sentido contrário ao que recomenda as principais autoridades globais”. Percebemos que o jornalista não se detém “unicamente no que é tido como ambiental” (LOOSE, 2010, p. 16) e amplia a questão em uma perspectiva holística, no sentido em que carrega os aspectos que envolvem a coletividade, a qualidade e sustentabilidade da vida planetária, ao se referir a pandemia.

Por fim, o jornalista revela “a força dos indígenas na proteção da floresta”. Ao falar sobre a participação de uma liderança indígena na Cúpula, o autor afirma que “havia a expectativa de que ela aproveitasse sua participação no encontro global para reforçar os ataques feitos pelo governo Jair Bolsonaro aos direitos dos povos indígenas”, na medida em que o presidente declarou que não demarcaria terras indígenas e é “defensor” da mineração nessas áreas.

A postura anti-indígena de Bolsonaro é vista como um incentivo às invasões das terras por garimpeiros, madeireiros e grileiros. [...] Indagada pela Amazônia Real a respeito do fato de não ter feito críticas diretas ao governo Bolsonaro, Sineia afirmou que a “melhor estratégia” era aproveitar os três minutos disponíveis para destacar as ações que os indígenas desenvolvem já há muito tempo na preservação do meio ambiente.

Constatamos que a condenação à política atual é tão evidente que o próprio autor destaca que se esperava um posicionamento mais crítico vindo dos povos originários que sofrem de maneira direta com os ataques, desmatamento, e mineração em suas regiões, o que demonstra o engajamento e a militância de Pontes (2021), características inerentes ao jornalismo ambiental

e ao midiativismo. Percebemos ainda que houve uma certa cobrança do jornalista ao ressaltar que foi feito um questionamento para entender o motivo pelo qual a liderança optou por não realizar “críticas diretas”, optando por “uma postura mais diplomática”, ou seja, mais pacífica diante a situação. Neste sentido, o autor assume seu papel de contribuir para ser transformador e mobilizador (LOOSE, GIRARDI, 2017), deixando de lado a já vencida imparcialidade e propondo-se de forma engajada, no intuito de “resistir às investidas e pressões” (BUENO, 2007, p. 36).

MAIO



Figura 2 – Capa da reportagem “Milhares já sofrem com a cheia no Amazonas” da Amazônia Real. Fonte: Amazônia Real.

Título: “Milhares já sofrem com a cheia no Amazonas”²⁷ – 11 de maio de 2021.

Subtítulo: “Vinte municípios amazonenses já declararam situação de emergência e previsão é que 350 mil pessoas sejam afetadas em 2021”.

Sinalizada como reportagem noticiosa, a narrativa aborda a devastação e os danos causados pelo aumento do nível dos rios na região, principalmente as preocupações e dilemas vivenciados pela população afetada, que teve seu cotidiano marcado por perdas de moradias e plantações, risco de morte devido à exposição a animais perigosos, prejuízos econômicos, e maior probabilidade de contrair a Covid-19.

²⁷ Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/milhares-ja-sofrem-com-a-cheia-no-amazonas/>. Acesso em: 20 jun. 2022.

Marcas de apuração

O texto apresenta a assinatura da própria agência – por Amazônia Real –, logo após o título. Contudo, posteriormente ao subtítulo e a foto de capa, há a sinalização “por Steffanie Schmidt e Raphael Alves, da Amazônia Real”. No final da reportagem, é feita uma descrição da iniciativa e não constam informações sobre os nomes citados anteriormente.

A agência de jornalismo independente e investigativo Amazônia Real é uma organização sem fins lucrativos, criada por jornalistas mulheres em 20 de outubro de 2013, em Manaus, no Amazonas, Norte do Brasil. Sua missão é fazer jornalismo ético e investigativo, pautado nas questões da Amazônia e de seu povo. A linha editorial é voltada à defesa da democratização da informação, da liberdade de expressão, da liberdade de imprensa e dos direitos humanos. (redacao@amazoniareal.com.br) (AMAZÔNIA REAL, 2021).

Ao longo da reportagem, é possível constatar que Raphael Alves é o fotojornalista responsável pelas imagens que ilustram a matéria, e subentende-se que Steffanie Schmidt é a jornalista que redigiu o texto. Verificando a página que apresenta o expediente da agência, notamos que os nomes referidos não estão listados na equipe que compõe a redação jornalística. Isso sugere que, ou ambos são colaboradores da iniciativa, ou não fazem mais parte da agência. Aqui já não vemos a ênfase na figura do jornalista, com aspectos que trazem a personalização do indivíduo, como observado na reportagem anterior.

O acesso do jornalista ao local do acontecimento é sinalizado pela Amazônia Real: “A reportagem visitou, na semana passada, Manacapuru” (AMAZÔNIA REAL, 2021). Ainda que não estivesse explícita, a cobertura presencial poderia ser percebida por outros aspectos, como a quantidade de fontes personagens que vivenciam o contexto apresentado e que compõem a construção da reportagem, a sequência narrativa, as quase 30 fotografias apresentadas no decorrer da página – as quais retratam os cidadãos entrevistados, bem como evidenciam os estragos causados pelas cheias –, creditadas em nome de “Raphael Alves/Amazônia Real” – o que significa que a equipe se deslocou até o local para fotografar –, e pela localização apontada no início da reportagem – Manaus e Manacapuru. Essas informações revelam o engajamento mobilizado pela agência para expor o problema ambiental relatado e a profundidade com a qual foi abordado. Vemos aqui o jornalista realizando a apuração *in loco*, como participante ativo dos acontecimentos, vivenciando os fatos, uma característica muito demarcada pelo midiativismo.

No que diz respeito à origem da informação, a reportagem traz ao todo 15 fontes. Desse número, sete são classificadas como fontes personagens/cidadãs – sendo que todas relatam

sobre as dificuldades enfrentadas pelas enchentes e os danos causados por elas; uma institucional – o Sistema de Alerta Hidrológico do Serviço Geológico do Brasil (SGB-CPRM); quatro especialistas – a pesquisadora do CPRM responsável pelo Sistema de Alerta Hidrológico (SAH) da Bacia do Amazonas, um doutor em Ciências Florestais e pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa/MCTI), o meteorologista do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), e o secretário-executivo do Observatório do Clima; e três fontes do poder público – a Defesa Civil do Amazonas, o Governo do Amazonas, e a Secretaria Executiva de Ações de Proteção e Defesa Civil do Amazonas. São apresentadas ainda como fontes, duas matérias publicadas pela agência, contidas em *hiperlinks*.

Nos chama a atenção o número elevado das fontes personagens, o que mostra a preocupação em evidenciar todo o problema do aumento dos níveis dos rios na região, e as consequências ocasionadas. Neste sentido, percebemos que a reportagem dá voz aos sujeitos e comunidades que “estão fora dos muros da academia, como o povo da floresta, o agricultor familiar, o cidadão da rua” (BUENO, 2007, p. 37), se comprometendo com a qualificação da informação a partir de uma cobertura sistêmica, próxima à realidade do leitor (LOOSE, GIRARDI, 2017), que ao invés de ser informado de forma mais objetiva, com dados sobre a elevação dos níveis das águas, consegue compreender a dimensão ambiental, social, política e econômica do problema a partir dos relatos dos indivíduos afetados.

Marcas da composição do produto

Com relação aos recursos multimídias utilizados, a quantidade de imagens é destaque na reportagem. As 29 fotografias denotam os anseios, preocupações e prejuízos relatados pelas fontes personagens, as quais também são retratadas nas fotos, a partir de imagens que evidenciam o cotidiano vivido pelos cidadãos durante a enchente. Desse número, nove são apresentadas de forma única ao longo do texto, enquanto as 20 restantes estão agrupadas em formato carrossel no meio da página e passam de forma automática, sem que o leitor precise clicar na seta para passar para outra fotografia. Com exceção de uma (foto creditada pelo INPA), todas as imagens exibidas contêm a autoria de Raphael Alves, identificado como fotógrafo da Amazônia Real.

A reportagem apresenta três *hiperlinks*, que direcionam para duas matérias produzidas pela própria agência (como forma de contextualização), e para uma publicação no YouTube, que seria o “segundo Alerta de Cheia do CPRM” – contudo, a página informa que o vídeo está indisponível e é privado. As 12 *tags* presentes ao final das opções de compartilhamento

(Twitter, Facebook e WhatsApp) são: Amazonas, cheia, Crise Climática, Enchente, Manacapuru, Manaus, Mudanças Climáticas, plantações, Rio Amazonas, Rio Negro, Rio Solimões.

A caixa de comentários possui uma única contribuição de um leitor que deixou clara a sua opinião:

No período de estiagem, quando o lixo mantém uma certa distância do piso das palafitas, a população não se apercebe de seu acúmulo diário. Contudo, na época da cheia, o lixo praticamente invade a moradia, trazendo transtorno e vetorizando as doenças. Se observa a falta de conscientização dos ribeirinhos e principalmente a omissão dos órgãos do governo e prefeitura de Manaus, que apenas executam suas ações no momento crítico e de modo paliativo, como se tampando o sol com uma peneira.

Observamos que a informação trazida pelo leitor a respeito da invasão de lixo e resíduos é retratada em uma das imagens, porém não é mencionada ao longo do texto. O autor do comentário faz uma crítica às ações do governo do Amazonas, e exprime um sentimento de revolta, responsabilizando-os por agirem somente quando a situação já é drástica. Apesar do comentário publicado, a Amazônia Real não respondeu a observação feita pelo leitor, e, por esta perspectiva, não gera diálogo com o público no sentido de integrar a participação dos cidadãos para que sejam envolvidos de modo mais intenso no debate acerca da vida social e as preocupações ambientais.

Como na reportagem anterior, constatamos que os recursos midiáticos instrumentais são escassos e não conseguem envolver o público de forma mais direta, contudo, dispõe da maioria dos pressupostos ambientais que vão ao encontro das características midiáticas no plano narrativo. Inferimos que, dado o estado de emergência descrito, poderiam ser incluídas, de algum modo, campanhas agregadas que pudessem gerar um engajamento em torno da temática e convidar o leitor a interagir com o conteúdo.

Caracterização contextual socioambiental

Com os intertítulos “350 mil atingidos”, “Sete grandes cheias”, “As chuvas na bacia”, “Plantações perdidas”, “O risco da Covid-19”, “Desigualdade” e “Prejuízos econômicos”, já é possível perceber que diversos temas são abordados, extrapolando somente a tragédia ambiental e estabelecendo as conexões interdependentes relacionadas, com ênfase na contextualização (LOOSE, GIRARDI, 2017).

A Amazônia Real (2021) dá início a reportagem da seguinte maneira:

A grande cheia do Amazonas já produz estragos para milhares de pessoas. Kerlen, mãe de duas crianças, saiu de sua casa em área alagada e teve de alugar outro imóvel. Bruno perdeu o cultivo de bananas e maracujás, enquanto a plantação de malva de Sidiney se encontra debaixo d'água. Mário viu no quintal cobras e poraquês (espécie de peixe-elétrico da Amazônia). E Marcilene avistou, dias atrás, um jacaré na porta de sua casa. Conforme os dias passam, mais as medições dos níveis dos rios sinalizam para uma enchente entre as maiores já registradas na história e cujos maiores impactos estão só por começar.

O intuito do texto, além de apresentar dados sobre as cheias ocorridas na região, é principalmente trazer os relatos dos povos que estão vivenciando as consequências em seus cotidianos, o que pode ser evidenciado na sequência narrativa do trecho acima. Vemos aqui o pressuposto que engloba abordar não somente os desastres ambientais de forma espetacularizada – síndrome da baleia encalhada (BUENO, 2007), ou apenas as causas que suscitaram os acontecimentos, mas estender a pauta versando sobre as consequências associadas, bem como quais são as relações sociais, políticas e econômicas que se podem estabelecer. Neste mesmo sentido, o texto também contempla uma abordagem que está próxima a realidade do leitor (LOOSE, GIRARDI, 2017). Os nomes de algumas das fontes personagens já são anunciados e trazem uma síntese de suas histórias, são colocados como pessoas que precisam ser vistas e ouvidas. Ademais, já denota a pluralidade de vozes, outro pressuposto intrínseco ao jornalismo ambiental, com o objetivo de explicar e se fazer entender toda a complexidade envolvida na temática. Verificamos ainda que a autora destaca que “os impactos estão só por começar”, o que traz um alerta, contudo, não incorpora de fato o princípio de precaução elencado por Loose e Girardi (2017), com ações que podem minimizar os danos.

Em seguida, são exibidos dados e informações sobre o aumento dos níveis dos rios no Amazonas, destacando algumas cidades que se sobressaem na “cota de inundação severa”. Antes de introduzir as explicações de especialistas para o fato evidenciado, os relatos dos personagens começam a ser descritos, bem como a própria agência detalha os aspectos dos locais visitados e como as cidades situam-se diante dos alagamentos.

Os especialistas entrevistados trazem uma abordagem que é próxima a do leitor, com analogias como “nem mesmo ‘a maior obra de engenharia do mundo’ seria capaz de controlar as cheias”, e não só explicam aspectos mais técnicos como também comentam as temáticas sociais que envolvem o problema, como na fala do secretário-executivo do Observatório do Clima: “Essa questão do clima chega às populações mais pobres de maneira totalmente desproporcional. A população que já sofre com outras desigualdades é a que mais vai sofrer

com aumento de temperatura e cheia”, como também evidenciado no trecho abaixo, proferido pela pesquisadora entrevistada:

Em Manacapuru são 100 milhões de litros de água por segundo. O que se pode fazer é mitigar minimamente os prejuízos até porque muitos estão adaptados a esse modo de vida. [...] É fundamental garantir o fornecimento de água potável. Mas sabemos que muita gente acaba voltando para essas localidades alagadas, não por opção, mas por falta dela.

Posteriormente, são apresentadas informações obtidas pelas fontes oficiais sobre o número de pessoas afetadas pelas cheias, as cidades que declararam situação de emergência, a oferta do Auxílio Emergencial Enchente, o valor das operações que estão sendo realizadas, bem como quais são elas, o repasse para aplicação em ações de socorro nos municípios, entre outras esclarecimentos.

A reportagem ainda traz uma contextualização histórica sobre o aumento dos níveis dos rios já ocorridas em anos anteriores, alicerçada nas falas de especialistas que mencionam termos mais técnicos/científicos – como os fenômenos climáticos El Niño e La Niña, a diferença nas temperaturas superficiais dos oceanos, a Célula de Walker, o ciclo hídrico da bacia do Amazonas –, mas que são explicados e que conseguem ser compreendidos pelos leitores.

Em “Plantações perdidas”, a Amazônia Real dá espaço para os relatos dos moradores das regiões mais afetadas, os quais destacam as dificuldades de locomoção, a necessidade de se mudar de suas moradias, os prejuízos econômicos trazidos bem como as perdas das plantações cultivadas, a preocupação com a proximidade que grandes embarcações passam na frente das comunidades.

Silas Rodrigues, 45, está desempregado e sem conseguir trabalho devido à pandemia da Covid-19. Sem dinheiro para o básico como o gás, ele aquece o café com restos de madeira, próximo a uma passagem construída para garantir o deslocamento em áreas alagadas no centro de Manacapuru. Ele vive com a esposa, cinco filhos, cunhado e uma nora em sua casa de madeira. Segundo ele, que está na cidade há cinco anos, para onde se mudou para trabalhar com roçado, essa é a maior enchente que ele já presenciou. “Me sinto totalmente isolado com tudo isso. Não consigo trabalho desde a pandemia. A gente corre atrás, mas ninguém vem até nós”, desabafou (AMAZÔNIA REAL, 2021).

A narrativa apresenta alguns trechos mais descritivos e literários, o que de certo modo traz maior compreensão e envolve o leitor na narrativa aprofundada. Além do fragmento destacado acima, outros trechos também tecem críticas ao governo e revelam a insatisfação da população e a falta de auxílio e suporte, o que gera indignação, reproduzida na fala de uma das

fontes personagens, que trabalha com pesca e roçado: “Nossa plantação de malva foi para baixo d’água. Acho que perdemos 90% de tudo. O que salvamos está aqui. Mas ninguém assiste a gente. Ninguém vem aqui, mas 80% da renda da cidade é a gente da zona rural que produz”. Ademais, o texto aborda como as cheias podem afetar a pandemia de Covid-19, “desvelando as conexões nem sempre óbvias, e destacando as interdependências existentes” (LOOSE, GIRARDI, 2017) e ainda discorre sobre os prejuízos econômicos e a desigualdade social tão marcada no Brasil.

Percebemos que as informações são bem distribuídas, não apresentam uma sequência direta com cada tipo de fonte, ou seja, elas são intercaladas, interconectando as informações exibidas, a partir de uma complexa, ampla e profunda ênfase na contextualização, assimilação do saber ambiental, comprometimento com a qualidade da informação, cobertura sistema e próxima a realidade do leitor, características elencadas por Loose e Girardi (2017) e tão caras ao jornalismo ambiental.

JUNHO



Figura 3 – Capa da reportagem “Kátia Abreu será relatora do PL de flexibilização do licenciamento ambiental” da Amazônia Real. Fonte: Amazônia Real.

Título: “Kátia Abreu será relatora do PL de flexibilização do licenciamento ambiental”²⁸ – 14 de junho de 2021.

Subtítulo: “Congresso se mobiliza para aprovar projetos anti-ambientalistas e especialistas temem que não haja um debate público”.

²⁸Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/katia-abreu-sera-relatora-do-pl-de-flexibilizacao-do-licenciamento-ambiental/>. Acesso em: 20 jun. 2022.

Sinalizada como reportagem noticiosa, o texto aborda sobre o retrocesso, a gravidade e os impactos do Projeto de Lei (PL) 2159/2021, aprovado na Câmara dos Deputados, que altera as regras e flexibiliza o licenciamento ambiental, e que tem como relatora a senadora Kátia Abreu. Trata da falta de discussão do PL em comissões específicas, bem como na sociedade civil; a consequente aceleração de obras de impactos diretos sobre a floresta amazônica e as comunidades locais; o risco de judicialização; discorre ainda a respeito do PL 490/2007, outra pauta anti-ambiental em votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, que modifica a legislação e o processo de demarcação de terras indígenas; destaca os danos que as hidrelétricas e garimpos no Tapajós causam nas aldeias indígenas; e traz o “lado B” do autor do texto aprovado.

Marcas de apuração

A reportagem tem a assinatura da iniciativa – por Amazônia Real – mas traz no início a informação de que foi redigida “por Karla do Val, da Amazônia Real”. Ao final, sinaliza que “Colaborou Elaíze Farias”. Novamente, o foco é destinado a dados e elementos sobre a própria agência, e não observamos a figura do indivíduo que assina a matéria, visto que não há informações mais específicas, centrada na figura do jornalista, para além de sua função profissional, acerca dos nomes citados acima. Ao fazer uma busca no expediente da página da Amazônia Real, é possível verificar que Elaíze Farias faz parte da equipe da agência como editora de conteúdo, além de ser co-fundadora e diretora do coletivo. Contudo, o nome de Karla do Val não consta na lista de profissionais que atualmente compõem a redação jornalística, sugerindo, como na reportagem analisada anteriormente, que é uma colaboradora ou não faz mais parte do quadro de profissionais.

No que diz respeito ao acesso do jornalista ao local do acontecimento, não há a localização em que o texto foi produzido, como há em outras reportagens da agência. Apesar de trechos como “segundo um especialista em questões ambientais ouvidos pela Amazônia Real”, “relata a deputada em entrevista à Amazônia Real”, não constatamos indícios ou evidências de que houve um deslocamento do jornalista para entrevistar as fontes presentes na matéria. As localizações dos entrevistados divergem entre si – uma deputada de Roraima, sede de uma organização no Pará, outra em Manaus, uma doutoranda em Brasília –, o que pode sugerir um contato realizado de forma remota.

Com relação a origem das informações, identificamos na reportagem a presença de 10 fontes. São elas: uma fonte que se enquadra ao mesmo tempo como poder público e como veículo jornalístico – o site do Senado; seis como especialistas – um pesquisador do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), o geógrafo e diretor da Wildlife Conservation Society (WCS) Brasil, uma especialista em políticas públicas do Observatório do Clima, o advogado do Instituto Socioambiental (ISA), uma antropóloga doutoranda pela Universidade Federal de Brasília (UnB), e um especialista que solicitou anonimato; uma como poder público – deputada de Roraima; e duas como documentais – um estudo feito pela Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) e outro pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Além das fontes mencionadas, quatro matérias da agência são *hiperlinkadas* ao longo do texto para contextualizar algumas informações constatadas.

É possível verificar que há um número considerável de fontes especialistas, as quais ressaltam a gravidade e os impactos que os projetos de lei abordados trazem, bem como a complexidade da temática. Apesar de englobar saberes de áreas diversas, não há sequer uma fonte personagem/cidadã presente na matéria. Vemos aqui o tal “fontismo” criticado por Bueno (2007) a partir da *lattelização* das fontes, devido a disposição de sujeitos com “currículo acadêmico”, não englobando indivíduos que vivenciam os fatos. Em alguns momentos do texto, são citadas algumas comunidades e aldeias indígenas que sofrem com as consequências e danos ocasionados pelo avanço do “arco de desmatamento”, de obras de pavimentação, empreendimentos como instalações de hidrelétricas, aumento da grilagem e do garimpo, contudo, não há a perspectiva, o relato e o ponto de vista dos cidadãos e indígenas que encontram-se afetados e prejudicados diante essas problemáticas.

Notamos ainda que a reportagem aborda sobre a falta de discussão e debate público dos projetos de lei na sociedade civil, mas não inclui no próprio texto indivíduos que compõem essa coletividade, que denota uma contradição na medida em que esses sujeitos deveriam ser ouvidos e terem seus relatos e opiniões expostas também no conteúdo da matéria. A única fonte que representa a comunidade indígena é uma deputada, que disserta como uma fonte do poder público, não incorporando os cidadãos que não alcançam/gozam desse status.

Marcas da composição do produto

O texto apresenta oito imagens, sendo que apenas uma delas é de autoria da iniciativa – “Bruno Kelly/Amazônia Real”. As demais são de domínio da *World Wide Fund for Nature* (WWF Brasil), do *Greenpeace* (sendo duas), da Mobilização Nacional Indígena (MNI), do

Instituto Verificador de Comunicação (IVC), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), e de reprodução do Facebook. Há 13 *hiperlinks*, sendo que quatro deles redirecionam para matérias da própria agência, um para a página de rádio do Senado, seis para a página Terras Indígenas no Brasil e um para o veículo G1 de Mato Grosso. Ao final da matéria, há ainda um *hiperlink* sinalizado por “Gostou dessa reportagem? Apoie o jornalismo da Amazônia Real aqui”, que encaminha o leitor para a página de doações da iniciativa.

Após as opções de compartilhamento, 10 *tags* são apresentadas: agronegócio, Brasília, Demarcação, Desmatamento, Devastação, Grilagem, Kátia Abreu, Licenciamento ambiental, Senado, Senadores.

Na caixa de comentários, há duas contribuições. A primeira, feita três dias após a publicação da matéria exprime um sentimento de revolta do leitor:

Resumindo: trata-se de um projeto ou projetos completamente antidemocráticos. Não há que se falar em alijamento de órgãos e instituições que lidam com tal problemática, nem no absurdo que o desprezo às comunidades eventualmente atingidas, que sequer seriam consultadas. Totalmente antidemocrático!!!

Já a segunda, realizada 14 dias após a publicação, tece elogios a maneira como a reportagem foi escrita: “Excelente matéria. Contextualiza uma das facetas da tensa realidade ambiental do Brasil. Parabéns!”. Contudo, nenhuma das contribuições feitas pelos leitores obteve resposta da Amazônia Real, assim como nas reportagens analisadas anteriormente, não gerando debate com o público. Aqui os recursos midiativistas mais explícitos também não são observados e, além da formatação no modelo de mídia hegemônica no modo de apresentar as informações, também é possível perceber no conteúdo, ao não trazer as fontes personagens para dentro do texto. Apesar da falta instrumental de artifícios midiativistas, identificamos no conteúdo da reportagem uma narrativa que prega a mediação em conjunto a transgressão solidária (BRAIGHI, CÂMARA, 2018), ao destacar o poder de engajamento e mobilização da sociedade na tentativa de frear o avanço e aprovação definitiva dos projetos de lei abordados pela reportagem, aspecto maior detalhado no tópico seguinte.

Caracterização contextual socioambiental

O texto inicia com a associação do nome de Kátia Abreu a “uma das principais líderes do agronegócio e protagonista histórica de agendas antiambientais” (AMAZÔNIA REAL, 2021) para informar acerca do PL 2159, e, “na mesma toada retrógrada”, do PL 490/2007. É

possível perceber que a jornalista exprime uma narrativa crítica, posicionando-se em prol dos valores e da consciência ambiental. Ela afirma que o “avanço de duas pautas anti-ambientalistas, enviadas há mais de 10 anos, dentro de um Congresso conservador era aguardado, mas não sem um mínimo de debate público”, trazendo à tona o receio de especialistas e ambientalistas de que o PL “sequer seja discutido nas comissões”, visto que a sociedade civil não foi ouvida pelos senadores no que diz respeito às modificações propostas.

O texto passa a dar enfoque a magnitude e complexidade do PL, bem como a gravidade implicada caso o projeto com “esse nível de divergência” (AMAZÔNIA REAL, 2021) seja votado no Plenário sem transitar pelas comissões de Meio Ambiente, Assuntos Sociais, Direitos Humanos e Assuntos Econômicos, a partir do relato de especialistas e demais fontes. No intertítulo “Aceleração de obras de impacto”, a autora da reportagem destaca o aumento da pressão de indígenas e “aliados da floresta” para que os dois projetos citados sejam retirados da pauta de votação e até mesmo arquivados, na medida em que estes grupos serão afetados com obras como a retomada da pavimentação da BR-319 – que conecta Manaus (AM) a Porto Velho (RO) –, e a linha de transmissão de energia que transpassa a Terra Indígena Waimiri-Atroari – entre Amazonas e Roraima –, além da instalação de hidrelétricas na bacia do Tapajós (PA), “com previsível custo ambiental de tais empreendimentos” (AMAZÔNIA REAL, 2021).

A narrativa segue ressaltando, a partir das palavras da deputada e única representante indígena no Congresso, o “drástico retrocesso” (AMAZÔNIA REAL, 2021) do PL – marcado por uma “tramitação relâmpago” cujo objetivo “era restringir a participação da sociedade” –, e os “pontos nevrálgicos” do texto redigido por Neri Gueller – o auto-licenciamento, a inexistência de consulta prévia aos cidadãos afetados pelas atividades econômicas e a dispensa de alguns órgãos ambientais no processo de demarcação de terras indígenas. O desmantelamento das ferramentas de proteção ambiental como política de governo também é comentado pela deputada, que enfatiza que “em relação aos povos indígenas, sequer respeitaram o direito de consulta prévia, livre e informada. Vão estender uma autorização de licenciamento sem ouvir os povos indígenas. [...] A proposta é cruel, um agravo aos povos indígenas”.

Ao abordar o risco de judicialização, a Amazônia Real (2021) afirma que “por trás do discurso governista e empresarial por um licenciamento ambiental simplificado está o interesse em eliminar o que as empresas consideram um entrave, sem perceberem que podem estar criando problemas maiores”. Percebemos, a partir dos adjetivos utilizados, uma crítica realizada pela autora à política calculista do governo, centrada nos recursos financeiros, e que ignora a

crise ambiental brasileira. Por esta perspectiva, vemos o compromisso em relação a qualificação da informação na medida em que as críticas tecidas pela agência saem em defesa da biodiversidade, da vida em sua plenitude, e de uma conexão e vínculo menos conflituoso entre a natureza e a sociedade (LOOSE, GIRARDI, 2017).

Além disso, destaca a fala de especialistas que relatam que os riscos das construções são elevados e as ações de mitigação de danos são falhas, ainda que com as regras de licenciamento ambiental. Neste intertítulo, são apresentadas algumas consequências econômicas ao Brasil, que pode vir a ter investimentos com o mercado internacional dificultados e parte do mercado fechado, devido à pressão sobre o setor privado “que publicamente faz proselitismo a favor da conservação”, como expõe o pesquisador do Imazon. Ou seja, é expresso um princípio de precaução (LOOSE, GIRARDI, 2017), na medida em que investe na tentativa de alertar para danos futuros e dilata o tempo de ação, propondo como uma possível alternativa a mobilização da sociedade frente aos projetos citados. A jornalista dá ênfase para o engajamento dos cidadãos, evidenciado pelas fontes como aposta para exercer pressão no Senado e reverter o processo “para que se mantenham os avanços legais existentes após tantas décadas de debates e proposições desde a construção da atual Constituição”. Aqui, vemos que a mobilização e o ativismo são enfatizados e postos como ações de mudança, com potencialização de transformação, no sentido de empreender resistência e estabelecer estruturas de defesa (BRAIGHI, CÂMARA, 2018), pressuposto significativo não apenas ao midiativismo como também ao jornalismo ambiental, visto que o jornalista deve assumir sua função cidadã e transformadora, objetivando empoderar a sociedade para que haja maior participação social a favor das causas ambientais, ou seja, apropriando-se da responsabilidade com a mudança do pensamento (LOOSE, GIRARDI, 2017).

Isso também pode ser evidenciado pelas sentenças “Suely Araújo conta que nunca viu nada igual à atual movimentação por aprovar pautas anti-ambientais” – dada a força mobilizatória contrária ao PL –, e “Suely Araújo acredita que o Senado reformulará o texto vindo da Câmara se houver um movimento da sociedade civil para pressionar a classe política”, além de uma fotografia que retrata a “mobilização dos indígenas em Brasília contra projetos de lei antiambientais”.

O texto segue salientando o “descontrole total sobre a questão do meio ambiente no país” caso o PL seja aprovado, na medida em que o advogado do ISA afirma que

O licenciamento ambiental é o principal instrumento da política nacional do meio ambiente, do ponto de vista da prevenção de danos. No caso da

Amazônia, a principal restrição é vedação de que o órgão licenciador estabeleça condicionantes para o empreendedor manter ou operar serviços de natureza pública. O que pode ter um impacto muito grande nas condicionantes destinadas a prevenir o desmatamento e a grilagem de terras. Isso acende uma luz vermelha, pois os empreendimentos não vão mais adotar medidas ou não serão mais exigidas as medidas preventivas, mitigatórias.

A autora enfatiza, por meio das falas das fontes, como o projeto “autoriza a grilagem e a abertura da porta para o genocídio, do ponto de vista das comunidades afetadas” (AMAZÔNIA REAL, 2021) e passa a abordar como a pavimentação da BR-319 afetará as comunidades que ali vivem: “A repavimentação da BR-319, um antigo sonho dos desmatadores, é apontada como um risco para a sobrevivência de dezenas de comunidades indígenas que têm suas terras no entorno”, acelerando o “arco do desmatamento”. A jornalista aponta pelo menos seis terras indígenas próximas à margem da BR, mas não traz relatos de indígenas/cidadãos comuns a respeito do assunto, não abarcando, neste sentido, a pluralidade de vozes, indispensável ao jornalismo ambiental.

Logo após, também expõe os danos aos indígenas oriundos das obras da hidrelétrica de São Luiz do Tapajós, empreendimento suspenso após estudos apontarem que a realização “seria inviável pelos impactos negativos para os indígenas”, causando a remoção dos indivíduos do território, sendo que “o projeto colocaria 7% do território Sawré Muybu debaixo d’água, além de outras duas comunidades ribeirinhas [...] forçando a remoção dos moradores e causando o desaparecimento de ilhas, lagos e igapós” (AMAZÔNIA REAL, 2021). Contudo, novamente não traz a voz dos sujeitos que sofrem as consequências citadas.

O texto ainda apresenta um alerta para as ameaças de morte sofridas por lideranças indígenas vindas de madeireiros, grileiros e garimpeiros, devido ao aumento das suas respectivas ações nos territórios, como destaca a antropóloga entrevistada: “Temos um cenário de ofensiva brutal. [...] É necessária uma investigação séria sobre isso”. Além disso, os impactos na saúde dessa população também são apresentados na reportagem, visto que estudos revelaram a intoxicação das comunidades a partir de níveis de mercúrio acima do aceitável. “O instituto identificou a semelhança dos fetos Munduruku, com má formação, com as vítimas de mercúrio de Minamata, no Japão” (AMAZÔNIA REAL, 2021). A comparação feita pelo estudo, e evidenciada pela agência, chama a atenção do leitor para a magnitude dos riscos envolvidos, o que evidencia uma certa proximidade com a realidade do leitor, tecendo conexões nem sempre óbvias (LOOSE, GIRARDI, 2017).

No último intertítulo, “o lado B de Neri Gueller”, a jornalista traz algumas informações a respeito do autor do PL mencionado na reportagem, dando ênfase à operação que o

investigava “por suposto esquema de exploração ilegal de terras da União destinadas à reforma agrária no projeto de assentamento Itanhangá, no Mato Grosso” (AMAZÔNIA REAL, 2021) e à sua prisão em decorrência de outra operação que o denunciava por participação em esquema de corrupção no Ministério da Agricultura. Destacamos as informações trazidas pela Amazônia Real no sentido de demonstrar de onde surgiu o projeto, redigido por um indivíduo envolvido com crimes ambientais, estabelecendo a partir de uma contextualização política interdependente, uma rede de causas e consequências (LOOSE, GIRARDI, 2017).

JULHO



Figura 4 – Capa da reportagem “Grileiros e madeireiros de Rondônia invadem Acre” da Amazônia Real. Fonte: Amazônia Real.

Título: “Grileiros e madeireiros de Rondônia invadem Acre”²⁹ – 02 de julho de 2022.

Subtítulo: “Depois de devastar a Ponta do Abunã (RO), o alvo agora das ações criminosas são as áreas de floresta ainda intactas do estado vizinho”.

A única reportagem publicada no mês de julho traz em detalhes o modo como grileiros e madeireiros de Rondônia operam, por meio de quadrilhas especializadas, um esquema criminoso que envolve invasão, roubo de madeira e grilagem de terras públicas no Acre. O texto aborda as investigações realizadas pela Operação Curupira sob comando do Batalhão de Policiamento Ambiental (BPA), unidade da Polícia Militar acreana. Além disso, dá enfoque ao método de coação e intimidação dos criminosos perante os moradores e produtores locais,

²⁹Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/grileiros-e-madeireiros-de-rondonia-invadem-acre/>. Acesso em: 20 jun. 2022.

expõe por meio de denúncias a invasão de facções nos assentamentos, e por fim apresenta o que dizem as autoridades sobre o caso retratado.

Marcas de apuração

Sinalizada como reportagem investigativa, o texto é assinado por Fábio Pontes. Como já trazemos as informações constatadas na página sobre o jornalista, na análise de abril – “Bolsonaro mente e faz falsas promessas na Cúpula do Clima, dizem ambientalistas” –, destacamos que aqui há a apresentação do indivíduo e de sua atuação, que se encontra nas características do midiativismo, evidenciada a partir dos dados sobre o tempo de carreira do profissional e dos veículos nos quais trabalhou, portanto, ao conhecimento e experiência apreendido, bem como a propriedade com a que comunica sobre a temática socioambiental. Além disso, a apresentação do usuário do Twitter de Pontes também sugere como vê-lo além de sua função profissional.

Quanto ao acesso do jornalista ao local do acontecimento, não há evidências de que houve deslocamento do autor para realizar a entrevista com as fontes. Contudo, a localização sinalizada no início da reportagem – Rio Branco (AC) – é a mesma em que se encontra a sede do BPA e, conseqüentemente, do comandante do órgão, ambas fontes presentes na reportagem. Além disso, sabemos, por meio da espécie de biografia de Pontes, na seção “+ Sobre o Autor”, que sua “experiência em localização” se dá justamente no estado do Acre, o que indica uma cobertura e apuração presencial em partes.

Posto isso, não há indícios de que o jornalista visitou as regiões e municípios citados ao longo da reportagem como locais de ação dos criminosos, o que também pode ser evidenciado pelas fotos que compõem a narrativa, as quais mostram o BPA em ação nesses territórios, mas todas creditadas por órgãos do Acre, e nenhuma pela equipe da Amazônia Real. Por fim, foi possível constatar que não houve contato presencial com as fontes do Governo do estado e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), visto que ambos enviaram informações por meio de notas à reportagem.

Acerca da origem da informação, identificamos cinco fontes ao longo do texto. Desse número, três se enquadram como fontes do poder público – o BPA, o Governo do Acre e o Incra; uma como cidadã/personagem – fonte anônima; e uma como especialista – o major comandante do BPA. Além das fontes mencionadas, há quatro *hiperlinks* que direcionam para matérias publicadas pela Amazônia Real, utilizadas para contextualizar determinadas informações. Destacamos que, por ser uma reportagem investigativa, o número de fontes é

relativamente pequeno, também se comparado às demais reportagens analisadas anteriormente. Porém, é preciso frisar que, por se tratar de uma narrativa com tom de denúncia, dado o contexto apresentado, bem como pelas sentenças evidenciadas por Pontes (2021) – “os moradores da zona rural de Acrelândia têm medo de passar informações à polícia” e “o denunciante pediu anonimato para a reportagem ao fazer a denúncia” – é esperado que os cidadãos tenham medo de conceder relatos sobre o assunto.

Neste sentido, o texto não traz depoimentos de indivíduos e comunidades que são vítimas das ações mencionadas e, conseqüentemente, não é construído a partir da assimilação de saberes diversos. Ainda podemos apontar um maior número de fontes do poder público em detrimento de outros profissionais e de cidadãos/personagens que vivenciam os fatos para a elaboração da reportagem, o que denota a síndrome da lattelização das fontes evidenciada por Bueno (2007), caracterizada pela disposição de fontes apenas oficiais ou especialistas, produtoras de conhecimentos legitimados. Neste caso, o texto se distancia das premissas desejadas do jornalismo ambiental, ou seja, não há a inclusão dos que estão fora dos muros da academia e do governo, como os povos da floresta vítimas do esquema criminoso em questão. Contudo, não é possível saber se houve ao menos a tentativa de contato com outras fontes que pudessem fornecer maiores informações.

Não há dúvidas de que as informações vindas das autoridades governamentais são importantes, mas os relatos dos sujeitos que foram coagidos e intimidados pela ação de grileiros e madeireiros é muito mais relevante do ponto de vista do teor da reportagem, até mesmo para tornar os dados mais esclarecedores. O único relato proveniente de fonte cidadã é anônimo e, a partir da entrevista concedida, sugere-se que não é um indivíduo que vivenciou os fatos, dadas as sentenças: “são 108 famílias com crianças, muita gente lá dentro abandonada pelo Estado, trabalhando miseravelmente, lutando para sobreviver”, “pessoas lá do entorno afirmam que as facções estão batendo na porta de cada uma e ameaçando. Contam que muitas pessoas estavam vendendo os lotes com medo e procurando outro lugar”. Não há como saber qual a relação do denunciante com os fatos.

Marcas da composição do produto

A reportagem apresenta cinco fotografias – uma creditada em nome de Cleiton Lopes do BPA-AC, três oriundas da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp) do Acre e uma da Secretaria de Estado de Comunicação. Não há fotos realizadas pela equipe da Amazônia Real e todas demonstram os policiais militares do BPA em serviço durante a

Operação Curupira. No que diz respeito a presença de *hiperlinks*, há quatro deles que conduzem para reportagens publicadas pela própria iniciativa. Ao final do texto, como na reportagem analisada anteriormente, há a sentença “Gostou dessa reportagem? Apoie o jornalismo da Amazônia Real aqui”, que direciona o público para a página de doações da agência. As 10 *tags* apresentadas são: Acre, Desmatamento, Gladson Cameli, Grilagem, Grileiros, Madeira ilegal, Pecuária, Ponta do Abunã, Queimadas e Rondônia.

No que concerne aos comentários, não há contribuições. Com relação aos recursos midiáticos mais instrumentais, também não constam presentes ao longo do texto. Inferimos que artifícios como ilustrações, infográficos, e ou *gamificação* para explicar de forma lúdica a maneira de agir dos criminosos, e o esquema realizado em várias etapas, mencionada pela reportagem, poderiam ser recursos utilizados.

Caracterização contextual socioambiental

Quanto ao contexto socioambiental, o jornalista inicia a reportagem afirmando que “quadrilhas especializadas em roubo de madeira em Rondônia agora invadem o Acre, estado vizinho” (PONTES, 2021) e traz alguns dados obtidos pela operação realizada pelo BPA. O autor destaca que “o flagrante é a ponta de um conhecido esquema criminoso na Amazônia” que compreende roubo de madeira e grilagem de terras públicas, dando a entender que as ações consistem em uma pequena parte de um problema muito maior e complexo, o que transmite a magnitude da questão ambiental retratada (GIRARDI, 2018).

O jornalista passa a explicar como ocorre o método de ação dos criminosos, os quais “estão mirando as fartas áreas de floresta ainda intactas do Acre”, visto que grande parte de áreas localizadas em Rondônia foram devastadas para remoção de madeira e abertura de fazendas de gado, e “as florestas nos estados vizinhos são as únicas opções para fornecer madeira nobre às madeireiras” (PONTES, 2021). Segundo o autor, o esquema é operado em várias etapas, e após o desmatamento e o furto de madeira, os territórios são demarcados e invadidos por grileiros, os quais, posteriormente a “regularização da posse”, vendem essas áreas para terceiros. Inferimos que os passos dos criminosos descritos poderiam ter sido explicados a partir de uma ótica/visão mais próxima à realidade do leitor, que talvez possa não compreender de fato de que modo se dá essas ações a partir dos termos utilizados, visto ainda que não são trazidos relatos das próprias vítimas do esquema, como mencionado no tópico acima.

As informações obtidas foram identificadas por operações realizadas pelo BPA, e alguns dados são expostos pelo jornalista, que evidencia as “denúncias de derrubada ilegal em áreas de reserva legal de fazendas”, bem como a “intensa atividade madeireira” em algumas localidades, e o aumento significativo registrado nas taxas de desmatamento em decorrência, principalmente, da invasão de terras públicas. Ao apresentar o resultado da operação citada – três homens presos, e tratores e motosserras apreendidos –, Pontes (2021) destaca que “a polícia, contudo, ainda não decifrou como a madeira tem sido ‘esquentada’ no estado vizinho”. Posto isso, o jornalista relembra que

Em maio, investigações da Polícia Federal – que resultaram na Operação Akuanuba – apontaram que um dos esquemas usados para “lavar” madeira roubada na Amazônia é a utilização de planos de manejo, que estão sendo fraudados. Entre os alvos da PF está o ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, investigado por suspeita de facilitação ao contrabando de madeira.

No trecho acima, observamos uma contextualização a partir de outras operações que envolvem o roubo ilegal de madeira, bem como amplia para a questão política interdependente, na medida em que o próprio, na época, ministro do Meio Ambiente, estaria envolvido com crimes ambientais, de acordo com as investigações conduzidas.

A reportagem passa a dar enfoque ao medo sentido pelos moradores das regiões em fornecer informações à polícia, visto que as ações são feitas “na base da intimidação”, mas, novamente, não traz a perspectivas desses sujeitos. Explica o modo pelo qual os criminosos fogem das fiscalizações permanentes existentes, trafegando por ramais paralelos à rodovia principal, e destaca que os territórios visitados pelos grileiros são os mais abundantes em madeira de elevado custo comercial, sendo que grande parte das regiões são protegidas por unidades de conservação (UCs). Neste sentido, esclarece o motivo da escolha das áreas para as ações de crime ambiental, mas não avança nessa questão econômica.

As investigações apontam que as estratégias dos grileiros são sempre as mesmas. Há a invasão da terra pública, o desmatamento e a construção de uma casa para “marcar território”. Depois, ou é feito roçado com milho e macaxeira ou pasto para o boi. Quando a fiscalização chega, o invasor diz já morar ali há anos. Mas ao analisar imagens de satélite constata-se que até meses atrás toda a área era apenas floresta (PONTES, 2021).

Ao falar sobre a atuação das associações criminosas, Pontes (2021) traz a denúncia de uma fonte anônima que afirma que “integrantes de facções criminosas de Rondônia podem estar envolvidos no roubo de madeira e desmatamento na reserva legal”. A partir de alguns dados

relatados pela fonte, é possível ter uma noção da situação vivida por “muita gente [...] abandonada pelo Estado, trabalhando miseravelmente, lutando para sobreviver” e o caos instaurado pelas facções que “estão batendo na porta de cada uma e ameaçando. [...] muitas pessoas estavam vendendo os lotes com medo e procurando outro lugar”.

Constatamos que, além do contexto político e econômico, é trazida à tona a questão social injusta em que os moradores dessas localidades estão inseridos, sendo negligenciados pelo governo, o que demarca as conexões de causas e consequências (LOOSE, GIRARDI, 2017), uma vez que esses cidadãos ficam expostos com maior facilidade às ações criminosas, não tendo a quem recorrer, com receio de serem castigados caso os membros das facções tenham conhecimento de qualquer tipo de denúncia.

Questionado sobre a possível participação de facções criminosas no esquema de grilagem de terras no Acre, o comandante do BPA foi cauteloso. De acordo com ele, tal ligação só pode ser feita a partir de investigações da Polícia Civil. Mas o oficial afirma ser comum seus policiais receberem informações da presença de facções criminosas em desmatamentos durante as operações em campo (PONTES, 2021)

O trecho acima remete a apuração realizada pelo jornalista com relação à denúncia recebida e relatada pela fonte anônima. Por fim, o texto discorre sobre o que dizem as autoridades acerca do problema noticiado, por meio de notas que afirmam que os órgãos “tem atuado em ações de repressão a crimes ambientais” e que “mesmo em situação de pandemia, as ações para conter as invasões às unidades de conservação não foram interrompidas” (PONTES, 2021). Os documentos ainda comunicam que as informações recebidas acerca da invasão de reservas legais de seus projetos de assentamento são direcionadas à Polícia Federal e ao Ministério Público Federal, “ao mesmo tempo em que equipes técnicas são enviadas às comunidades rurais”, sendo que o monitoramento remoto das reservas é constante para a coibição do desmatamento ilegal e de grilagem de terras, o que sugere a incorporação de um princípio de precaução por parte do governo, contudo, não há como inferir se esses procedimentos possuem respaldo para a efetividade, visto que o conteúdo da reportagem revela o contrário com informações alarmantes.

Neste sentido, vemos que a reportagem, por se intitular investigativa, poderia compor-se com uma maior propriedade em relação às características intrínsecas do jornalismo ambiental, especialmente no que diz respeito à inclusão dos relatos de cidadãos que vivenciam os problemas citados, indispensável para maior elucidação das informações e assimilação dos saberes diversos.

AGOSTO



Figura 5 – Capa da reportagem “Porto Velho concentra 40% dos focos de queimadas em Rondônia” da Amazônia Real. Fonte: Amazônia Real.

Título: “Porto Velho concentra 40% dos focos de queimadas em Rondônia”³⁰ – 26 de agosto de 2021.

Subtítulo: “De 1º de janeiro a 24 de agosto, Inpe detecta aumento de 47% nos focos de queimadas no Estado na comparação com 2020; fogo cerca terras indígenas. Fumaça se espalha”.

O texto aborda desde dados sobre os números de focos de incêndio identificados, à ação de madeireiros e grileiros, conduta dos Governos, impactos ambientais e econômicos, e a relação com a saúde da população da cidade. Aqui já observamos que há uma profundidade no tratamento dos fatos, visto que não aborda somente o acontecimento em si, ou seja, as queimadas ocorridas em Rondônia e na capital Porto Velho, mas também as causas, as consequências ambientais, econômicas e sociais. A reportagem ainda chama a atenção por ser a única com autoria de uma jornalista que faz parte do movimento indígena.

Marcas de apuração

Sinalizada como reportagem noticiosa, o texto apresenta a assinatura de Luciene Kaxinawá:

³⁰Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/porto-velho-concentra-40-dos-focos-de-queimadas-em-rondonia/>. Acesso em: 20 jun. 2022.

É indígena do povo Huni Kuin (povo verdadeiro) da etnia Kaxinawá, que vive na região do norte do Brasil e na fronteira com o Peru. Jornalista desde 2014, iniciou na profissão aos 18 anos como repórter em um canal temático da região Norte. Em sua trajetória, além de repórter, Luciene passou pela produção de conteúdo, edição de imagens e também chegou a ser apresentadora e supervisora de imagem em uma emissora afiliada à Rede Globo em Rondônia. Em 2020 foi correspondente na Amazônia pela CNN Brasil e colaborou com a revista VOGUE Brasil em uma edição especial sobre Amazônia (AMAZÔNIA REAL, 2021).

Destacamos a personalização e demarcação da jornalista para além de sua função profissional, característica notável ao midiativismo. Ao visualizarmos a fotografia da autora e ter conhecimento sobre sua etnia, inferimos que ela, além de indígena, se coloca como ativista que integra o movimento indígena. A descrição dos cargos já exercidos por Kaxinawá e os veículos de mídia convencionais nacionalmente conhecidos (CNN Brasil e Revista Vogue) pelos quais trabalhou a colocam em posição de destaque, e certa autoridade, além de domínio da prática jornalística, evidenciando sua competência. Desse modo, a autora integra a equipe da Amazônia Real como jornalista colaboradora, trazendo à tona o local de fala para o próprio fazer jornalístico, além de ter como área de experiência o foco em povos indígenas, direitos humanos e meio ambiente.

Com relação ao local de apuração, não percebemos no texto indícios de deslocamento da jornalista para as entrevistas com as fontes. Contudo, devido às informações contidas na seção “+ Sobre o Autor”, sabemos que a localização da jornalista se dá justamente em Porto Velho, o que sugere uma cobertura presencial, ao menos em partes. A quantidade de fontes presentes na construção do texto e a sequência narrativa também podem evidenciar o acesso da jornalista.

No que se refere à origem da informação, identificamos 19 fontes ao longo da reportagem. Desse total, quatro se enquadram como fontes do poder público – o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), o Corpo de Bombeiros de Rondônia e a Secretaria de Saúde do Estado; seis como fontes personagens/cidadãos – o cacique da aldeia TI Karipuna, um indígena da mesma aldeia, o líder indígena da aldeia TI Uru-Eu-Wau-Wau, dois cidadãos que frequenta espaços de lazer em Porto Velho, e uma fonte anônima; quatro como fontes institucionais – a Associação Etnoambiental Kanindé, a fundadora da respectiva Associação, o diretor-adjunto do Hospital Infantil Cosme e Damião, e o Aeroporto Internacional Governador Jorge Teixeira; três como fontes especialistas – o coordenador do programa de queimadas do Inpe, uma pesquisadora em Geografia, e o líder do Grupo de Pesquisa Territorialidades e Imaginários da Amazônia; e duas fontes provenientes

de matérias de veículos jornalísticos online – a Agência Brasil e o Conselho Indigenista Missionário. Além disso, a jornalista utiliza como fonte, ao longo do texto, três matérias publicadas pela própria Amazônia Real, por meio de *hiperlinks*, para contextualizar os acontecimentos referentes à reportagem.

Notamos que há uma diversidade de fontes que compõem a construção do texto, e que não há o oficialismo tão criticado na cobertura jornalística ambiental descrito por Bueno (2007) por meio da síndrome da *lattelização* das fontes, que aponta para a disposição de fontes apenas oficiais, que consistem em produtores de conhecimento especializado e legitimado no meio científico, não possuindo fontes que estão fora dos muros da academia e que vivenciam os acontecimentos. Observamos que os números de cada tipo de fonte se mostram bem equilibrados e que a reportagem se constrói a partir da assimilação de saberes diversos.

As fontes personagens/cidadãs aparecem em maior número, manifestam suas preocupações e relatos diante do problema ambiental logo no início da reportagem, indicando a prioridade dada pela jornalista aos povos originários, negligenciados em coberturas convencionais, não considerados fontes legitimadas e muitas vezes excluídos devido a uma situação social injusta. Isso também pôde ser percebido em sua fala: “Além das instituições de monitoramento como Inpe, Isa e Imazon, são os próprios indígenas as principais fontes de informação sobre os impactos das queimadas em seu território” (KAXINAWÁ, 2021). Neste sentido, a autora também se coloca dentro desse grupo/movimento.

A jornalista ainda destaca a tentativa, sem sucesso, de obter mais informações por meio das assessorias do Ministério da Defesa e do Ministério do Meio Ambiente, no intuito “de saber quais as ações realizadas em Rondônia para combater queimadas e desmatamento”, após o vice-presidente Hamilton Mourão afirmar que “cerca de 100 ações preventivas e repressivas contra delitos ambientais foram deflagradas no âmbito da operação [Samaúma]” (KAXINAWÁ, 2021).

Marcas da composição do produto

Ao todo, a reportagem contém sete fotografias – sendo que três delas são cedidas por indígenas, uma reproduzida por redes sociais, uma do *Greenpeace*, uma de Instagram, e um print da página de monitoramento do Inpe. Apresenta seis *hiperlinks* – três deles redirecionam para matérias já publicadas pela Amazônia Real, como dito anteriormente, nos anos de 2021, 2019 e 2017; dois redirecionam para notícias publicadas pela Agência Brasil e pelo Conselho Indigenista Missionário; e um redireciona para um vídeo publicado no canal do YouTube da

Amazônia Real, intitulado “Queimadas matam árvores gigantes e animais silvestres na Amazônia”, publicado em 2020, com imagens que retratam o crime ambiental.

Ao final do texto, há ainda um *hiperlink* que incita a mobilização do leitor para apoiar o jornalismo realizado pelo veículo jornalístico. “Gostou dessa reportagem? Apoie o jornalismo da Amazônia Real aqui”, e encaminha o público para a página de doações financeiras. As opções de compartilhamento seguem logo abaixo da descrição sobre a jornalista, por meio do Facebook, Twitter e Whatsapp, incentivando a propagação do conteúdo. A reportagem foi apenas repostada na página oficial do Twitter da agência. Há ainda o uso de 14 *tags* que direcionam para outras reportagens na temática em questão, são elas: agronegócio, Covid-19, crimes ambientais, desmatamento, doença, fumaça, grilagem, Hamilton Mourão, invasão, Porto Velho, queimadas, Rondônia, saúde e terras indígenas.

Na caixa de comentários não constam contribuições. Inferimos que as opções midiativistas, no sentido de campanhas agregadas, manifestos, petições públicas e propostas de viralização são tímidas e não estimulam de forma direta a mobilização ou envolvimento dos leitores, o que, neste sentido, reproduz o jornalismo convencional na forma. Apesar da falta de recursos mais explícitos no próprio texto da jornalista, é possível identificar um posicionamento mais direto presente no vídeo que está *hiperlinkado* na narrativa, o qual será evidenciado no nível analítico a seguir, podendo ser configurado como uma tática indireta da iniciativa.

Caracterização contextual socioambiental

Notamos que a reportagem aborda de maneira aprofundada e pluralizada os contextos que envolvem os focos de queimadas relatados. A narrativa se inicia por meio do registro de dados sobre as queimadas e incêndios, os quais tiveram um aumento de 47% entre 1 de janeiro e 24 de agosto de 2021 em relação ao mesmo período de 2020, de acordo com o Inpe. Logo em seguida, a autora evidencia que

Uma das maiores preocupações de ambientalistas, pesquisadores, indigenistas e indígenas é o impacto das queimadas e dos incêndios nas Terras Indígenas e nas Unidades de Conservação (UCs), já bastante pressionadas pelo desmatamento, pelo avanço do agronegócio e pela grilagem. Em 2020, o governo de Rondônia também reduziu áreas protegidas para atender interesses do agronegócio” (KAXINAWÁ, 2021).

Observamos que a jornalista dá importância aos anseios e aflições sentidas por ambientalistas, pesquisadoras e indígenas, que vivenciam os fatos ocorridos. Neste sentido, a reportagem traz relatos de líderes indígenas sobre a preocupação e o medo em razão da

proximidade das queimadas em seus territórios, associadas aos crimes ambientais, os quais “não só causam impacto no território, reduzindo a floresta e afetando a fauna e o modo de subsistência, como agora, com as queimadas, não deixam os Karipuna respirarem” (KAXINAWÁ, 2021).

Notamos que há a incorporação do princípio de precaução, na tentativa de alertar o público leitor e impedir maiores consequências, visto que “se medidas para reduzir o avanço do desmatamento não forem tomadas, com urgência, os impactos serão graves e afetarão toda a população, não apenas a indígena. As queimadas são um sinal de uma destruição maior que está por vir” (KAXINAWÁ, 2021). Contudo, a citação é feita de forma genérica e não traz propostas para impedir ou minimizar as consequências futuras das intervenções humanas. A reportagem se desdobra a partir das causas associadas às distintas ações e atividades ilegais, sendo que as aldeias constituem alvo constante de invasores de

garimpo, grilagem, madeireiros; até mesmo de autoridades públicas estaduais e políticos. Nem mesmo as operações policiais conseguem acabar com as invasões. A situação chegou a um ponto em que são os próprios Uru Eu que têm protegido seu território, apesar dos riscos.

A jornalista evidencia a ineficácia das operações policiais, que não dão conta de conter o problema das invasões a terras indígenas, destacando ainda os riscos que os próprios indígenas correm ao terem que proteger suas terras devido à falta de ação de equipes que deveriam ter competência para tal. O texto ainda apresenta uma denúncia, a partir de um relato de uma fonte anônima do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a qual afirma que invasores estão ateando fogo em regiões próximas a territórios indígenas, indicando a conexão entre as queimadas e os pecuaristas. Além de explanar as causas que envolvem atividades ilegais, o texto aborda o estímulo à queimada realizado pelo Governo, na medida em que a fundadora da Associação Etnoambiental Kanindé afirma que “a destruição amazônica tem nome e sobrenome: Jair Bolsonaro” (KAXINAWÁ, 2021), o que denota a ampliação da temática ambiental para as questões políticas. A jornalista enfatiza a opinião da fonte citada:

O discurso do governo e o enfraquecimento dos órgãos responsáveis pela proteção dos territórios têm contribuído para a grande pressão em terras indígenas, provocando mais desmatamento, grilagem e queimadas. A impunidade também é o vetor que promove todos os desmandos.

Kaxinawá (2021) relembra que, em 2020, a Amazônia Real “flagrou vários focos de incêndios florestais e queimadas em áreas próximas de Unidades de Conservação”. No vídeo

hiperlinkado com 59 segundos de imagens da destruição provocada pelos incêndios, destacamos algumas frases que compõem sua legenda, como: “Em plena pandemia da Covid-19, os criminosos do meio ambiente não dão trégua à floresta”; “Em julho de 2020, o governo de Jair Bolsonaro proibiu as queimadas por 120 dias, mas não pune os responsáveis pelos crimes”; “Até quando a floresta vai queimar?”. Notamos que há uma crítica de forma incisiva pela utilização de adjetivos como “criminosos do meio ambiente”, bem como pela falta de impunidade na medida em que o Governo não cumpre com seu papel de punir os responsáveis, além da indignação presente nas legendas, o que, por esta perspectiva traz o comprometimento com a qualificação da informação (LOOSE, GIRARDI, 2017), ao abranger a militância como ações críticas, em defesa da sustentabilidade ambiental.

A reportagem segue enfatizando como a névoa de fumaça se espalhou pela vegetação de diferentes biomas do país, por meio de dados fornecidos por órgãos de proteção e especialistas. Em seguida, o destaque se volta para os impactos não apenas ambientais – perda da capacidade de trocas de nutrientes, desgaste do solo, perda da fauna e flora, redução do nível hídrico, assoreamento dos rios, desequilíbrio ambiental – como também econômicos e sociais descritos por pesquisadores, evidenciando a ênfase na contextualização fortemente presente na reportagem.

Chamamos atenção para a fala de uma pesquisadora que traz à tona a crítica à visão cartesiana, assim como o faz o paradigma ecológico e a racionalidade ambiental, além de abarcar a compreensão dos valores e da consciência ambiental.

O discurso arcaico de progresso e desenvolvimento por meio da exploração e extermínio do bioma e dos povos da floresta se intensificam dia após dia. Mesmo que se traduza, em termos contábeis e racionais o papel da Amazônia como reguladora climática global ou como grande prestadora de serviços ecossistêmicos, isso não parece comover os agentes depredadores em sua sanha por ganhos de curto prazo, combinando mecanismos legais e ilegais.

Por fim, a narrativa aborda como a fumaça causada pelas queimadas tem afetado a saúde da população, trazendo dados sobre o número de internações devido à problemas respiratórios, bem como relatos de cidadãos que frequentam espaços de lazer e se viram prejudicados, visto que atividades ao ar livre tiveram que ser suspensas dado à amplitude do problema ambiental retratado. Em suma, a reportagem apresenta grande parte das características intrínsecas ao jornalismo ambiental.

SETEMBRO



Figura 6 – Capa da reportagem “No Pará, pescadores reivindicam seguro-defeso para preservar o caranguejo-uçá” da Amazônia Real. Fonte: Amazônia Real.

Título: “No Pará, pescadores reivindicam seguro-defeso para preservar o caranguejo-uçá”³¹ – 30 de setembro de 2021

Subtítulo: “Na Resex Caeté-Taperaçu, em Bragança (PA), os caranguejeiros param por seis semanas a pesca do crustáceo, mas não têm compensação e vivem com dificuldades”.

A reportagem trata sobre a reivindicação de um seguro-defeso para caranguejeiros que têm os trabalhos cessados durante o período de reprodução do animal no Pará; contextualiza sobre os efeitos da pandemia, de que forma se dá o estabelecimento dos dias do ciclo reprodutivo da espécie em cada ano, o direito previsto em lei e que assegura um auxílio/benefício a esses indivíduos, o que é dito pelas autoridades competentes e a luta por direito das mulheres pescadoras nas comunidades.

Marcas de apuração

Sinalizada como reportagem investigativa, o texto apresenta a assinatura de Moisés Sarraf. A espécie de biografia do autor traz as seguintes informações:

Moisés Sarraf atua na cobertura jornalística sobre política, direitos humanos e questões socioambientais na região amazônica. Foi repórter do jornal O Liberal e da revista Amazônia Viva, no Pará, e colaborou com o jornal Folha

³¹Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/pescadores/>. Acesso em: 20 jun. 2022.

de São Paulo e Agência Pública. Possui graduação em Comunicação Social pela Universidade Federal do Pará (2011) e mestrado em Comunicação, Cultura e Amazônia pela mesma instituição (2019). Atualmente, é doutorando do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), em que desenvolve pesquisa sobre relações étnico-raciais na região do Marajó (AMAZÔNIA REAL, 2021).

Vemos aqui, como em outras reportagens já analisadas, a apresentação do indivíduo e de sua atuação, como formas de personalização. Neste caso, os dados também se centram na experiência do jornalista em assuntos específicos e o trabalho já desenvolvido em outros veículos jornalísticos renomados, como a Folha de S.Paulo e Agência Pública, além da realização de atividades que vão além da prática jornalística, como a formação acadêmica de Sarraf destrinchada acima, que confere credibilidade ao profissional da iniciativa.

Quanto ao acesso do jornalista ao local do acontecimento, é possível identificar, logo no início do texto, que houve uma cobertura presencial dos fatos. Além de constar a localização de Bragança (PA) – cidade que abrange o acontecimento – no começo da reportagem, ainda é possível verificar a riqueza de detalhes que o autor utiliza para descrever alguns aspectos referentes às entrevistas com as fontes, e também relativos aos locais de apuração, carregados, inclusive, de um tom literário. As fotos que compõem a narrativa, as quais são creditadas em nome de Klewerson Lima/Amazônia Real, também podem evidenciar o acesso do profissional e de sua equipe de reportagem.

Destacamos que esse acesso evidencia a apuração *in loco* realizada pelo jornalista, participando ativamente dos fatos e vivenciando os acontecimentos, preceitos notáveis ao midiativismo e que se revelam na escrita engajada, também indispensável aos pressupostos do jornalismo ambiental.

No que tange a origem da informação, 13 fontes foram identificadas ao longo da narrativa. Desse total, cinco são fontes cidadãos/personagens – sendo quatro pescadores e uma das líderes da comunidade Caratateua, também pescadora; três se enquadram como fontes especialistas – o engenheiro de pesca e coordenador do projeto Mangues da Amazônia, a engenheira ambiental e também coordenadora do projeto, e um pesquisador em direito ambiental; três como fontes do poder público – o Ministério Público Federal (MPF), o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e a Câmara dos Deputados; e duas como fontes documentais – o decreto que institui a unidade de conservação da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu e a portaria nº 325/2020 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). O jornalista ainda ressalta que houve a tentativa de contato com a Secretaria de Estado

de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (Sedap) e a prefeitura de Bragança, mas que não foram enviadas respostas dos órgãos públicos.

Conforme o número de fontes e a distribuição equilibrada em cada categoria, é possível perceber que a reportagem se constrói a partir da assimilação de saberes diversos e da pluralidade de fontes. O texto dá enfoque às dificuldades vividas por pescadores, ao final, com foco nas mulheres, que trabalham em mangues, e vemos que a quantidade de entrevistados é maior justamente com essas fontes cidadãs/personagens, as quais relatam suas vivências e circunstâncias de adversidade, descritas pelo jornalista ao longo da reportagem. Salientamos a escolha do jornalista em priorizar as fontes mencionadas, englobando e integrando ao debate o cotidiano das pessoas, envolvendo, proporcionando e fomentando suas respectivas atuações junto ao processo de tomada de decisões (BUENO, 2007).

O autor da narrativa se utiliza da explicação de especialistas que possuem conhecimento na área para embasar e justificar as reivindicações dos caranguejeiros por um seguro-defeso, bem como de decretos e portarias que asseguram os direitos desses trabalhadores. Ressalta-se ainda que a natureza da reportagem investigativa exige uma maior apuração dos fatos e, conseqüentemente, um número de fontes em maior grau, condição evidenciada neste aspecto, e que consta até mesmo na interpretação deste tipo de reportagem pela agência – “exige mais tempo de apuração e confrontação de informações, pesquisa e levantamento de dados, inclusive checagem de fontes, verificação de informações e declarações” (AMAZÔNIA REAL).

Marcas da composição do produto

A reportagem traz, ao todo, 15 fotografias. Dessa quantia, 12 estão creditadas em nome de Klewerson Lima/Amazônia Real e três constam como de divulgação da Agência Pará. Destacamos que todas as fotos presentes ao longo do texto retratam as fontes personagens entrevistadas, o cotidiano delas com o trabalho realizado nos mangues, bem como mostram a espécie do caranguejo-uçá, o que fornece ao leitor uma maior aproximação e entendimento dos fatos, pressuposto que denota uma cobertura sistêmica.

No que diz respeito à utilização de *hiperlinks*, não há este tipo de recurso ao longo do texto. Apenas ao final da narrativa há a presença, como em outras reportagens, da sentença “Gostou dessa reportagem? Apoie o jornalismo da Amazônia Real aqui.”, que conduz o leitor a página de doação da iniciativa. Com relação aos recursos característicos do midiativismo, de forma mais instrumental, não observamos a existência durante a reportagem. Contudo, identificamos que a narrativa construída incita o debate público acerca do problema relatado e

viabiliza o diálogo. Inferimos que há o engajamento e a mobilização do autor em favor da causa apresentada. Na caixa de comentários, não constam contribuições.

Caracterização contextual socioambiental

A partir dos intertítulos presentes na construção da narrativa – “Os efeitos da pandemia”, “As luas do caranguejo-uçá”, “Os caminhos legais”, “O que dizem as autoridades” e “A luta por direitos das mulheres”, já identificamos que há uma multiplicidade de temas versados, contextualizados e explorados pelo jornalista. No início da reportagem também foi possível perceber uma nuance literária, com riqueza de elementos descritivos, detalhe que foge do tradicional *lead* jornalístico, carregado de objetividade, e se estende por todo o texto.

Gessé da Silva Martins, de 48 anos, soma nos dedos das mãos os ofícios que exerce na vila do Meio, no município de Bragança, no nordeste do Pará: eletricitista, pedreiro, carpinteiro, marceneiro, pescador, tecedor de rede e coletor de caranguejo. “Eu sou um tipo de pessoa assim: pra tudo quanto é canto eu tenho meu serviço”, diz ele, no quintal de casa, à sombra de uma mangueira de onde pendem redes de pesca tecidas pelo multiprofissional. A atividade que ficou no dedo mindinho é a que lhe rende ganhos todos os dias, algo que Gessé considera como o lado bom de trabalhar com a pesca do caranguejo. Mas é também a que gera mais demandas, dentre as quais está o acesso a alguma forma de auxílio para o período de defeso do caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*) (SARRAF, 2021).

O jornalista parte então para uma ampla contextualização acerca do município de Bragança (PA), que possui o maior polo pesqueiro do estado e no qual a “população está diretamente envolvida com a Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, unidade de conservação federal criada em 2005” (SARRAF, 2021). Com dados sobre a área da Reserva Extrativista (Resex), população que ali vive, e demais características da unidade “composta por áreas costeiras-esturinas e manguezais, além de restingas, dunas, praias e ilhas”, Sarraf (2021) ainda recorre ao decreto que institui a Resex para ressaltar que “foi concebida para ‘proteger os meios de vida e garantir a utilização e a conservação dos recursos naturais renováveis tradicionalmente utilizados pela população extrativista’”, sendo a pesca de espécies de peixes e caranguejos as principais atividades econômicas exercidas no local, conforme descrito no plano de manejo, ou seja, estabelece o contexto econômico e as suas relações.

O jornalista passa a descrever com mais detalhes a rotina de trabalho do caranguejeiro por meio dos relatos fornecidos a ele e, em seguida, explica sobre o período de reprodução do caranguejo-uçá – conhecido como defeso, sutuá ou “andada” dos bichos – para adentrar na reivindicação dos pescadores, que ficam sem renda durante um período que varia de quatro a

seis semanas, de acordo com cada ano, para resguardar o acasalamento da espécie. A questão central da reportagem é ressaltada diante da fala do pescador: “Os caranguejeiros ficam parados. Então, por que não dar [o governo] pelo menos uma cesta básica? Pra se sustentarem, pra não irem para o mangal? Ou um seguro-defeso, por que não? Podia ser da prefeitura, do governo do Estado, do governo federal”.

A reportagem destaca que “a pandemia de Covid-19 também sacudiu as atividades na Resex Caeté-Taperaçu, mas os caranguejeiros se mantiveram e vêm atravessando os tempos turbulentos”. Sarraf (2021) destrincha o caminho percorrido pelo caranguejo coletado, dependendo da forma como é vendido, podendo chegar a uma cadeia que possui seis níveis de agentes. Por meio da temática da produção bragantina, o jornalista adentra no projeto Mangues da Amazônia, iniciativa cujo objetivo é “promover ações socioambientais e de conservação do manguezal no litoral paraense”.

No sentido de alicerçar o pedido dos trabalhadores, o jornalista ressalta que “para garantir a manutenção do uçá, a adoção de um período de defeso também foi apontada como solução pelo projeto”, o qual procura se informar sobre a realidade das comunidades, bem como detectar problemáticas e demandas. Outros três pescadores trazem seus relatos e o jornalista explica que os trabalhadores afirmam não ter tido problemas para realizar o serviço durante a pandemia, mas que “a carestia dificulta a vida”.

Em “As luas do caranguejo-uçá”, Sarraf (2021) esclarece, com detalhes, como ocorre o ciclo reprodutivo da espécie, o que traz uma realidade próxima a do leitor (LOOSE, GIRARDI, 2017), que compreende de forma mais simples e descomplicada, desvelando conexões nem sempre tão óbvias:

De janeiro a março, é tempo de o caranguejo encontrar a condurua – nome atribuído à fêmea da espécie em Bragança – ou condessa, como também é conhecida. Esse é o período da andada na região Norte, quando o caranguejo sai da toca em semanas intercaladas: os machos das patas cabeludas andam no mangue sob a luz do luar para encontrar as fêmeas que bailam nas pontas das unhas. A contar da noite de lua cheia ou nova, o caranguejo vai andar no manguezal para acasalar com a fêmea durante os seis dias seguintes.

O jornalista ainda apresenta o que dizem as portarias publicadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), visto que preveem o período de andada com base no ciclo do crustáceo e proíbem a captura, o transporte e industrialização do animal, permitindo a renovação da espécie. Outro problema em relação a pesca do caranguejo é apresentado – “Mais uma questão a se responder e se consolidar na legislação é o período de

“muda” do caranguejo, definida pela ciência como ecdise” (SARRAF, 2021) – e explicado pelo autor, indo além da temática central da reportagem, também trazendo uma “solução” apontada por especialistas – “Para pesquisadores que atuam em Bragança, o ideal seria um defeso para esse período também, garantindo a manutenção do ciclo reprodutivo”. Por esta perspectiva, a reportagem incorpora o princípio de precaução (LOOSE, GIRARDI, 2017) uma vez que traz medidas para garantir a reprodução/renovação da espécie.

Posteriormente, o texto dá enfoque aos direitos dos caranguejeiros com relação a um seguro-desemprego no período de defeso. Por meio da explicação de um especialista em direito ambiental, o jornalista informa a respeito da legislação em vigor que institui o auxílio, mas que, nas palavras da fonte, “é omissa, não deixa claro que eles [pescadores de caranguejo] devem receber. [...] o seguro em si, o direito de receber o seguro, os requisitos e critérios, nunca foram informados para eles”. Ou seja, passa a versar sobre as relações jurídicas que envolvem a temática principal da reportagem, estabelecendo as conexões interdependentes.

Sarraf (2021) ainda cita uma ação que partiu do MPF em 2013, a qual denunciava a falta de recebimento do benefício aos trabalhadores, e seus respectivos desdobramentos, com decisão favorável pelo juiz federal – porém a sentença foi recorrida pela União e pelo INSS, os quais foram procurados pelo jornalista, que reproduziu algumas citações das notas enviadas à reportagem sobre o assunto. Explica de forma didática, sem muitos termos técnicos e também vai além do contexto apresentado, visto que aborda que as dificuldades não se restringem ao acesso ao seguro-desemprego. Neste sentido, evidenciamos as funções informativa, pedagógica e política (BUENO, 2007) do jornalismo ambiental que apresentam-se claras nesta reportagem. Nas palavras do pesquisador em Biologia Ambiental: “já consegui visualizar a falta de comunicação com instituições públicas, como ICMBio e prefeituras, e a negativa de direitos porque falta informação. Eles não sabem como fazer para receber. Eles ficam perdidos em meio a desinformação e falsas denúncias”.

O jornalista faz uma pesquisa histórica acerca da questão política e ressalta que “desde 2007, apenas na Câmara dos Deputados, há registro de tramitação de pelo menos sete projetos de lei que visam a ampliação de beneficiários do seguro-desemprego para pescador artesanal – o que incluiria o pescador de caranguejo” (SARRAF, 2021), contudo, nenhum deles conseguiu assegurar a extensão do direito aos caranguejeiros. O autor relata a tentativa de obter maiores informações sobre o benefício e destaca a limitação de dados fornecidos por alguns órgãos, sendo que alguns sequer enviaram respostas.

Por fim, a pauta é estendida para salientar a luta por direito das mulheres a partir do relato da pescadora e líder da comunidade Caratateua, “envolvida na luta por direitos, desde questões socioambientais da Resex a discussões de gênero em grupos de mulheres” (SARRAF, 2021). Por meio da narrativa, entende-se que a entrevistada é uma ativista, visto que mobiliza discussões sobre múltiplas bandeiras.

De acordo com as falas da fonte, o período de defeso do crustáceo piora as desigualdades nas relações de trabalho. O jornalista destaca alguns questionamentos feitos pela entrevistada – “A pergunta de Adriene é a seguinte: quando vem o período do suatá, em que o pescador terá de manter a mesma relação, ‘ele vai comer o quê?’”.

A pergunta vai da pesca do caranguejo às espécies de peixes. Para Adriene Paixão, é preciso conhecer os ciclos de espécies aquáticas, como é o caso da pescada amarela (*Cynoscion acoupa*). “A gente reclama muito do povo pescar a pescada no período da desova. Mas como a gente vai trazer um defeso, o seguro-desemprego da pescada amarela, se não tem uma pesquisa pra dizer quando ela vai desovar?”, argumenta. A solução, para ela, é que a presença de pesquisadores esteja mais voltada para as demandas das comunidades. “Eu sempre falo isso para os doutores que fazem pesquisa sobre pesca: tragam retorno, porque sem pesquisa, sem retorno, a gente não consegue mudar” (SARRAF, 2021).

Neste sentido, vemos que a reportagem se compromete com a qualificação da informação e traz o engajamento e a militância de ativistas como ações críticas, no sentido da busca por mudança junto à tomada de decisões políticas sobre assuntos de fundamental relevância, inclusive tecendo um posicionamento a pesquisadores que não trazem devolutivas sobre os estudos científicos acerca das questões ambientais. Além disso, estabelece as relações sociais, culturais e econômicas interdependentes, com uma profunda ênfase no contexto relatado, no intuito de internalizar a consciência ambiental e responsabilizando-se com a mudança de pensamento, ou seja, envolve assumir o papel de contribuir para que o jornalismo ambiental seja mobilizador por meio de informações qualificadas, objetivando empoderar os cidadãos para uma maior participação social (LOOSE, GIRARDI, 2017).

OUTUBRO



Figura 7 – Capa da reportagem “Comunidades da rodovia Transacreana enfrentam crise hídrica” da Amazônia Real. Fonte: Amazônia Real.

Título: “Comunidades da rodovia Transacreana enfrentam crise hídrica”³² – 31 de outubro de 2021.

Subtítulo: “Com a escassez de chuva, a prefeitura leva caminhões-pipa para os ribeirinhos. Alguns cavam poços para matar a sede”.

Sinalizada como reportagem noticiosa, tem como foco o enfrentamento da crise hídrica por moradores de comunidades rurais localizadas ao longo da Rodovia Transacreana. Além de apresentar relatos de fontes personagens que vivenciam o problema evidenciado, o texto tece as conexões interdependentes com outras temáticas ambientais relacionadas, envolvidas diretamente com a falta e/ou comprometimento do recurso hídrico, como as queimadas e incêndios florestais, a intensificação do desmatamento e crimes ambientais caracterizados por grilagem de terras, a partir de dados e entrevista com especialistas. Ademais, após a contextualização e aprofundamento das questões citadas, versa sobre o que dizem as autoridades competentes.

Marcas de apuração

O texto apresenta a assinatura de Fábio Pontes. Como o jornalista é autor de outras duas matérias analisadas, iremos nos centrar nas outras dimensões deste nível analítico.

Com relação ao acesso do jornalista ao local do acontecimento, é possível identificar que a cobertura foi realizada de forma presencial. Os elementos que evidenciam o deslocamento

³²Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/transacreana-crise-hidrica/>. Acesso em: 20 jun. 2022.

do profissional abrangem algumas sentenças com descrições que denotam a presença de Pontes nas casas das fontes personagens – como “Do lado de dentro, uma caixa Brasilite de cimento, com capacidade para 500 litros, está vazia”, “O tanque que ela pagou para cavarem ano passado, ao lado de sua casa, está quase seco” e “afirma Rosineide, enquanto acompanha a caixa ser reabastecida” – e também pelas fotos que retratam o cenário noticiado, as quais são de autoria de “Alexandre Cruz Noronha/Amazônia Real”. Outro fator que indica a cobertura presencial é a localização do jornalista presente no início do texto – Rio Branco (AC). Ademais, podemos inferir que a sequência narrativa e a quantidade de fontes que constroem a reportagem também evidenciam a cobertura presencial, ainda que alguns órgãos citados tenham respondido por meio de notas.

No que diz respeito à origem da informação, verificamos a presença de 12 fontes ao longo do texto. As fontes se enquadram no seguinte espectro: quatro fontes cidadãos/personagens – sendo todas moradoras de comunidades próximas à Transacarana; duas fontes documentais – um boletim do Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD), elaborado pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), e um levantamento realizado pelo Laboratório de Geoprocessamento Aplicado ao Meio Ambiente (LabGama), da Universidade Federal de Acre (Ufac); quatro fontes do poder público – o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), a Defesa Civil do Acre, a Secretaria de Meio Ambiente e Políticas Indígenas (Semapi) e o Governo do estado; e duas fontes especialistas – a pesquisadora da Ufac e coordenadora do LabGama, e ecólogo Foster Brown.

Além disso, há três *hiperlinks* utilizados ao longo da reportagem que encaminham o leitor para textos já publicados pela Amazônia Real, como forma de contextualização. Percebemos que, apesar do número igualado de fontes personagens e de fontes oficiais, constatamos que há um predomínio das primeiras ao longo do texto, visto que as outras ficam em segundo plano na reportagem. Neste sentido, evidencia a escolha do jornalista de tornar prioritária a incorporação de indivíduos que vivenciam os fatos, muitas vezes não incluídos na mídia hegemônica em uma cobertura ambiental espetacularizada. Também podemos verificar que o texto é construído a partir da assimilação de saberes diversos, dado a presença de outros tipos de fontes.

Marcas da composição do produto

A reportagem possui 14 fotografias, sendo que nove estão agrupadas em formato de carrossel. Desse total, duas são creditadas em nome de Sérgio Vale e o restante em nome de

Alexandre Cruz Noronha, ambos sinalizados como fotógrafos da Amazônia Real. As imagens retratam os moradores entrevistados nos locais que sofrem com a crise hídrica, bem como o cotidiano deles enfrentando o problema. Constatamos ainda a presença de um *hiperlink* ao final do texto – “Para acessar mais imagens desta reportagem acesse nosso Flickr” –, que encaminha o leitor para uma rede social de hospedagem e partilha de imagens. A página apresenta o título da reportagem e uma descrição do álbum, que contém 33 fotos e 80 visualizações, a partir de informações que constam no primeiro parágrafo do texto analisado. O leitor consegue visualizar fotografia por fotografia e tem a opção de favoritar e comentar a imagem (caso possua conta no Flickr), compartilhar (via cópia do link ou pelo Facebook, Twitter, Tumblr e Pinterest) e fazer o *download*.

Ao visualizarmos a conta da Amazônia Real no Flickr³³, com mais de 14 mil fotos ao todo e 1,7 milhões de visualizações, identificamos que uma das reportagens aqui analisadas – “Milhares já sofrem com a cheia no Amazonas” – também possui um álbum, com 139 fotografias realizadas pela equipe da agência ao local de cobertura jornalística e 181 visualizações. Contudo, não há na reportagem a presença de um link ou sentença, como há neste texto analisado, que encaminhe o leitor a ter conhecimento das imagens realizadas, o que denota uma falha da equipe nesse aspecto. Percebemos que o número de fotografias é relativamente volumoso em comparação ao álbum desta reportagem e evidenciamos que a agência aposta nas imagens não apenas como meros retratos que compõem os textos jornalísticos, mas como depoimentos que demonstram e contam uma história, no sentido de transmitir uma mensagem para quem as vê. A conta no site citado também demarca a preocupação da Amazônia Real com um fotojornalismo de qualidade.

Além do *hiperlink* citado, mais três são alocados ao longo do texto e trazem reportagens publicadas pela agência, como já mencionado, para contextualizar as informações referidas e demarcar a cobertura realizada pela iniciativa sobre outros temas que envolvem a temática. Duas das publicações são, inclusive, de autoria de Pontes (2021) e inferimos que seja devido ao local de cobertura do jornalista no Acre.

Após as opções de compartilhamento da matéria, 18 *tags* são exibidas: Acre, água potável, COP26, COP26amazoniareal, Crise hídrica, Desmatamentos, Floresta Amazônica, Foster Brown, Imazon, Inpe, ONU, Purus, Queimadas, Rio Branco, Rio Yaco, SAD, Transacreana, Ufac. Destacamos que algumas delas constam apenas na reportagem analisada e, tendo isso em vista, não haveria a necessidade de colocá-las sendo que não há outros textos

³³Disponível em: <https://www.flickr.com/people/amazoniareal/>. Acesso em: 20 jun. 2022.

que a mencionam e que estariam relacionados a tag, o que também ocorre em algumas reportagens analisadas na pesquisa. Na caixa de comentários, não constam contribuições dos leitores.

Caracterização contextual socioambiental

Pontes (2021) dá início ao texto expondo a contradição das realidades vividas por moradores do Acre em diferentes épocas do ano, evidenciando que “os mesmos rios que transbordaram e desabrigaram milhares de pessoas meses atrás, agora apresentam vazantes acentuadas que comprometem a segurança hídrica da população”. Ao apresentar o entorno da rodovia Transacreaana como território principal em que reside a situação relatada e que concentra parte da produção agrícola e pecuária de Rio Branco, o jornalista descreve as dificuldades vividas por moradores das comunidades da região de encontrar água no subsolo e de depender de chuvas ou mananciais localizados nos arredores não apenas para consumo próprio, como para a preservação e manutenção da produção nos roçados e da criação de animais, sendo que “com a severa estiagem deste ano, muitas dessas fontes já secaram”.

Por esta perspectiva, identificamos que a reportagem traz como fonte principal os sujeitos que vivenciam os acontecimentos, e em algumas situações não são ouvidos em detrimento de uma cobertura espetacularizada por parte da mídia hegemônica, característica da síndrome da baleia encalhada proposta por Bueno (2007), que busca destacar o exótico a partir de fatos isolados, sem mencionar as consequências diretas aos cidadãos e a todo o planeta. Neste sentido, abrange a pluralidade de vozes e uma cobertura sistêmica, próxima a realidade do leitor, com detalhes que superam a fragmentação e a descontinuidade (LOOSE, GIRARDI, 2017).

O autor destaca que a crise hídrica no mundo “é um dos temas que serão discutidos na Conferência das Nações Unidas (ONU) sobre Mudanças Climáticas, que começa neste domingo (1º de novembro), em Glasgow, na Escócia” e vale-se da sentença para informar que “a agência Amazônia Real vai realizar uma cobertura especial da #COP26” (PONTES, 2021). Evidenciamos aqui a contextualização de Pontes em relação ao cenário político atual, na época, da questão ambiental e ainda a forma como utiliza a circunstância para disseminar a cobertura jornalística especial da agência focada nas temáticas que serão debatidas no evento citado, demarcando o comprometimento com a qualificação da informação.

Ao voltar-se para a situação vivida no Acre, traz alguns dados sobre a distribuição de cerca de três milhões de litros de água potável realizada pela prefeitura para 2400 famílias que

residem nas comunidades rurais, e salienta que sem o auxílio provido, os moradores “não teriam água nem mesmo para beber e preparar a comida”. Para evidenciar as adversidades dessas famílias, o jornalista parte de relatos de cidadãos que sofrem com a situação apresentada:

É o caso da dona de casa Maria Antônia da Silva Araújo, de 50 anos. O tanque que ela pagou para cavarem ano passado, ao lado de sua casa, está quase seco. A água que sobra tem uma cor verde, mostrando-se imprópria para o consumo. Mas é dali mesmo que ela e os vizinhos puxam a única disponível nas redondezas para beber, preparar a comida e as necessidades domésticas. A solução é tratar o líquido com cloro. “A gente coloca a água nos baldes e coloca o cloro. Depois de uns minutos o barro desce e a gente coloca a água limpa em outros baldes. E assim a gente vai vivendo. Tenho fé que logo, logo vai voltar a chover para melhorar a nossa situação. Tenho fé em Deus”, diz Maria Antônia em entrevista à **Amazônia Real** (PONTES, 2021, grifos do autor).

Notamos que Pontes (2021) se utiliza de uma narrativa detalhada acerca do cenário em que habitam esses moradores e consegue ser mais propositivo, apresentando soluções na tentativa de minimizar os danos já ocasionados pela falta do recurso hídrico, dando ênfase às alternativas que os sujeitos encontraram para tentar contornar o problema, como o investimento de 600 reais realizado pela moradora para a escavação de um tanque próximo a sua casa, servindo como reservatório para os períodos de chuva e seca – visto que a região em que reside não é propícia para a retirada de água de poços, tanques e açudes –, e como fonte para os vizinhos mais próximos, que retiram a água por meio da utilização de bombas.

Em “Só com caminhão-pipa”, Pontes (2021) descreve como é feito o abastecimento de água nas 17 comunidades atendidas pela empresa contratada pela prefeitura, “que em 31 de agosto decretou situação de emergência ambiental na zona rural por causa da seca”, o que revela e transmite a magnitude e a complexidade envolvida com a questão retratada. A partir do relato de outros cidadãos, como uma dona de casa, o jornalista evidencia a rapidez com que a caixa d’água instalada encontra-se vazia dadas as necessidades dos habitantes e a gravidade da situação, nunca vista antes por eles – “a cada verão é esse sufoco, mas esse ano está pior”, “segundo ele, a estiagem de 2021 foi uma das mais fortes que ele já presenciou” (PONTES, 2021). Por meio da narrativa, é possível constatar que o jornalista se deslocou em mais de uma vila da região e percorreu “um trajeto de ao menos 4 quilômetros” para chegar em outra comunidade. Neste sentido, demonstra a tentativa de uma cobertura sistêmica, que englobe a multiplicidade de relatos, bem como a apuração engajada realizada *in loco* pelo autor da reportagem, envolvido com a causa, característica tanto do midiativismo como do profissional de jornalismo ambiental.

Ali, o igarapé e o açude que serviam como fonte secaram. Perfurar poços é inviável. Moradores dizem já ter furado poços de quase 100 metros de profundidade, mas nada de água. Para piorar ainda mais a situação, o único açude que restava teve toda a vegetação no seu entorno destruída por uma grande queimada que atingiu a fazenda onde está localizado. “Lá ainda era a única opção que a gente tinha. A gente pedia para o fazendeiro e ele deixava a gente pegar a água. Agora, depois desse fogo, nem sei como vai ficar”, comenta Gilson da Silva Manso, filho do fundador da comunidade, Francisco Manso (PONTES, 2021).

A partir do trecho acima, o autor adentra nas questões que envolvem as queimadas e incêndios florestais, outro problema vivenciado pelas comunidades visitadas, por reterem parte das propriedades agrícolas, e, conseqüentemente, concentrando um alto índice dos focos de incêndio na região. Identificamos que estabelece o vínculo entre causas e conseqüências, contextualizando de forma ampla essas conexões. Pontes (2021) apresenta dados do Inpe para demonstrar como “toda essa fumaça tóxica que piora o ar também compromete a água que os moradores da Transacreeana esperam cair do céu”. Mais relatos de moradores são expostos para ressaltar como as queimadas impactam na qualidade da água que vem da chuva, devido ao gosto de fuligem trazido, o que denota a ampliação da temática ambiental para as relações de saúde-doença que podem causar aos que residem no local.

Seguindo uma linha de raciocínio, dispondo de fios que tecem a realidade, a reportagem passa a abordar o desmatamento do território, na medida em que a rodovia Transacreeana também constitui-se como uma rota de extração de madeira. “No caminho até a Vila Manoel Marques, toras e mais toras se acumulam no pátio de uma madeireira. Ao final da rodovia fica a Reserva Extrativista Chico Mendes, que sofre com a ação de roubo de madeira e grilagem de terras públicas” (PONTES, 2021). O jornalista salienta que a intensificação do período de seca no estado ocorre concomitantemente à expressiva elevação nas taxas de desmatamento e queimadas nos últimos três anos, sendo o Acre “o terceiro estado que mais derrubou floresta em agosto, superando Rondônia e Mato Grosso”.

Além de exibir dados sobre os números que envolvem o desaparecimento das florestas, Pontes (2021) versa sobre as questões políticas que circundam o problema: “A elevação não ocorre por acaso. Foi naquele ano que Gladson de Lima Cameli, do Progressistas, foi eleito governador do Acre. Sua principal promessa de campanha era fazer do agronegócio a força propulsora da economia local”, a partir da promessa de flexibilização e dissolução da burocracia contida na legislação ambiental, “repetindo o mesmo discurso de Jair Bolsonaro na disputa pela Presidência. Com a vitória de ambos nas urnas, o ambiente político no Acre ficou propício para a prática de crimes ambientais”. Constatamos aqui que há a dilatação do entendimento de

ambiental, na medida em que determina as relações políticas que estão inseridas no contexto/problema apresentado, além de tecer uma crítica direta ao governo no que compete às políticas públicas ambientais.

O jornalista ainda enfatiza que os dados são preocupantes, visto que a devastação configura-se a partir de uma nova dinâmica, que amplia a área de influência do “arco do desmatamento” para territórios localizados na região oeste do estado, “onde está a maior cobertura florestal intacta” (PONTES, 2021).

Em sequência, o texto passa a discorrer a respeito das ações de grilagem, mais um quesito caracterizado como crime ambiental no Acre. O autor destaca que “em julho, a Amazônia Real mostrou que grileiros e madeireiros de Rondônia passaram a invadir o Acre em busca de terras e toras” (PONTES, 2021), matéria que compõe o *corpus* de análise da dissertação. Até então, não haviam sido apresentadas fontes especialistas, as quais, nesse estágio da reportagem, passam a explicar como ocorre essa espécie de cascata/sucessão de crimes ambientais e em quais locais “esses eventos extremos” acontecem com maior intensidade, trazendo, novamente, a questão política à tona: “Elas [as regiões mencionadas] foram as mais impactadas pela abertura das fazendas de gado a partir da década de 1970, com a política da ditadura militar de “integrar” a Amazônia ao restante do país” (PONTES, 2021).

Após expor dados, que trazem dimensionamento para o leitor, acerca do volume crítico de vazante atingido por alguns rios que banham o Acre, sendo mananciais que dependem sobretudo das chuvas para manter seus níveis, o jornalista destaca algumas falas dos entrevistados, como a de uma pesquisadora:

A gente não vê as mudanças ambientais para o futuro. A gente vê isso acontecendo agora. Se a gente fizer uma retrospectiva dos últimos 10 anos, toda cidade do Acre teve cheia ou seca extrema. A contribuição do desmatamento e das queimadas para essas mudanças ambientais já estão sendo vistas agora. [...] Com certeza esse será um dos anos mais quentes da história. As mudanças climáticas já estão ocorrendo. O desmatamento não para de subir, e isso afeta todo o ciclo. Como a Floresta Amazônica é o que é devido à reciclagem de água, então quanto menos reciclagem de água houver, menos chuvas teremos, tendo reflexos sobretudo no período de seca, que é justamente quando mais precisamos de água.

Como forma de alerta, Pontes (2021) assinala que a situação poderia ter sido pior, “um colapso no serviço de distribuição de água”, não fossem as poucas chuvas que caíram em locais isolados. Por meio do conhecimento proferido pelos especialistas, o jornalista incorpora o princípio de precaução, como podemos verificar na sentença, dilatando o tempo de ação na tentativa de impedir consequência ainda mais graves:

Com mais e mais áreas de mata sendo desmatadas no Acre, analisa a cientista, a tendência é de os próximos “verões amazônicos” fiquem ainda mais rigorosos – tanto com a ampliação do número de dias sem chuvas, quanto das temperaturas. “O Acre já é um exemplo vivo dos extremos climáticos, dos efeitos das modificações no ambiente”, diz Sonaira Silva (PONTES, 2021).

Traz uma realidade próxima do leitor, para entender como ocorre esse encadeamento/ciclo, a partir da explicação de um ecólogo: “se você corta a árvore, corta este processo de formação de chuvas por reciclagem das águas. Isso vai piorando a situação”, e “se você mexe com o ciclo de água, você está mexendo com a disponibilidade de água, e historicamente, nas últimas quatro décadas, temos temperatura aumentando e estamos prolongando o período de estiagem, o que significa menos água disponível”. Contudo, identificamos que a elucidação se depara com uma responsabilização individual, e até mesmo com certa ingenuidade, o que não carrega o aspecto da coletividade e da complexidade, ambos preceitos do jornalismo ambiental.

Ao final da reportagem, Pontes (2021) aponta que a Amazônia Real procurou órgãos do estado para saber quais ações são empregadas para o combate do desmatamento, queimadas e exploração ilegal de madeira, bem como que medidas judiciais são adotadas para a punição dos infratores ambientais, e traz as respostas emitidas por meio de notas enviadas, demonstrando, como mencionado, a escolha do jornalista em deixar as fontes oficiais em segundo plano.

NOVEMBRO



Figura 8 – Capa da reportagem “Acordo final da COP26 adia decisões para o futuro” da Amazônia Real. Fonte: Amazônia Real.

Título: “Acordo final da COP26 adia decisões para o futuro”³⁴ – 14 de novembro de 2021.

Subtítulo: “No texto final, assinado por cerca de 200 países em Glasgow, na Escócia, até o secretário-geral da ONU reconhece que foi dado um ‘passo importante, mas não suficiente’”.

Sinalizada como reportagem noticiosa, traz um compilado geral a respeito do término da Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima de 2021 (COP-26) e as decisões tomadas no acordo final, além de evidenciar as críticas feitas por ativistas e ambientalistas. A narrativa dá ênfase à existência de dois lados antagônicos do Brasil na Conferência, bem como aborda o balanço do evento para o país. Trata ainda da relação do Brasil com o desmatamento contínuo e dos “fracassos” resultados das negociações.

Marcas de apuração

O texto é de autoria da jornalista Alicia Lobato. Ao final da reportagem, consta a informação de que a repórter é a enviada especial da Amazônia Real na cobertura da COP 26.

A agência também integra a COPCOLLAB26, cobertura colaborativa da conferência realizada por coletivos, organizações, mídias independentes, midiativistas, jornalistas e comunicadores. Fazem parte do grupo colaborativo, entre outras organizações, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), a Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), as Mídias Índia e Ninja (AMAZÔNIA REAL, 2021).

Notamos que houve um esforço da agência para informar sobre o evento a partir de uma correspondente enviada ao local, dada a relevância mundial da Conferência com relação às temáticas ambientais. Demonstra que ter uma jornalista acompanhando os debates e ouvindo a multiplicidade de vozes que estiveram do outro lado do mundo para defender o meio ambiente é uma necessidade para a Amazônia Real. Inferimos ainda que fazer parte de uma cobertura colaborativa, em rede, além das parcerias com outras iniciativas que a agência também realiza, pode configurar uma das características dos novos arranjos jornalísticos (FÍGARO et al, 2021).

Após o comunicado, há a biografia da repórter:

Alicia Lobato é jornalista, natural de Belém (PA) e vive em Manaus desde 2017. Integra a equipe da agência Amazônia Real desde 2019, quando iniciou como estagiária depois de participar da 1ª Oficina de Jornalismo Socioambiental promovida pela Amazônia Real e pela organização internacional Climate Tracker. Na agência, escreve reportagens que pautam a

³⁴Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/acordo-final-da-cop26/>. Acesso em: 20 jun. 2022.

violência contra a mulher e o racismo. Tem interesse pelo jornalismo ambiental e de dados. (alicia@amazoniareal.com.br) (AMAZÔNIA REAL, 2021).

Destacamos, novamente, a figura e personalização da jornalista. A partir das informações constatadas, é possível inferir que a jornalista teve sua carreira profissional moldada/alavancada a partir do estágio realizado na própria agência. Além disso, verificamos o ativismo de múltiplas bandeiras, visto que a jornalista pauta temáticas que envolvem a violência contra a mulher e o racismo, possuindo, inclusive, local de fala para tais assuntos (o que pôde ser percebido pela foto da profissional). A presença do e-mail de Lobato ainda sugere que o leitor possa entrar em contato com a jornalista para o envio de sugestões e pautas, o que não ocorre nas demais reportagens analisadas, apenas as que possuem a própria agência como autora, que apresenta um e-mail geral da iniciativa. Ao final da reportagem, é mencionada a colaboração de Eduardo Nunomura, contudo, não há informações a respeito do autor.

Com relação ao acesso do jornalista ao local do acontecimento, está explícito o deslocamento da repórter para a cobertura jornalística do evento, como mencionado anteriormente. Além disso, há outros aspectos que evidenciam este fato, como a presença da localização da repórter no início da reportagem – Glasgow (Escócia), sede do evento – e algumas sentenças ao longo da reportagem: “afirmou à **Amazônia Real** Márcio Astrini, diretor-executivo do Observatório do Clima. Astrini acompanhou, em Glasgow, as negociações multilaterais” (LOBATO, 2021, grifos da autora) e “Leite, ainda na coletiva de imprensa acompanhada pela Amazônia Real, fez um resumo da participação do País na conferência”.

Neste sentido, vemos a proximidade com o sujeito midiativista, que acompanha os acontecimentos *in loco*, como vimos em outras reportagens, mas neste caso, com maior esforço, dado os custos empregados para o envio da repórter até a Escócia.

No que diz respeito a origem da informação, identificamos oito fontes ao longo do texto, sendo que seis compreendem fontes do poder público – o secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o embaixador e chefe da delegação brasileira na COP26, o Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe), o ministro brasileiro do Meio Ambiente e a representante das Ilhas Maldivas; uma se enquadra como fonte personagem/cidadã – uma ativista; e uma como fonte especialista – o diretor-executivo do Observatório do Clima. Ademais, duas matérias publicadas pela Amazônia Real são *hiperlinkadas* para contextualizar as informações trazidas.

Notamos que a maioria das fontes abrange pessoas e/ou órgãos ligados ao poder público e há apenas uma fonte cidadã, sendo uma ativista conhecida mundialmente. Portanto, não

constatamos a assimilação de saberes diversos e a pluralidade no sentido de trazer vozes de sujeitos “comuns”, que residem nas comunidades afetadas pelos acordos finalizados na Conferência, ou seja, consiste na síndrome da *lattelização* das fontes (BUENO, 2007), já vista em outras reportagens anteriormente. Contudo, percebemos que a jornalista incorpora uma opinião, dada a narrativa construída em tom de lamento/lástima, o que será evidenciado no último nível analítico. Neste sentido, identificamos o engajamento da repórter, com uma postura militante e crítica, para além do midiativismo, integrando-se como característica também do jornalismo ambiental.

Marcas da composição do produto

Observamos ao longo da reportagem a presença de 13 fotografias. Desse total, oito estão agrupadas em formato de carrossel (uma característica empregada diversas vezes pela agência). Nenhuma delas é de autoria da Amazônia Real, sendo os créditos diversificados – três foram realizadas pela fotógrafa da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, sigla em inglês), três pelo MMA, três pela Mídia Ninja, duas pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), uma de reprodução de um usuário do Instagram e uma de reprodução de *livestreaming*.

Há ainda um vídeo proveniente do canal do YouTube do Guardian News, veículo jornalístico que transmitiu o evento em tempo real por meio de *live*. Com o título “Cop26: Alok Sharma realiza sessão de balanço – assistir ao vivo” (tradução nossa), o recurso está programado para iniciar no momento em que o presidente da conferência realiza discurso acerca dos acordos finais estabelecidos, visto que a duração total é de quase sete horas de *live*, ao todo. É a única reportagem analisada que apresenta um vídeo já incorporado ao texto, sem estar vinculado a um *hiperlink*, o que inferimos ser, no caso, mais fácil do leitor clicar e verificar do que se trata o conteúdo.

Quanto à utilização de *hiperlinks*, identificamos oito distribuídos no decorrer do texto. Três encaminham o leitor para a página do Twitter, sendo que um para *tweet* feito pelo perfil do secretário-geral da Organização das Nações Unidas, António Guterres, um publicado pelo perfil do MMA – contudo, consta como *tweet* excluído – e outro postado pelo usuário da ativista Greta Thunberg. Dois são direcionados para reportagens publicadas pela Amazônia Real, como já mencionado acima, um para o site que hospeda informações sobre a COPCOLLAB26 e outro para a página de doações da agência, como em outros textos já analisados. São utilizadas ainda 12 *tags*: Alok Sharma, António Guterres, CNA, CNI, Dilma Rousseff, Greta Thunberg, Inpe,

Márcio Astrini, Observatório do Clima, Paulino Franco de Carvalho Neto, Petrobrás e Ricardo Salles.

Na caixa de comentários não constam contribuições. Com relação aos recursos midiativistas mais instrumentais, não vemos no texto, mas há indícios incorporados a partir da narrativa discursiva, que será apresentada a seguir.

Caracterização contextual socioambiental

A jornalista inicia o texto afirmando, em tom de lástima, que “o acordo possível da COP26 foi selado na noite de sábado, em Glasgow, com a certeza de que ele não conseguirá limitar o aquecimento global a 1,5°C”. Em seguida, traz o relato do secretário-geral da ONU, que corrobora com a sentença proferida por ela, na medida em que ele se desculpa, em vídeo, pelo “passo importante, mas não suficiente”:

Quero mandar uma mensagem para os jovens, comunidades indígenas, mulheres e todos aqueles que lideram o combate às mudanças climáticas: sei que estão desapontados, mas o caminho para o progresso não é uma linha reta. Às vezes, existem desvios e valas, mas eu sei que podemos chegar lá. Estamos na luta por nossas vidas e esta luta precisa ser vencida. Nunca desistam, nunca recuem, continuem pressionando, eu estou com vocês.

Após expor o discurso da fonte, a autora ainda destaca que com a presença de cerca de 200 países, a COP 26 terminou “sem que os povos amazônicos pudessem celebrar” (LOBATO, 2021), referindo-se a compromissos que, embora firmados paralelamente na primeira semana do evento para a redução do desmatamento e da emissão de metano em 30% até o ano de 2030 – indicadores que afetam de forma direta o uso da floresta amazônica, “não houve um acordo para a transição de energia de fontes poluidoras para as de matrizes limpas”. Além disso, Lobato (2021) evidencia que no documento final, a palavra “eliminar” foi substituída por “reduzir” no que tange ao uso de combustíveis fósseis, “os mais danosos e principais responsáveis pelo aquecimento global”. Contudo, a jornalista explicita que o emprego da palavra “já é um avanço”, visto que é a primeira vez que incluem, em um texto da COP, alguma maneira de tentar diminuir o uso desses elementos.

Destacamos a seguinte fala proferida:

Na prática, o acordo final da COP26 adia a solução para os próximos anos, o que sinaliza que eventos climáticos extremos, como inundações, secas e incêndios florestais, continuem a castigar o planeta. A sinalização por uma eliminação do uso de combustíveis fósseis, incluindo o petróleo, o gás e o carvão natural, impactaria diretamente o Brasil. A Petrobrás, maior empresa

brasileira, se tornaria obsoleta e desvalorizada em pouco mais de três décadas (LOBATO, 2021).

Notamos que a autora incorpora ao texto sua opinião, a partir da militância e postura crítica, em defesa da sustentabilidade da vida e de um vínculo menos lesivo e conflituoso entre a natureza e a sociedade (LOOSE, GIRARDI, 2017), e ainda se coloca como além de sua função profissional, como sujeita que também é afetada pelos tratados versados. Contrariando o tom de lamento exposto até o momento, a jornalista aponta a comemoração feita pela comitiva oficial brasileira, que “foi a Glasgow de olho em recursos financeiros”, com a finalização do livro de regras de implementação do Acordo de Paris, o qual regulamentou o Artigo 6 que estipula a criação de um mercado de carbono. Para tanto, evidencia o *tweet* publicado pelo perfil do MMA no Twitter: “O Brasil se prepara para ser grande exportador de créditos carbono!”.

A reportagem traz ainda o relato do embaixador e chefe da delegação brasileira no evento, que salienta “o prazer de ver que o artigo 6 permite um novo canal para o fluxo financeiro internacional para os esforços de mitigação dos países em desenvolvimento”. Seguindo esse raciocínio, Lobato (2021) frisa que os países participantes da conferência “foram duramente criticados pelos ativistas por usarem da conferência para conseguir recursos financeiros com a desculpa de que precisam de financiamento para começar a combater a crise climática com urgência”. De certa forma, a sentença reflete a opinião da autora dada a frase utilizada para destacar que a delegação do Brasil estava “de olho” nestes recursos, o que denota a rejeição a visão cartesiana do governo, centrado apenas nos interesses econômicos, sem respeitar e considerar a esfera ambiental em todos os seus âmbitos.

As críticas também se estenderam às empresas, que participaram dos debates e ofereceram “recursos bilionários para ações de combate ao aquecimento global” (LOBATO, 2021), além de adotarem políticas de “*greenwashing*”³⁵. Embora tenha utilizado o termo, a autora não explica ao leitor seu conceito.

O texto dá sequência afirmando existir “dois Brasis na COP26”. De acordo com a jornalista, o país se viu dividido em duas vertentes, sendo que o governo “optou por apoiar explicitamente apenas um deles”. De um lado, havia a presença da maior comitiva de povos indígenas já vista em uma conferência das partes, movimentos sociais, cientistas e ambientalistas. De outro, um pavilhão bancado pelo governo federal, apoiado pela

³⁵Termo do inglês, que pode ser traduzido como “lavagem verde”. Consiste em uma estratégia de marketing que se utiliza da promoção de discursos e ações sustentáveis que não se sustentam na prática, ou seja, uma apropriação injustificada de virtudes ambientalistas praticada por governos, empresas, indústrias públicas ou privadas, e Organizações não Governamentais. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/greenwashing-o-que-e-e-como-identificar-a-pratica-da-falsa-sustentabilidade/>. Acesso em: 01 set. 2022.

Confederação Nacional da Indústria e pela Confederação Nacional da Agricultura. Lobato (2021) salienta que os indígenas “se viram perseguidos por apoiadores de Bolsonaro”, principalmente após a participação da jovem líder Txai Suruí no discurso de abertura da COP26, e relata a invasão realizada por criminosos na casa da liderança indígena Alessandra Korap Munduruku, que também esteve no evento. A partir das palavras escolhidas pela jornalista, fica claro qual lado ela integra nesse aspecto, ou seja, o grupo que defende e engloba os vários matizes em que a temática ambiental se desdobra.

A autora da reportagem ainda traz a opinião da ativista Greta Thunberg exposta no Twitter. Nas palavras da jornalista, ironizando o resultado do evento e expressando seu ceticismo, a jovem escreveu que “A #COP26 acabou. Aqui está um breve resumo: blá, blá, blá. Mas o verdadeiro trabalho continua fora desses corredores. E nunca vamos desistir, nunca”.

Lobato (2021) menciona a revisão da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, sigla em inglês) – denominação do documento que determina metas voluntárias de cada país – , restabelecendo um objetivo acordado pela ex-presidenta Dilma Rousseff em 2015. Para tal, explica que a NDC brasileira, sob gestão do ex-ministro do Meio Ambiente “havia sofrido uma ‘pedalada ambiental’, falseando esses dados e permitindo que o Brasil pudesse continuar aumentando suas emissões – que, na prática, significam permitir o avanço do garimpo ilegal, da grilagem de terras e da pecuária sobre a floresta amazônica”, desvelando as conexões nem sempre tão óbvias.

O relato do diretor-executivo do Observatório do Clima dá ênfase ao potencial do Brasil anulado pelo governo. Com base em dados divulgados, concomitantemente ao evento, sobre os índices de desmatamento, a fonte ressalta o problema vivido pelo país: “quando fecharem as portas aqui (da COP26), voltamos para a realidade que o Brasil continua sendo sob a gestão de Bolsonaro, um problema para o clima mundial porque temos um governo da destruição e não um governo que vai trazer a solução”. Ou seja, o descontentamento da jornalista com a questão retratada é corroborado por ativistas, especialistas e demais sujeitos que compreendem o entendimento dos valores e da consciência ambiental e a necessidade de internalizá-los (LOOSE, GIRARDI, 2017). Aqui e em outros pontos do texto, é exaltada a crise ambiental que se instaurou no governo de Bolsonaro e que destacamos ao longo da dissertação. Neste sentido, a reportagem consegue estabelecer as relações de causa e consequência, visto que o desmantelamento e o enfraquecimento das políticas públicas adotadas frisam a geração de maior destruição ambiental no país.

A jornalista aponta que “o ministro brasileiro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, demonstrou ignorância ao ser questionado numa coletiva de imprensa, na sexta-feira (12), sobre os dados do desmatamento do Inpe” (LOBATO, 2021) e “desconversar” acerca da temática. Ela frisa ainda que, naquele momento, o ministro “respondia a uma pergunta sobre ter usado dados contestáveis ao falar de conquistas ambientais do Brasil”. Por esta perspectiva, vemos que a autora, além de destacar o contexto político atual, versa sobre um governo que se utiliza de falsas informações sobre a questão ambiental.

Destacamos o seguinte alerta emitido por Lobato (2021), que se incorpora ao princípio de precaução, posto que salienta a gravidade envolvida e a necessidade da inserção de ações que minimizem os danos causados:

Para frear o aquecimento global, embora os países estejam se comprometendo a reduzir suas emissões de gases estufa, ainda será necessário que outras medidas compensatórias sejam adotadas, e uma delas é permitir que os países em desenvolvimento como o Brasil não só interrompam a destruição de suas florestas, como possam ter recursos para manter a preservação de suas áreas verdes.

A jornalista afirma que “outro fracasso nas negociações da COP26” foi a ausência de incorporação da proposta de elaboração de um fundo de “perdas e danos” para nações que já encaram as emergências climáticas. Ao final da reportagem, Lobato (2021) destaca a fala do presidente do evento, que emocionado, lamentou “que o acordo final evitou a determinação pelo fim do uso de combustíveis fósseis”. E traz, novamente, a opinião do diretor-executivo do Observatório do Clima, que resume o balanço da COP26 pelos brasileiros:

Infelizmente o Brasil deixou de ser um possível jogador positivo nesse jogo, que desempenhava um papel importante, para virar alguém que pode atrapalhar muito o processo. Isso é muito ruim para o País porque vai colocando ele em uma situação mais isolada e mais difícil.

Frisamos, por fim, que em grande parte do texto, ao informar em tom de lamentação, Lobato (2021) se utiliza de falas de especialistas e dados para reforçar o cenário ambiental vivido mais intensamente desde 2019 e retratado na dissertação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No sentido de vislumbrar de que forma se assimilam e se encontram, o objetivo principal da dissertação foi de caracterizar e configurar um pretense jornalismo socioambiental midiativista, situado no âmbito de iniciativas independentes, nascidas na rede, e analisar de que modo essa prática se materializa. Delineados ao longo do texto alguns dos acontecimentos emblemáticos relacionados às temáticas ambientais, reiteramos a necessidade de entender de que maneira esses fatos, ou mesmo outras temáticas interdependentes, são noticiados pelos novos arranjos jornalísticos (FÍGARO et al 2021), a partir de uma ótica midiativista (BRAIGHI E CÂMARA, 2018) que se assemelha às características do jornalismo ambiental (LOOSE, GIRARDI, 2017; GIRARDI, 2018; BUENO, 2007) aqui focalizado.

A partir da explicação e elucidação dos pressupostos teóricos acerca desses fenômenos nos capítulos 1 e 2, identificamos que há uma proximidade entre os preceitos do jornalismo ambiental e do midiativismo, na medida em que ambos têm como objetivo informar de modo envolvido, comprometido e engajado, por meio da multiplicidade e pluralidade de vozes, buscando ir além dos acontecimentos, de forma que se teça as relações de causas e consequências, bem como a complexidade vinculada, a partir da contextualização e problematização das temáticas retratadas. Além disso, se assemelham por prezarem pela denúncia e investigação mediante uma postura ativa, crítica, propositiva e demarcada a respeito de todas as nuances que circundam a pauta ambiental destrinchada nesta dissertação.

Neste sentido, além de constatar semelhanças na gênese dos fenômenos, também foi possível verificar na prática, por meio das análises realizadas, que muitas vezes eles se fundem visto que o midiativismo está presente nos pressupostos do jornalismo ambiental, bem como, a partir das TICs, se apropria desse tipo de jornalismo para a produção de um discurso midiático potente e transformador, com o intuito de ampliar o alcance de temáticas ambientais complexas que passam a ser contextualizadas e desveladas, buscando o debate público sobre essas questões.

Partimos da hipótese de que as narrativas das mídias nativas digitais possuem maior probabilidade de se expandirem e se apoderarem das TICs para a produção de narrativas complexificadas e verificamos que isso ocorre parcialmente, uma vez que os recursos apropriados para viralizar e disseminar de forma mais direta os conteúdos são pouco utilizados pela iniciativa.

A respeito da sujeita de pesquisa, a agência de jornalismo independente e investigativo, Amazônia Real, verificamos que, no plano discursivo, coincide com os ideais midiativistas e

do jornalismo ambiental. As coberturas jornalísticas estão centradas em um espaço geográfico mais regional, pautadas nas questões da Amazônia e de seu povo, considerados pela agência como invisibilizados na grande imprensa, mas não deixa de abordar questões ambientais que afligem comunidades cujos territórios não estão geograficamente localizados na região amazônica.

Identificamos declaradamente a proposta de uma contra narrativa que perpassa o ativismo de múltiplas bandeiras (CASTELLS, 2013), na medida em que aborda não somente a temática ambiental, como vai além, estabelecendo as relações políticas, econômicas e sociais interdependentes, com questões que trazem a perspectiva de gênero e defendem os “valores da equidade, da igualdade, da diversidade e do combate à violência contra mulheres e comunidade LGBTQ+ e a todas as demais formas de desigualdade” (AMAZÔNIA REAL). Ademais, a agência tem sido reconhecida por grandes nomes de profissionais do jornalismo, pela conquista de prêmios ou ainda por homenagens de órgãos legitimados, como a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), pelo trabalho pioneiro na cobertura dos fatos do Norte do país e pela determinação e coragem na qual encaram o jornalismo para a defesa da Amazônia e de seus povos.

A partir da adaptação da Análise de Cobertura Jornalística (ACJ), proposta por Silva e Maia (2011), foi possível caracterizar, por meio do protocolo alvitrado, de que forma é feita a cobertura jornalística socioambiental da Amazônia Real. Realizadas as análises referentes ao *corpus* da pesquisa, constatamos, com relação às marcas de apuração – o primeiro nível analítico do protocolo –, que a Amazônia Real possui uma assinatura jornalística mais demarcada e personalizada ao trazer informações sobre os jornalistas que escrevem as reportagens. A partir de dados que apresentam e destacam o tempo de carreira jornalística do profissional, ou ainda o conhecimento adquirido em trabalhos realizados em outras mídias jornalísticas relevantes – por vezes a formação acadêmica do sujeito –, a propriedade com que aborda as temáticas que defende e cobre, com um registro que demarca o sujeito, constatamos características que sinalizam para o midiativismo e também para o jornalismo ambiental, no sentido do jornalista engajado e comprometido com as questões ambientais.

No que diz respeito ao local de apuração/acesso do jornalista ao local do acontecimento, identificamos na maioria das reportagens, uma cobertura presencial, sistêmica, com apuração realizada *in loco*, que, para além do midiativismo, reflete o engajamento do jornalista ambiental, que vivencia os fatos como participante ativo, no momento em que eles ocorrem. A presença das localizações no início da reportagem e as sinalizações feitas de forma explícita pelos autores

dos textos ao longo da narrativa são aspectos que evidenciam esse acesso, como pudemos ver nas reportagens “Milhares já sofrem com a cheia no Amazonas”, “No Pará, pescadores reivindicam seguro-defeso para preservar o caranguejo-uçá”, “Comunidades da rodovia Transaccreana enfrentam crise hídrica” e “Acordo final da COP26 adia decisões para o futuro”.

Em relação à origem da informação, percebemos que algumas reportagens divergem entre si. Os números de entrevistados variam entre cinco a 19. Destacamos que, das oito matérias analisadas, quatro apontam para síndrome da *lattelização* das fontes – a única síndrome encontrada – elencada por Bueno (2007), ao se referir a disposição de fontes apenas oficiais ou especialistas que possuem currículo acadêmico, com conhecimento validado. Neste sentido, inferimos que, como essas fontes ocupam um largo espaço, há uma reprodução no formato da mídia convencional, com a dependência jornalística por fontes legitimadas, sem incluir os sujeitos “comuns” que carregam os saberes locais, que estão fora dos muros da academia e do governo, e que acabam sendo invisibilizados. Algumas dessas reportagens inclusive citam esses cidadãos, mas não os integram ao texto, como é o caso de “Kátia Abreu será relatora do PL de flexibilização do licenciamento ambiental” e “Grileiros e madeireiros de Rondônia invadem Acre”. Percebemos ainda que houve uma repetição dos mesmos especialistas e/ou órgãos em alguns textos, o que denota, além da falta de pluralidade de vozes, o “fontismo”, ou seja, se encontra refém das mesmas fontes de informação para apuração jornalística e construção das reportagens, o que nos faz refletir que acabam consolidando novas fontes hegemônicas dentro do próprio jornalismo independente.

As outras quatro reportagens manifestam o contrário. São produzidas por meio da multiplicidade de vozes, com números equilibrados e com predomínio de fontes personagens ao longo da narrativa. Por esta perspectiva, constatamos também que engloba e integra os cidadãos ao debate, sobretudo os que não dispõem de legitimidade científica, empresarial ou política, rompendo com o conhecimento de natureza cartesiana (LOOSE, GIRARDI, 2017), como “o povo da floresta, o agricultor familiar, o cidadão da rua” (BUENO, 2007, p. 37) – muitas vezes excluídos pela mídia hegemônica –, trazendo seus respectivos relatos acerca de determinado assunto e vivência, o que ainda abrange a assimilação do saber ambiental e aproxima as questões ambientais para perto do dia-a-dia do público leitor a partir desses depoimentos. Desse modo, ao nos questionarmos se a Amazônia Real, como mídia independente, consegue dar conta da pluralidade de vozes tão cara ao jornalismo ambiental, inferimos que alcança em partes esse aspecto.

No que tange ao segundo nível analítico, as marcas da composição do produto, identificamos em todas as reportagens, a presença de fotografias e *hiperlinks* ao longo do texto como recursos multimídias. Destacamos a quantidade de imagens presentes em algumas delas, que retratam em maior profundidade as respectivas temáticas, e não servem apenas como forma de preencher o texto. Contudo, reiteramos a ausência de artifícios midiativistas e inferimos que as opções como campanhas agregadas, manifestos, petições públicas e propostas de viralização são ínfimas – mesmo recursos mais técnicos, como uso de *hashtags* e multimídias são ausentes – e não estimulam a mobilização direta ou o envolvimento com os leitores da agência, o que denota que a forma de apresentação das informações se assemelha a mídia convencional e subutiliza os recursos ativistas. Apesar da falta desses recursos de modo mais explícito no próprio texto, constatamos, em poucas reportagens, uma postura mais incisiva, com posicionamento mais crítico e militante vindo dos jornalistas, por meio de colocações e indícios discursivos mais críticos e mobilizadores, como vistos em “Bolsonaro mente e faz falsas promessas na Cúpula do Clima, dizem ambientalistas”, “Kátia Abreu será relatora do PL de flexibilização do licenciamento ambiental”, “No Pará, pescadores reivindicam seguro-defeso para preservar o caranguejo-uçá” e “Acordo final da COP26 adia decisões para o futuro”. Por esta perspectiva, deduzimos que possa configurar uma tática indireta da iniciativa. Com relação aos poucos comentários presentes em algumas reportagens, observamos que a Amazônia Real não gera debate e diálogo com o leitor, visto que não há respostas por parte da agência às contribuições feitas.

Nos chamou a atenção o fato de haver poucos recursos midiativistas mais instrumentais (como os citados acima) e comentários dos leitores que acessam a página da iniciativa. Falamos de um portal com temática específica, com um público considerado igualmente específico, envolvido, comprometido, preocupado, que se interessa e simpatiza com a questão ambiental, ou seja, que dispõe para o sentido do engajamento. Desse modo, uma inquietação deixada pelos resultados obtidos aponta para a limitação em encontrar recursos midiativistas, o que nos levou a questionar que tipo de repercussão as matérias teriam caso fossem publicadas em redes sociais como Instagram, Twitter e Facebook e como se daria o engajamento do público. As republicações e divulgações poderiam ainda desempenhar esse papel de estratégia midiativista do próprio veículo jornalístico como artifícios que estendem os recursos multimídias para além do próprio site em que estão contidos. Tais questões demandam estudos mais focalizados na reprodução em mídias sociais dos conteúdos analisados com posteriores investigações e maiores tensionamentos.

No último nível analítico, a caracterização contextual socioambiental, é que conseguimos identificar, de forma mais clara, os pressupostos do jornalismo ambiental. De modo geral, algumas reportagens apresentam grande parte das características intrínsecas, sobretudo, a ênfase na contextualização, visto que supera a fragmentação e a descontinuidade, salientando uma ampla contextualização, e expondo as relações entre as causas e consequências dos assuntos versados. As demais características, como a pluralidade de vozes, a assimilação do saber ambiental, a cobertura sistêmica e próxima à realidade do leitor, o comprometimento com a qualificação da informação, a responsabilidade com a mudança de pensamento, e a incorporação do princípio de precaução também foram perceptíveis a partir da análise.

Ainda que não vimos a presença de todos esses pressupostos em uma única reportagem, é importante frisar que dificilmente iremos encontrar as características inerentes por completo tais como são postuladas, uma vez que os autores elencam e pontuam possibilidades para entender esse tipo de jornalismo. Ressaltamos que foi possível identificar que no conjunto da cobertura jornalística do veículo há o esforço de se aproximar desses pressupostos de forma geral, ou seja, a Amazônia Real, a partir do *corpus* analisado, cumpre a função de trazer as diretrizes que são tão caras ao jornalismo ambiental. Destacamos a reportagem “Milhares já sofrem com a cheia no Amazonas” como a que mais abrangeu as características citadas.

Por fim, chegamos à conclusão de que apesar da Amazônia Real apresentar semelhanças com o modelo de mídia convencional, a iniciativa revela uma ruptura no conteúdo jornalístico produzido, na medida em que consegue se aprofundar nas temáticas cobertas e trazer grande parte dos pressupostos do jornalismo ambiental de modo mais explícito, mas não na forma de apresentar essas informações, ou utilizar os recursos midiativistas para além do texto. Inferimos que a Amazônia Real se utiliza de posicionamentos mais incisivos por meio de recursos discursivos, que se apresentam como uma forma de tática indireta, valendo-se das circunstâncias e dos contextos veiculados como práticas que tentam resistir a atual e obscura conjuntura ambiental.

Vemos que o chamado jornalismo independente, ou ainda, os novos arranjos, demonstram alguns vínculos com a mídia convencional, o que nos faz refletir e ponderar a respeito do seu potencial de se livrar das amarras e limitações impostas pelo jornalismo hegemônico. Foi possível então, constatar em partes a materialização do jornalismo socioambiental midiativista a partir de uma perspectiva mais emancipatória, trazendo à tona grande parte dos pressupostos que abarcam esses fenômenos. Notamos que, apesar da visibilidade dada às vozes minoritárias que não possuem espaço na mídia *mainstream*, há uma

concentração ainda significativa de fontes oficiais e especialistas, utilizadas para legitimar e respaldar as perspectivas dos sujeitos comuns e de ativistas.

Pontuamos que o discurso do *corpus* analisado se destaca e diferencia, demonstrando que há uma maneira de se dizer e informar discrepante da superficialidade e véu da objetividade adotada na mídia convencional. Ademais, por ser realizado por profissionais que acreditam no potencial transformador e mobilizador do jornalismo ambiental e do midiativismo, percebemos que a militância, as críticas e posicionamentos mais contundentes, sobretudo a atores políticos, a partir de ironia, desprezo e indagações são utilizadas como táticas indiretas permeadas em distintos momentos pela iniciativa, em maior ou menor destaque. Neste sentido, evidenciamos um jornalismo mais engajado e comprometido com a questão ambiental em todas as suas esferas, demarcando inclusive uma perspectiva mais humana que trata de desigualdades e injustiças sociais por meio de denúncias.

Concluimos que esse jornalismo socioambiental midiativista pode estar em construção e revela que a produção de narrativas mais divergentes, complexificadas, pluralizadas e críticas – permeadas de traços significativos, como o engajamento e o comprometimento com a pauta e a cobertura ambiental, além de dispor de um espaço contra hegemônico – podem ser vistas e reconhecidas, mesmo que apresentem limitações nos moldes mais alternativos de jornalismo. Entendemos que as considerações aqui alcançadas levantam outros questionamentos que servem como provocações e incentivos para estudos futuros, de forma que consigamos estender os achados encontrados referentes à temática central deste trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, L. A.; SCHAUN, A. Heurística do medo: mídia e meio ambiente na sociedade de risco. **Ação Midiática – Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura.**, [S.l.], dec. 2011. ISSN 2238-0701. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/acaomidiatica/article/view/26423>. Acesso em: 16 nov. 2021. doi:<http://dx.doi.org/10.5380/am.v1i2.26423>.

AGUIAR, L. A.; SCHAUN, A. O ciberativismo na produção científica brasileira, na área de comunicação: um olhar preliminar, entre 2002 e 2014. In: SILVEIRA, Isabel Orestes. (Org.). Estudos sobre as mídias: Diferentes reflexões e diálogos. São Paulo: PMStudium C& D, 2015, p. 195-212.

ALMEIDA, Thiago D'angelo Ribeiro. Manifestações no Brasil: uma referência de ação política integrada às novas tecnologias da informação. In: SOUSA, Cidival Morais de; SOUZA, Arão de Azevedo. **Jornadas de junho: repercussões e leituras**. Campina Grande (PB): EDUEPB, 2013. p. 84-91.

ALMEIDA, Thiago D'angelo Ribeiro. **Midiativismo e coberturas jornalísticas: mídias livres, movimentos em rede estratégias de contrapoder**. 2015. 165f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Centro de Comunicação, Turismo e Artes, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2015.

AMAZÔNIA REAL. Site oficial. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/>. Acesso em: 10 set. 2020.

AMAZÔNIA REAL. Milhares já sofrem com a cheia no Amazonas. **Amazônia Real**, 11 mai. 2021. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/milhares-ja-sofrem-com-a-cheia-no-amazonas/>. Acesso em: 20 jun. 2022.

AMAZÔNIA REAL. Kátia Abreu será relatora do PL de flexibilização do licenciamento ambiental. **Amazônia Real**, 14 jun. 2021. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/katia-abreu-sera-relatora-do-pl-de-flexibilizacao-do-licenciamento-ambiental/>. Acesso em: 20 jun. 2022.

ASSIS, Érico Gonçalves de. **Táticas lúdico-midiáticas no ativismo político contemporâneo**. 2006.284f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) –Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo (RS), 2006.

BARTH, A. InfoAmazonia é lançado para a Rio+20. **O Eco**, 26 jun. 2012. Disponível em: <https://oeco.org.br/noticias/26157-infoamazonia-e-lancado-para-a-rio20/>. Acesso em: 20 set. 2020.

BARROS, A. T. de; SOUSA, J. P. **Jornalismo e ambiente: análise de investigações realizadas no Brasil e em Portugal**. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2010.

BECK, U. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34; 2010.

BELMONTE, Roberto Villar. Uma breve história do jornalismo ambiental brasileiro. **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 6, n. 2, p. 110-125, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/rbhm/article/viewFile/6656/3817>. Acesso em: 5 mar. 2019.

BENTES, Ivana. Economia narrativa: do midiativismo aos influenciadores digitais. In: BRAIGHI, Antônio Augusto; LESSA, Cláudio; CÂMARA, Marco Túlio (orgs.). **Interfaces do Midiativismo: do conceito à prática**. CEFET-MG: Belo Horizonte, 2018. P. 151-169.

BENTES, Ivana. **Mídia-multidão: estéticas da comunicação e biopolíticas**. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Mauad X, 2015. Disponível em: <https://joaocamillopenna.files.wordpress.com/2017/03/midia-multidacc83o.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2019.

BUENO, Wilson da Costa. Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba: Editora UFPR, n.15, pp.33-44, jan/jun. 2007.

BRAIGHI, Antônio Augusto; CÂMARA, Marco Túlio. O que é Midiativismo? Uma proposta conceitual. In: BRAIGHI, Antônio Augusto; LESSA, Cláudio; CÂMARA, Marco Túlio (orgs.). **Interfaces do Midiativismo: do conceito à prática**. CEFET-MG: Belo Horizonte, 2018. P. 25-42.

CAMANA, A. Conflitos ambientais: uma pauta central para o jornalismo. In: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; MORAES, Cláudia Herte de; LOOSE, Eloisa Beling; BELMONTE, Roberto Villar. **Jornalismo Ambiental: teoria e prática**. Porto Alegre: Metamorfose, 2018. p. 125-134.

CAMARGO, Isadora Ortiz de; CORRÊA, Elizabeth Saad. Jornalismo móvel e reconfiguração do ciberespaço: Para onde a tecnologia pode levar as experiências comunicacionais? In: **7º Simpósio Nacional da Associação Brasileira de Ciberultura**. 2013. Disponível em: http://www.abciber.org.br/simposio2013/anais/pdf/Eixo_7_Redes_Sociais_na_Internet_e_Sociabilidade_online/25990arq36898300873.pdf. Acesso em: 12 out. 2019.

CAMPOS, P. C. A percepção do tema ambiental na Universidade: por um ensino de jornalismo capaz de romper paradigmas. **Comunicação e Espaço Público (UnB)**, v. 1-2, p. 07-22, 2006.

CAMPOS, P. C. Meio Ambiente: a sustentabilidade passa pela educação (em todos os níveis, inclusive na mídia). **In Questão**. Porto Alegre: 12 (2): 387-419, 2006.

CAPRA, Frijot. **O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente**. Editora Cultrix: São Paulo, 2001.

CAPRA, Frijot. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. Editora Cultrix: São Paulo, 1997.

CARTA DE BELO HORIZONTE. São Paulo, 2004. Disponível em: http://www.pick-upau.org.br/mundo/carta_belo_horizonte/carta_belo_horizonte.htm. Acesso em: 11 jan. 2022.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. Tradução Roneide Venancio Majer. 17 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e esperança** – movimentos sociais na era da internet. Editora Zahar: Rio de Janeiro, 2013.

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede: do conhecimento à política. In: CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo. Atas da Conferência **A sociedade em rede**: do conhecimento à ação política. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005. p. 17-30.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COLLATO, C. Jornalismo Ambiental: reflexões sobre conhecimento, práxis e complexidade. In: 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2021, Recife. **Anais** do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. São Paulo: Intercom, 2021.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.

COLABORA. Site oficial. Disponível em: <<https://projeto colabora.com.br/>>. Acesso em: 10 set. 2020.

CONEXÃO PLANETA. Site oficial. Disponível em: <<https://conexaoplaneta.com.br/>>. Acesso em: 10 set. 2020.

DOWNING, John. **Mídia radical**: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. São Paulo: Senac Editora, 2009.

DRUSCHKE, C. G.; MCGREAVY, B. Why rhetoric matters for ecology. **Frontiers in Ecology and the Environment**, 14(1), 46–52, 2016.

ECODESENVOLVIMENTO. Site oficial. Disponível em: <<http://www.ecodesenvolvimento.org/>>. Aceso em: 10 set. 2020.

ENVOLVERDE. Site oficial. Disponível em: <<https://envolverde.com.br/>>. Acesso em: 10 set. 2020.

FAUSTO NETO, Antonio. Fragmentos de uma “analítica” da midiatização. **Matrizes**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 89-105, abr. 2008.

FALEIROS, G. InfoAmazonia: o desafio dos dados atualizados. **O Eco**, 11 ago. 2012. Disponível em: <https://oeco.org.br/noticias/26339-infoamazonia-o-desafio-dos-dados-atualizados/>. Acesso em: 20 set. 2020.

FALEIROS, G. Como a InfoAmazonia está avançando a reportagem de dados. IJNet. **Rede de Jornalistas Internacionais**, 30 out. 2018. Disponível em: <https://ijnet.org/pt-br/story/como-infoamazonia-est%C3%A1-avan%C3%A7ando-reportagem-de-dados>. Acesso em: 20 set. 2020.

FANTE, Eliege Maria; MORAES, Cláudia Herte de. Políticas públicas ambientais: uma fonte indispensável para reportagens jornalísticas. In: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; MORAES,

Cláudia Herte de; LOOSE, Eloisa Beling; BELMONTE, Roberto Villar. **Jornalismo Ambiental: teoria e prática**. Porto Alegre: Metamorfose, 2018. p. 87-109.

FÍGARO, R. et al. **Arranjos jornalísticos alternativos e independentes no Brasil: organização, sustentação e rotinas produtivas**. São Paulo: ECA-USP: Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho, 2021. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/003051782.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2022.

FLORES, MORA, C. Una aproximación al Periodismo Ambiental: tendencias regionales y claves para un mejor ejercicio de la profesión. In: TROTTI, R.; RODRÍGUEZ, S. G. **Periodismo Ambiental. Riesgos y oportunidades en la cobertura informativa**. Sociedad Interamericana de Prensa, 2010. Disponível em: <https://www.smashwords.com/books/view/34287>. Acesso em: 02 fev. 2022.

FRANCO, A.; MIGUEL, K. G. Jornalismo e ativismo: mapeamento de Iniciativas Midialivristas Socioambientais. In: 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom 2020), 2020, online. **Anais do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom 2020)**. São Paulo (SP): Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), 2020.

FRANCO, A.; MIGUEL, K. G. A boiada de Ricardo Salles na Amazônia Real: processos midiativistas de jornalismo ambiental. In: 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom 2021), 2021, online. **Anais do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom 2021)**. São Paulo (SP): Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), 2021.

GAVIRATI, P. Mediatizar el ambiente, ambientalizar los médios: tensiones en torno al discurso periodístico sobre el cambio climático. In: FERNÁNDEZ-REYES, R.; MANCINAS-CHÁVEZ, R. **Actas de las Jornadas Internacionales Medios de Comunicación y Cambio Climático**. Sevilla: Fénix editora; 2013. p. 217-32.

GERAQUE, Eduardo Augusto. **Reportagens atravessadas: um mergulho, via Teoria Geral dos Sistemas, na cobertura da poluição atmosférica feita por jornais brasileiros e mexicanos**. Tese (doutorado). 2006. 243 f. Programa de Pós-Graduação em Integração na América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/84/84131/tde-12092007-162600/pt-br.php>.

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho et al. A contribuição do princípio da precaução para a epistemologia do Jornalismo Ambiental. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 14, n. 2, 2020.

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho. Um semestre muito especial: o surgimento da primeira disciplina de jornalismo ambiental. In: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; MORAES, Cláudia Herte de; LOOSE, Eloisa Beling; BELMONTE, Roberto Villar. **Jornalismo Ambiental: teoria e prática**. Porto Alegre: Metamorfose, 2018. p. 13-24.

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho. Um semestre muito especial: o surgimento da primeira disciplina de jornalismo ambiental. In: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; MORAES, Cláudia Herte de; LOOSE, Eloisa Beling; BELMONTE, Roberto Villar. **Jornalismo Ambiental: teoria e prática**. Porto Alegre: Metamorfose, 2018. p. 13-24.

GIRARDI, Ilza et al. Caminhos e descaminhos do jornalismo ambiental. **Comunicação & Sociedade**, v. 34, n. 1, p. 132-152. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2012. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/view/2972>>. Acesso em: 11 jan. 2022.

GIRARDI, I. M. T.; MASSIERER, C.; SCHWAAB, R. Pensando o jornalismo ambiental na ótica da sustentabilidade. In: **UNIrevista**, 1 (3), 2006.

GOHN, Maria da Gloria. *Movimentos sociais na contemporaneidade*. **Revista Brasileira de Educação**. v. 16. n. 47. maio-ago. 2011. p. 333-361.

GOMES, W. Internet e participação política em sociedades democráticas. **FAMECOS**, nº 27, ago. 2005. p. 58-78.

HAMMERSCHMIDT, D. O risco na sociedade contemporânea e o princípio da precaução no direito ambiental. **Revista Sequência**, nº 45, 2002. p. 97-122. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15317/13912>. Acesso em: 11 jan. 2022.

HANSEN, A. **Environment, Media and Communication**. London: Routledge. 2nd edition, 2018.

HOLANDA, J. S. P.; COSTA, L. M.; KAAPA, P. Jornalismo Ambiental: características e interfaces de um campo em construção. In: 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom 2020, Online. **Anais do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom 2020**.

HOLANDA, J. S. P.; COSTA, L. M.; KAAPA, P. Jornalismo Ambiental - desafios e avanços a partir da literatura internacional In: 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom 2021, Online. **Anais do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom 2021**.

INFOAMAZÔNIA. Site oficial. Disponível em: <https://infoamazonia.org/>. Acesso em: 10 set. 2020.

JACOBI, P. Socioambientalismo. In: RICARDO, B. CAMPANILI, M (org). **Almanaque Socioambiental 2008**, São Paulo: ISA, 2007, p. 461-468.

JACOBI, P. Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 233-250, maio/ago. 2005. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16834.pdf>> Acesso em: 21 jul. 2021.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. Tradução: Susana Alexandria. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.

JENKINS, H.; FORD, S.; GREEN, J. **Spreadable media: creating value and meaning in a networked culture**. New York University, 2013.

JORDAN, Tim. **Activism!** Direct action, hacktivism and the future of society. London: Reaktion Books, 2002.

KAXINAWÁ, Luciana. Porto Velho concentra 40% dos focos de queimadas em Rondônia. **Amazônia Real**, 26 ago. 2022. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/porto-velho-concentra-40-dos-focos-de-queimadas-em-rondonia/>. Acesso em: 20 jun. 2022.

LEFF, Enrique. Complexidade, Racionalidade Ambiental e Diálogo de Saberes. **Educação & Realidade**, v. 34, n. 3, p. 17-24, set./dez. 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/9515>. Acesso em: 21 jul. 2021.

LEFF, E. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Record, 2006.

LE MOS, André. **Cibercultura**: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. 5 ed. Porto Alegre: Sulina, 2010. 295p.

LIMA, Myrian Del Vecchio de *et al.* A comunicação ambiental e suas potencialidades no enfrentamento dos dilemas socioambientais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPR)**, v. 34, p. 74-85, 2015.

LIMA, L. Abraji homenageia Elaíze Farias e Kátia Brasil como grandes defensoras do jornalismo e da Amazônia. **Amazônia Real**, 25 ago. 2021. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/abraji-homenageia-elaize-farias-e-katia-brasil-como-grandes-defensoras-do-jornalismo-e-da-amazonia/>. Acesso em: 20 jun. 2022.

LIMA, L. A pluralidade dos biomas preservados pelo ICMBio. **Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)**, Brasília, 22 Mar. 2017. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/8797-a-pluralidade-dos-biomas-preservados-pelo-icmbio>. Acesso: 25 out. 2021.

LOBATO, A. Acordo final da COP26 adia decisões para o futuro. **Amazônia Real**, 14 nov. 2021. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/acordo-final-da-cop26/>. Acesso em: 20 jun. 2022.

LOOSE, Eloisa B.; GIRARDI, Ilza Maria T.; O Jornalismo Ambiental sob a ótica dos riscos climáticos. **INTERIN**, v. 22, n. 2, jul./dez. p. 154-172. 2017.

LOOSE, Eloisa. **Jornalismo ambiental em revista**: das estratégias aos sentidos. 2010. 158 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/21591>>. Acesso em: 12 dez. 2021.

LOOSE, Eloisa. **Jornalismo e mudanças climáticas desde o sul**: os vínculos do jornalismo não hegemônico com a colonialidade. 2021. 253f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/220347>>. Acesso em: 14 jan. 2022.

MACHADO, Elias. O ciberespaço como fonte para os jornalistas. Salvador, Calandra, 2003. **BIBLIOTECA ONLINE DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO**. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/machado-elias-ciberespaco-jornalistas.pdf>>. Acesso em 07 set., 2019.

MAIA, R. C. M. Redes cívicas e internet: efeitos democráticos do associativismo. **Logos 27**: mídia e democracia, Rio de Janeiro, ano 14, n. 27, p. 43-62, 2º semestre, 2007.

MALLINI, F.; ANTOUN, H. **A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MARCONDES, D. Entrevista: Envolverde, 16 anos. [Entrevista concedida a] PÚBLICA. **PÚBLICA**, jan. 2014. Disponível em: <<https://apublica.org/wp-content/uploads/2014/01/texto-envolverde1.html>>. Acesso em: 10 set. 2020.

MIGUEL, Katarini Giroldo. Manifesto sobre as práticas comunicativas do Greenpeace Brasil e Instituto Socioambiental em cenários de tensionamentos. **Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación**, n. 144, p. 141-162, ago./nov. 2020. Disponível em: <https://revistachasqui.org/index.php/chasqui/article/view/4262>. Acesso em: 21 jul. 2021.

MIGUEL, K.; FRAIHA, M. Jornalismo e afetos na experiência transmídia do movimento ambiental. **Revista Observatório**. Vol. 5, n. 4, 2019. p.280-308.

MIGUEL, K. **Pensar a cibercultura ambientalista**: comunicação, mobilização e as estratégias discursivas do Greenpeace Brasil. Tese de Doutorado, Universidade Metodista de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social. São Bernardo do Campo, 2014.

MIGUEL, K. G. **Os paradigmas da imprensa na cobertura das políticas ambientais**. 2009, 180f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, UNESP, Bauru – SP, agosto, 2009.

MORAES, Cláudia Herte de; FANTE, Eliege Maria. Sustentabilidade: do que estamos falando? Entender os paradigmas para complexificar a pauta. In: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; MORAES, Cláudia Herte de; LOOSE, Eloisa Beling; BELMONTE, Roberto Villar. **Jornalismo Ambiental: teoria e prática**. Porto Alegre: Metamorfose, 2018. p. 51-68.

MORAES, Cláudia; FANTE, Eliege. Uma cartografia do midiativismo ambiental em Porto Alegre. In: BRAIGHI, Antônio Augusto; LESSA, Cláudio; CÂMARA, Marco Túlio (orgs.). **Interfaces do Midiativismo**: do conceito à prática. CEFET-MG: Belo Horizonte, 2018. P. 336-355.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Notas sobre formação territorial e políticas ambientais no Brasil. **Revista Território**. Rio de Janeiro, ano IV, n. 7, p. 43-50. jul. dez. 1999. Disponível em: <http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/07_4_moraes.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2022.

MORAES, D. Agências alternativas em rede e democratização da informação na América Latina. In: MORAES, Dênis de; RAMONET, Ignacio; SERRANO, Pascual. **Mídia, poder**

e **contrapoder** – da concentração monopolítica à democratização da informação. São Paulo: Boitempo, 2013.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MUNIZ, C. **Jornalismo ambiental**: conceitos e especificidades. 2009. Monografia (Graduação em Comunicação Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/22309>>. Acesso em: 07 jan. 2022.

NUNES, Mônica; CAMARGO, Suzana. Sobre. **Conexão Planeta**. Disponível em: <<https://conexoplaneta.com.br/sobre/>>. Acesso em: 10 set. 2020.

O ECO. Site oficial. Disponível em: <<https://www.oeco.org.br/>>. Acesso em: 10 set. 2020.

PADILHA, Sônia. A cibercultura manifesta na prática do webjornalismo. **Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo, PósCom-Metodista, a. 29, n. 50, p. 103-120, 2. sem. 2008.

PERUZZO, C. M. K. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. **Lumina**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2007. DOI: 10.34019/1981-4070.2007.v1.20989. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/20989>. Acesso em: 13 set. 2021.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 17, p. 131-146, jun. 2009.

PERUZZO, Cicilia M. K. Movimentos sociais, redes virtuais e mídia alternativa no junho em que o gigante acordou(?). **Matrizes**, São Paulo, v. 7, p. 73-93, 2013.

PERUZZO, Cicilia. Cidadania comunicacional e tecnopolítica: feições do midiativismo no âmbito dos movimentos sociais populares. In: BRAIGHI, Antônio Augusto; LESSA, Cláudio; CÂMARA, Marco Túlio (orgs.). **Interfaces do Midiativismo**: do conceito à prática. CEFET-MG: Belo Horizonte, 2018. P. 43-61.

PETRARCA, Fernanda Rios. O surgimento do “jornalismo ambiental” e as lógicas de engajamento na produção de notícias ambientais no Rio Grande do Sul. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 4., 2008, Brasília. **Anais...** Brasília: Anppas, 2008. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT10-540-253-20080510110629.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2022.

PEZZULLO, P. C.; COX, R. **Environmental Communication and the Public Sphere**. 5 ed. Sage, 2018.

PONTES, F. Bolsonaro mente e faz falsas promessas na Cúpula do Clima, dizem ambientalistas. **Amazônia Real**, 24 abr. 2021. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/bolsonaro-mente-e-faz-falsas-promessas-na-cupula-do-clima-dizem-ambientalistas/>. Acesso em: 20 jun. 2022.

PONTES, F. Grileiros e madeireiros de Rondônia invadem Acre. **Amazônia Real**, 02 jul. 2021. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/grileiros-e-madeireiros-de-rondonia-invadem-acre/>. Acesso em: 20 jun. 2022.

PONTES, F. Comunidades da rodovia Transacreama enfrentam crise hídrica. **Amazônia Real**, 31 out. 2021. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/transacreama-crise-hidrica/>. Acesso em: 20 jun. 2022.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

QUANDT, T. Dark Participation. **Media and Communication**, [S.l.], v. 6, n. 4, p. 36-48, nov. 2018. ISSN 2183-2439. Disponível em: <https://www.cogitatiopress.com/mediaandcommunication/article/view/1519>. Acesso em: 29 mar. 2022.

RAMOS, Luís Fernando Angerami Ramos. **Meio ambiente e meios de comunicação**. São Paulo: Annablume, 1996.

RÊGO, A. R. Vigilância, controle e atenção: a desinformação como estratégia. **Organicom**, [S. l.], v. 17, n. 34, p. 82-92, 2021. DOI: 10.11606/issn.2238-2593.organicom.2021.180753. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/180753>. Acesso em: 23 mai. 2022.

REPÓRTER BRASIL. Site oficial. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/>>. Acesso em: 10 set. 2020.

RIBEIRO, Malu. Qual a atenção que o brasileiro dá para a pauta ambiental. [Entrevista concedida a] Camilo Rocha. **NEXO**, 07 de jun. de 2019 (atualizado 10/06/2019 às 14h28). Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/06/07/Qual-a-aten%C3%A7%C3%A3o-que-o-brasileiro-d%C3%A1-para-a-pauta-ambiental>. Acesso em: 15 mai. 2020.

RODRIGUES, Cláudia. **Mídia Ninja: narrativas jornalísticas em disputa**. Florianópolis: Insular, 2018. 256p.

RUBIM, A. A. C. O lugar da política na sociabilidade contemporânea. In: PRADO, J. L. A.; SOVIK, L. (Orgs). **Lugar global e lugar nenhum: ensaios sobre democracia e globalização**. São Paulo: Hacker, 2001, p. 115-140.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 78, p. 3-46, 2007.

SANTOS, B. B. R. **Tática e estratégia em disputa: o caminhar nas cidades como tendência de consumo**. 2018. 223f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: https://ppgau.ufba.br/sites/ppgau.ufba.br/files/dissertacao_barbara_rocha.pdf. Acesso em: 23. mai. 2022.

SCHWAAB, Reges. Jornalismo, ambiente e reportagem ampliada. In: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; MORAES, Cláudia Herte de; LOOSE, Eloisa Beling; BELMONTE, Roberto Villar. **Jornalismo Ambiental: teoria e prática**. Porto Alegre: Metamorfose, 2018. p. 69-85.

SARRAF, M. No Pará, pescadores reivindicam seguro-defeso para preservar o caranguejo-uçá. **Amazônia Real**, 30 set. 2021. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/pescadores/>. Acesso em: 20 jun. 2022.

SILVA, Gislene. Problemática metodológica em jornalismo impresso. **Rumores** – Revista Online de Comunicação, Linguagem e Mídias. São Paulo, vol. 1, n. 1, jul.-dez 2008.

SILVA, Gislene, MAIA, Flávia Dourado. Análise de Cobertura Jornalística: um protocolo metodológico. **Rumores**, São Paulo. Edição 10, ano 5, jul-dez, 2011.

SODRÉ, Muniz. Midiativismo: uma espécie de filho histórico de John Dewey. In: BRAIGHI, Antônio Augusto; LESSA, Cláudio; CÂMARA, Marco Túlio (orgs.).

Interfaces do Midiativismo: do conceito à prática. CEFET-MG: Belo Horizonte, 2018. P. 21-23.

SORJ, B. et al (Orgs). Sobrevivendo nas redes: Guia do Cidadão. São Paulo: Moderna, 2018. Disponível em: http://cefort.ufam.edu.br/tainacan/wp-content/uploads/tainacan-items/788/5432/Sobrevivendo_redes.pdf. Acesso em: 23 mai. 2022.

TRIGUEIRO, A. As obrigações do jornalismo ambiental. **Mundo sustentável**: Rio de Janeiro, online, 2006. Disponível em: <https://mundosustentavel.com.br/as-obrigacoes-do-jornalismo-ambiental>. Acesso em: 11 jan. 2022.

TRIGUEIRO, A. Formando jornalistas para um mundo sustentável. 2005. Disponível em: <<http://www.mundosutentavel.com.br>>. Acesso em: 11 jan. 2022.

UGARTE, David de. **O poder das redes**: manual ilustrado para pessoas, organizações e empresas, chamadas a praticar o ciberativismo. Porto Alegre: EDIPUCRIS, 2008. 116p.

UNGARETTI, Wladimir Netto. **Empresariado e ambientalismo**: uma análise de conteúdo da Gazeta Mercantil. São Paulo: Annablume, 1998.

VIZER, Eduardo A. Movimentos sociais: novas tecnologias para novas militâncias. In: FERREIRA, Jairo; VIZER, Eduardo. (Org.). **Mídia e movimentos sociais**: linguagens e coletivos em ação (2007). São Paulo: Paulus, 2007.

YAMAGUCHI, Gabriela. Qual a atenção que o brasileiro dá para a pauta ambiental. [Entrevista concedida a] Camilo Rocha. **NEXO**, 07 de jun de 2019 (atualizado 10/06/2019 às 14h28). Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/06/07/Qual-a-aten%C3%A7%C3%A3o-que-o-brasileiro-d%C3%A1-para-a-pauta-ambiental>. Acesso em: 15 mai. 2020.